

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História**

**Pernambuco em perigo:
Pobreza, revolução e comunismo (1959 – 1964).**

Pablo Francisco de Andrade Porfírio

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação do Prof.^o Dr.^o Antônio Torres Montenegro.

**Recife
Maio/2008**

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História**

**Pernambuco em perigo:
Pobreza, revolução e comunismo (1959 – 1964).**

Pablo Francisco de Andrade Porfírio

**Recife
Maio/2008**

Porfírio, Pablo Francisco de Andrade

Pernambuco em perigo : pobreza, revolução e comunismo (1959-1964) / Pablo Francisco de Andrade Porfírio. - Recife: O Autor, 2008.

154 folhas : il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.

Inclui bibliografia.

1. História. 2. Pernambuco – História – Século XX. 3. Grupos sociais. 4. Grupos Conservadores. 5. Reforma social. 6. Latifúndio –Brasil – História. 7. Pobreza. 8. Perigo social. I. Título.

**1
100**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
CFCH2008/64**



**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO PABLO FRANCISCO DE ANDRADE
PORFÍRIO**

Às 10:00h do dia 23 (vinte e três) de maio de 2008 (dois mil e oito), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Pablo Francisco de Andrade Porfírio**, intitulada **"Pernambuco em Perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959-1964)"**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Torres Montenegro (Orientador), Maria do Socorro Ferraz Barbosa e Regina Maria Rodrigues Behar. Assinam, também, a presente ata o Vice- Coordenador, Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende e a Secretária do Deptº. de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 23 de Maio de 2008.

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.

Profª. Drª. Regina Maria Rodrigues Behar.

Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.

Rogéria Feitosa de Sá.

Agradecimentos

São mais de vinte e cinco anos de agradecimentos. Mas, não se preocupem, resumirei em duas páginas. Não poderia ser diferente, o primeiro agradecimento vai para a minha família, com destaque para minha mãe (Fátima), meu pai (Francisco) e minha irmã (Fabiana). Todos foram muito compreensivos nessa minha caminhada inicial na vida acadêmica. Contudo, essa caminhada só foi possível porque meus pais, em especial, muito se sacrificaram para proporcionar-me boas oportunidades de estudos. Em um país, cujo ensino público fundamental é caótico, oferecer uma boa educação para o filho significa sacrifício, privações e muito trabalho por parte dos pais. Nesse sentido, Dona Fátima e Seu Francisco não mediram esforços. Horas de trabalho extras e mais empregos em escolas (né, mainha?) marcaram a vida dos meus pais, cujo objetivo foi oferecer a melhor educação possível a seus filhos. **MUITO OBRIGADO.**

Com Fabiana divido a escolha do magistério e as angústias e imensas dúvidas da Língua Portuguesa. Sem dúvida, a parceria com minha irmã livrou-me de algumas armadilhas da escrita, mas não de outras, que podem estar no texto e pela qual sou totalmente responsável.

Existem grandes amigos, que não fazem parte dessa rede acadêmica da história, mas que muito me ensinaram e contribuíram na caminhada da vida e na minha formação humana. Nas salas de aula do Vera Cruz, nas peladas de sábado e nos encontros para uma cervejinha tive o prazer de compartilhar a amizade e os ensinamentos de Gaspar, Felipe (Kicha), Alexandre, João Paulo, Leo coxinha, Cordeiro e Gustavo. Valeu galera.

Na graduação do curso de História da UFPE tive a satisfação de estudar, debater, discordar, concordar, aprender e galhofar com Girlaine, Gibson, Robson, Djalma, Valdeck (grande parceiro) e Samuel (parceiro de iniciação científica, de viagem e, logicamente, de stress). Foi também na graduação que tive a oportunidade de aprender com grandes professores. A Marcus Carvalho um sincero agradecimento pelo apoio, pela atenção e pelos constantes incentivos. À Suzana Cavani muito obrigado pela disponibilidade em lê meus textos e pelas aulas, que tanto contribuíram na minha formação enquanto professor e historiador. A Marc Hoffenagel agradeço pela leitura do meu projeto e pelas sugestões, bem como pelo empréstimo de livros fundamentais para a escrita dessa dissertação. À professora Socorro Ferraz, que participou da minha banca de qualificação e de defesa, agradeço pela atenciosa leitura e pelas preciosas contribuições oriundas de sua experiência acadêmica e de vida. Também devo um

sincero agradecimento à professora Regina Behar por ter aceitado participar da banca de defesa dessa dissertação, realizando uma enriquecedora discussão sobre o meu trabalho.

No curso de mestrado convivi com amigos de outrora e formei novas amizades que me ajudaram nesses dois últimos anos; Vilmar, Flavinho e Carlos Eduardo. Esse trabalho também não seria possível sem a prontidão dos funcionários da Secretaria da Pós-graduação, em especial Carmem e Aluizio, e das pessoas que fazem os arquivos do Recife; Hildo Leal da Rosa e Marcília Gama do APEJE; Cynthia Barreto, Ieda, Marquinho e João do Arquivo da ALEPE; Eliane Moury Fernandes da Fundação Joaquim Nabuco.

Algumas amizades foram fortalecidas no percorrer dessa dissertação. Humberto Miranda, o cabra..., companheiro de congressos, de cafês, de stress legislativo e um atento leitor. Taciana Mendonça, Taci, uma grande companheira, prestativa, atenciosa e sempre uma competente leitora. Diogo tornou-se um grande amigo. Companheiro de pesquisa, de discussões, de viagens e um fiel intercessor desse trabalho. Márcio Ananias, um dedicado amigo e um parceiro de luta. Nesses últimos anos aprendi com Márcio a ser persistente e a ter paciência, sobretudo com ele. A todos, muito obrigado.

Um agradecimento especial à professora Regina Beatriz Guimarães e ao meu orientador, professor Antônio Torres Montenegro. Nas disciplinas da pós-graduação, as aulas ministradas por Regina Beatriz foram bastante inspiradoras e resultaram em diversas discussões que estão presentes nessa dissertação. Desde 2001, ainda na iniciação científica, tenho Antônio Montenegro como orientador. Foi nas reuniões de orientação, nos cursos e nas conversas informais com o professor Montenegro onde aprendi grande parte do fazer historiográfico. Ao longo desses sete anos vivenciei as exigências, os incentivos, os puxões de orelha e as oportunidades resultantes da orientação de um grande historiador. Obrigado.

Por fim, agradeço à família Vasconcelos; Dona Nenzinha, Carol, Emília e Cecília pelo incentivo e apoio logístico (muitas vezes) nessa caminhada. Em especial, nessa família, agradeço ao amor incondicional e sincero de Emília. Esse trabalho é fruto desse sentimento, bem como do bom humor, do otimismo, das leituras, das críticas, do incentivo, das sugestões e dos aperreios de Maria Emília.

Agradeço ao Cnpq pelo financiamento dessa pesquisa.

Pablo Porfírio

Resumo

Este trabalho apresenta como foco de estudo as ações dos grupos sociais conservadores em Pernambuco, ou seja, os indivíduos comprometidos em manter uma ordem social e política, com destaque para a ação dos latifundiários. Esses grupos visavam tornar socialmente aceita uma realidade constituída pelas idéias de perigo e intranquilidade, produzidas pelas mobilizações dos trabalhadores rurais e urbanos, influenciados pelos grupos de esquerda, como; Ligas Camponesas, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro e sindicatos. Desse modo, a dissertação investiga a racionalidade produzida pelos grupos conservadores para as propostas de reformas sociais ou mesmo de revolução propagadas pelas esquerdas em Pernambuco, entre os anos de 1959 e 1964. E assim, procuramos entender como as idéias de perigo, de ameaça e de intranquilidade passaram a ocupar um lugar de destaque dentro daquela sociedade.

1. História – Pernambuco século XX. 2. Grupos conservadores – latifundiários. 3. Pobreza – perigo e intranquilidade social.

Abstract

This paper presents a focus of study the actions of social conservative groups in Pernambuco, or individuals committed to maintaining a social and political order with emphasis on the action of landowners. These groups aimed to make a socially accepted reality consist of the idea of danger, produced by the mobilization of rural and urban workers, influenced by left-wing groups such as; Peasant Leagues, the Communist Party of Brazil, Brazilian Communist Party, Brazilian Socialist Party and syndicate. The dissertation investigates the rationality produced by conservative groups to the proposals for social reforms or even revolution propagated by the left in Pernambuco, between the years 1959 and 1964. And so, trying to understand how the ideas of danger and threat began to play a leading role within that society.

1. History - Pernambuco century XX. 2. Conservative groups - landowners. 3. Poverty - danger.

Lista de imagens

	Pág.
Figura 01 – <i>Observando a miséria</i> . Jornal do Comércio. 01 / 08 / 1961. p 03.....	53
Figura 02 – <i>Why theese excitement? Eet's just a wooden horse!</i> William Sanders, <i>Greensboro Daily News</i> , 1962.....	59
Figura 03 - <i>The race to the rancho</i> . Herblock. <i>Washington Post</i> , 07 de janeiro de 1962.....	61
Figura 04 - <i>For some, no Siesta</i> . Roy B. Justus. <i>Minneapolis Star</i> , 1962.....	62
Figura 05 - "... and his father lives up there". Herblock. <i>Washington Post</i> , 11 de fevereiro de 1962.....	66
Figura 06 - <i>Raising Cane?</i> Franklin Morse. <i>Los Angeles Mirror-News</i> , 1959.....	68
Figura 07 - Prontuário Funcional de São Lourenço da Mata. Fundo SSP – Dops-PE. APEJE...	74
Figura 08 - Diário de Pernambuco 15/01/1960. p. 05.....	76
Figura 09 - Diário de Pernambuco 14/01/1960. p. 05.....	78
Figura 10 - <i>A Tragédia na Estrelina</i> . Diário de Pernambuco 09/01/1963. p. 01.....	83
Figura 11 - Diário de Pernambuco. 09/01/1963. p. 07.....	85
Figura 12 - A Rebelião das Enxadas. Jornal Última Hora 17/03/1963. p. 09.....	88
Figura. 13 – Diário de Pernambuco 02 / 10 / 1962. p. 01.....	91
Figura. 14 – Diário de Pernambuco 02 / 10 / 1962. p. 03.....	92
Figura. 15 – Jornal A Última Hora 02 / 10 / 1962. p. 08.....	93
Figura. 16 – Arraes para construir – Diário de Pernambuco. 06 / 10 / 1962. p. 10.....	95
Figura. 17 – Jornal do Comércio. 22/01/1963. p. 07.....	99
Figura. 18 – Telegrama. Prontuário Liga Camponesa Água Preta. p. 13. SSP nº 7599. Acervo Dops-Pe. APEJE.....	127
Figura. 19 – <i>Armas apreendidas em poder dos camponeses invasores</i> . Diário de Pernambuco. 10 / 01 / 1961/ p. 07.....	131
Figura. 20 – <i>Com o dedo no Gatilho</i> . Diário de Pernambuco. 11 / 07 / 1963. p. 01.....	133
Figura. 21 – <i>Dois mil camponeses tomaram o Engenho Coqueiro</i> – Jornal do Comércio. 11/07/1963. p. 12.....	135
Figura. 22 – <i>Regime de trabalho no comunismo</i> . Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Acervo Dops – PE. 1962.....	136

Sumário

Introdução.....	10
I - Percorrendo as trilhas do perigo: a desapropriação do Engenho Galiléia.....	18
1.1 - O Engenho Galiléia e o Palácio Joaquim Nabuco.....	18
1.2 – As 14 horas... ..	21
1.3 - Às 21 horas... ..	24
1.4 - Um minuto para algumas considerações.....	25
1.5 - Voltemos ao Palácio Joaquim Nabuco – 23h e 20 min... ..	27
1.6 - “Ou paga sessentinha pelo corte ou moa queimadinha”.....	30
1.7 - Uma operação para o Nordeste.....	33
1.8 – E no rufar das zabumbas... ..	40
1.9 - Após a vitória... ..	43
1.10 – Os americanos encontram o Nordeste.....	45
1.11 – Dos Estados Unidos ao Engenho Galiléia.....	49
 Capítulo II – Perigosa pobreza.....	55
2.1 – Caricaturas sobre uma América Latina.....	55
2.2 – Imagens do perigo.....	72
2.3 – <i>A patuléia desenfreada</i> e o perigo.....	80
 Capítulo III – Sobre as narrativas do perigo.....	91
3.1 – Um muro de Berlim, um marido comunista e a democracia em pânico.....	91
3.2 – Em meio a alianças e eleições.....	102
3.3 – As esquerdas.....	108
3.4 – Narrativas do perigo: A barba de seu Manoel e as ocupações dos engenhos.....	123
 Considerações Finais	143
 Fontes.....	146
 Referências bibliográficas.....	148

Introdução

Este trabalho apresenta como foco de estudo as ações dos grupos sociais conservadores em Pernambuco, ou seja, os indivíduos comprometidos em manter uma ordem social e política já estabelecida, com destaque para os latifundiários. Esses grupos visavam tornar socialmente aceita uma realidade constituída pelas idéias de perigo e intranquilidade, produzidas pelas mobilizações dos trabalhadores rurais e urbanos, influenciados pelos grupos de esquerda, como; Ligas Camponesas, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro e sindicatos.

A existência de uma considerável quantidade de trabalhos acadêmicos, cujos objetivos de estudo foram a esquerda, sua organização e atuação, acabou por colocar, em um segundo plano da investigação histórica, a análise dos partidos, das instituições e dos segmentos sociais, que se opunham aos projetos revolucionários e de reformas sociais apresentados entre o final da década de 1950 e o início dos anos 60. Muitas vezes a vontade, nesses trabalhos, de denunciar as ações desse setor conservador do *status quo* superou a necessidade de tentar compreendê-las, bem como explicá-las, sobretudo em meio à relação que estabeleceram com os grupos de esquerda e demais setores da sociedade civil.¹

Ao escrevermos sobre as estratégias nomeadas como conservadoras, procuramos acompanhar o movimento² que inverte um sentido de pesquisa, o qual, durante certo tempo, analisou as razões da derrota dos grupos de esquerda que atuaram no período pré-64. Nesse sentido, somos inspirados por Daniel Aarão, que afirma:

Na gênese da ditadura, tendeu-se a apagar o grande embate social. O projeto reformista revolucionário evaporou-se, transformado em um *fantasma*. As esquerdas foram vitimizadas. Os amplos movimentos sociais de direita, praticamente apagados. Os

¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. XXII.

² Pode-se observar esse movimento, por exemplo, nos trabalhos; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002; RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. DREIFFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. 6ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

miltares estigmatizados *gorilas*, culpados únicos pela ignomínia do arbítrio. A ditadura, quem a apoiou?³

Pesquisar acerca das estratégias conservadoras é trilhar caminhos centrais na história política do Brasil e, por conseguinte, revelar aspectos sociais que, em certa medida, respondem a algumas das questões levantadas por Daniel Aarão. É necessário construirmos histórias que ultrapassem os lugares de vítimas e opressores, vilões e heróis, recorrentes nas análises do senso comum sobre o golpe civil-militar de 1964. Mais do que isso, é importante desenharmos a ampla rede social, cujas ações e/ou omissões, ao longo da década de 1950, e principalmente no início dos anos 1960, favoreceram ao estabelecimento de uma ditadura militar no Brasil a partir de 1964.

Desse modo, seguimos o caminho oferecido, mais uma vez, por Daniel Aarão ao afirmar: *Mas a ditadura militar, não há como negá-la, por mais que seja doloroso, foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada por marcianos*⁴.

Sendo assim, é necessário identificar as práticas e os discursos, que pensados e articulados socialmente, acabaram por validar uma oposição de considerável parcela da população aos movimentos revolucionários e reformistas, bem como um apoio direto ou indireto as práticas anticomunistas estabelecidas pelos setores conservadores da sociedade.

Alguns trabalhos acadêmicos enveredaram por esse caminho de investigação e analisaram aspectos dessa ampla rede que participou do *processo de construção histórico-social* do golpe civil-militar de 1964, justificado, à época, como necessário para se combater o avanço comunista no país. Um dos primeiros estudos acerca dessa questão foi realizado por René Dreiffuss, em seu livro *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*.⁵

Nesse livro o autor defende a idéia de que o movimento de 1964 não havia sido um simples golpe militar, mas uma ação bem articulada por empresários, intelectuais e militares, que exercendo o seu poder de classe, conseguiram desestabilizar o governo de João Goulart e tomar o controle do Estado. A ação desses setores sociais foi investigada por meio da análise de uma extensa massa documental, referente, notadamente, ao

³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória* In MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.) *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 50.

⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. Op. Cit.

⁵ DREIFFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Op. Cit.

complexo IPES/IBAD. Essas instituições, segundo Dreifuss, proporcionaram uma articulação das ações dessa elite conservadora, bem como um financiamento para a execução das mesmas. Parte do financiamento, ainda de acordo com o autor, tinha ligação com os projetos do governo dos Estados Unidos.

O livro de René Dreifuss torna-se, na década de 1980, um dos primeiros estudos a retirar o exército do centro do movimento que resultou no golpe de 1964. Além disso, não procura identificar as falhas e fracassos dos grupos de esquerda. Mas, investiga uma parte do movimento que resultou na formação de uma ampla rede social, a qual constituiu a base de apoio da ditadura militar.

Nas décadas posteriores ao lançamento do livro de René Dreifuss foram realizados no Brasil alguns outros estudos que se dedicaram a trabalhar com as ações de setores da sociedade civil no período anterior ao golpe de 1964. Entre esses trabalhos, gostaríamos de destacar dois, os quais focaram suas análises sobre os movimentos anticomunistas das décadas de 1950-60.

Um dos trabalhos é o de Carla Simone Rodeghero intitulado *O diabo é vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*⁶. Resultante da sua dissertação de mestrado, o livro é um dos primeiros a se dedicar ao estudo das manifestações do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul, utilizando para isso de uma massa documental composta por periódicos, boletins arquidiocesanos e entrevistas.

Carla Rodeghero realiza um exercício de análise, o qual reconstrói os conteúdos e as imagens que tanto serviam para significar o comunismo, bem como para combatê-lo. Além disso, a autora investiga como esses significados foram utilizados pela Igreja Católica e ressalta que essa instituição articulou sua ação com a de diversos outros grupos no Rio Grande do Sul na luta contra o comunismo, entre 1945 e 1964.

Duas questões nos chamaram a atenção no trabalho de Rodeghero. Uma refere-se à idéia de que o anticomunismo, enquanto conjunto de práticas e discursos, esteve presente em grande parte das disputas políticas no Brasil durante o século XX.

Uma outra questão refere-se à formação da ampla rede social, a qual fez circular e tornou aceitável para parte da população a idéia do anticomunismo. Apesar de não trabalharmos especificamente com a Igreja Católica, o livro de Carla Rodeghero nos

⁶ RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Op. Cit.

ajudou a refletir como um pensamento conservador e avesso a qualquer mudança do *status quo* adquiriu força e aceitação no período anterior ao golpe de 1964 no Brasil.

Um outro livro que também estuda o anticomunismo é *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*⁷, escrito por Rodrigo Patto Sá Motta. Como o título já indica, o citado autor realiza uma análise sobre as manifestações anticomunistas, ocorridas no Brasil entre 1917 e 1964, identificando aquilo que seria as *Matrizes do anticomunismo*⁸, a saber: O catolicismo, o liberalismo e o nacionalismo. Esses elementos constituem, para Rodrigo Patto, a fundamentação doutrinária anticomunista.

O catolicismo se manifestou contrário ao comunismo de diversas formas, mas no livro é ressaltada a organização de grupos ligados a Igreja Católica, os quais trabalhavam nas eleições para combater as candidaturas consideradas subversivas, ou seja, ligadas com a doutrina comunista. Em referência a essa questão, é citada a formação, na década de 1960, da ALEF – Aliança Eleitoral pela Família, que era uma organização suprapartidária, cujos candidatos tinham uma posição religiosa católica e contrária ao comunismo e que participou, principalmente, nos pleitos de 1962.

A outra fundamentação doutrinária, o chamado *nacionalismo de viés conservador*⁹, enfatizava a defesa da ordem, da tradição e da centralização contra a desordem e a internacionalização que seriam implantadas no país pelos comunistas. Já o liberalismo tornava-se um outro alicerce do anticomunismo, pois considerava e divulgava o comunismo como sendo algo que acabava com a liberdade e também extinguiu a propriedade privada.

Rodrigo Patto faz uma ressalva que consideramos importante; a existência de vários anticomunismos. Desse modo, cada fundamentação doutrinária, exposta acima, vai constituir um determinado anticomunismo, que assim atinge uma diversidade de grupos, formando uma extensa rede social.

Nesse sentido, *Em guarda contra o comunismo*, reforça o movimento de pesquisa que direciona seus estudos para os setores considerados conservados do *status quo* no Brasil, tratados por grande parte da historiografia, segundo Rodrigo Patto, *de forma esquemática e superficial, quando não maniqueísta*¹⁰. Além disso, defende a tese

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Op. Cit.

⁸ Ibid. Ibidem. Cap. 02.

⁹ Ibid. Ibidem. p. 29.

¹⁰ Ibid. Ibidem. p. XXII.

de que esse setor social utilizou o anticomunismo como uma das principais justificativas para a implantação de regimes autoritários no Brasil, especificamente em 1937 e 1964.

O trabalho de Rodrigo Patto reforça o fazer historiográfico que passa a investigar os *amplos movimentos sociais de direita*, como afirma Daniel Aarão¹¹. Desse modo, contribui para que possamos mapear as redes sociais e os jogos de poder, os quais embasaram regimes de exceção no Brasil.

Um dos poucos livros, relacionados ao estudo do Nordeste do Brasil, a tangenciar esse fazer historiográfico foi escrito por Joseph Page; *A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil. 1955-1964*¹². Esse é um trabalho da década de 1970, realizado por um brasilianista, e não podemos afirmar que esteja diretamente integrado com as questões levantadas pela historiografia atual. Page utilizou de diversos jornais e revistas, nacionais e internacionais, para referendar seu texto, mas também se valeu das observações que realizou quando visitou a América do Sul e, especialmente, o Nordeste do Brasil entre os anos de 1963 e 1964.

O livro de Joseph Page é, sobretudo, um relato acerca de uma região convulsionada em meio às intensas disputas sociais e políticas, as quais chamaram a atenção de jornalistas, professores e representantes de governos de vários países. O autor investiga como a idéia de revolução ganhou força tanto entre os grupos de esquerda, como entre os seus opositores, que intensificavam suas ações a fim de combater qualquer mudança do *status quo*. Além disso, articula e relaciona as práticas desenvolvidas por esses grupos em torno da idéia de que uma revolução comunista estaria próxima de acontecer no Nordeste do Brasil.

Desse modo, o livro de Joseph Page desloca-se da dicotomia entre vítima e opressor e foca sua análise sobre os embates e os usos sociais realizados por setores da população em relação à idéia de revolução.

É nesse movimento historiográfico, no qual as estratégias dos grupos conservadores, no período anterior ao golpe de 1964, passam a ser o foco de estudo, que esse trabalho dissertativo pretende se inserir.

Pernambuco, na década de 1950 e início dos anos 60, era um dos Estados com maior mobilização social e onde o processo revolucionário parecia mais latente. Isso, contudo, não se confirmou. Por quê? Pela desorganização dos grupos de esquerda, com

¹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. Op. Cit.

¹² PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

seus conflitos internos. Pela excessiva violência utilizada na repressão a esses grupos. Todas essas questões já foram apresentadas e referendadas pela historiografia. Contudo, acreditamos que tais aspectos não encerram a discussão em torno do seguinte problema: Como se organizou as ações dos grupos conservadores do *status quo* frente à ameaça de uma revolução comunista em Pernambuco? Como essas pessoas procuraram formar uma ampla rede social que se opusesse ou, pelo menos, não apoiasse as propostas dos setores de esquerda?

Tomando por base essas questões, foi necessário identificar as representações produzidas sobre os grupos que desejavam alguma reforma social ou mesmo uma revolução; quais práticas sociais passaram a se opor a idéia de mudança defendida pelos grupos de esquerda; com que tipo de racionalidade os setores conservadores do *status quo* procuraram significar a idéia de revolução.

Esse trabalho não parte da análise de um objeto, mas sim do tratamento de um problema. Logo, não fazemos uso de modelos ou métodos pré-estabelecidos para o estudo de determinados objetos. O trabalho com uma problemática requer a seleção de uma documentação, aliada ao estabelecimento de questões suscetíveis de responder o problema. É da relação entre os documentos escolhidos e os elementos focalizados para a análise que criamos uma solução para a nossa problemática. Esse movimento de escolhas e integração levou-nos a determinar o domínio de objeto que é preciso percorrer para resolver o problema estabelecido¹³. Ou seja, o objeto de estudo e o caminho de análise a ser seguido não estavam dados a priori. Se constituíram no desenvolver da pesquisa e da escrita.

Nesse caso, essa dissertação se propõe a estudar a racionalidade produzida pelos grupos conservadores, notadamente os latifundiários, para as propostas de reformas sociais ou mesmo de revolução propagadas pelas esquerdas em Pernambuco, entre os anos de 1959 e 1964. E desse modo, procuramos entender como as idéias de perigo, de ameaça e de inquietude passaram a ocupar um lugar de destaque dentro daquela sociedade.

¹³ FOUCAULT, Michel. *A poeira e a nuvem*. In *Ditos e Escritos*: estratégia, poder-saber. Vol. IV. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 327.

Para isso, utilizamos um conjunto documental formada basicamente por três séries: o material produzido pela imprensa¹⁴, pela Departamento de Ordem Política e Social – Dops- Pe e pelos anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

A disposição da documentação pesquisada ao longo da narrativa foi arquitetada de modo a criar questões as quais estabelecessem uma relação de pertinência com o problema estabelecido. A narrativa procurou, desse modo, sintetizar questões oriundas da historiografia, das séries documentais, do lugar social de onde escrevemos, bem como as relacionadas à nossa problemática.¹⁵ É desse entrelaçamento que se constitui a história aqui contada, a qual procura promover deslocamentos, alcançar a ordem do provável e, por conseguinte, tornar-se aceitável.

Tomando por base essas questões, vamos ao roteiro seguido por essa dissertação: O primeiro capítulo, intitulado, *Percorrendo as trilhas do perigo: a desapropriação do Engenho Galiléia*, utilizou, como base documental, os debates, na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em torno da desapropriação do Engenho Galiléia, em 1959. Percorreu as trilhas por onde procuramos entender como o Nordeste do Brasil, e especificamente Pernambuco, foi sendo apresentado como um lugar perigoso, onde a pobreza aliada à atuação dos grupos de esquerda estaria produzindo a desordem social e preparando uma revolução comunista.

Tentou-se, assim, identificar como a desapropriação do Engenho Galiléia produziu signos de perigo para a sociedade. Como tais signos foram reforçados principalmente quando o Governo Federal, em face das condições de miséria da população do Nordeste, iniciou a Operação Nordeste e por extensão a criação da SUDENE. Além disso, o governo dos Estados Unidos passou a enviar missões oficiais e a desenvolver ações com o apoio de políticos e grupos da sociedade civil local no sentido de barrar uma possível revolução comunista. Isso contribuiu para a percepção de um significado de perigo, principalmente para os grupos que se sentiam ameaçados com a mobilização dos trabalhadores, a qual poderia subverter a ordem vigente.

O segundo capítulo, denominado *Perigosa pobreza*, analisa como o camponês vai assumindo um lugar central dentro dessa racionalidade do perigo produzida pelos

¹⁴ Foram utilizados, sobretudo, dois jornais ligados aos setores sociais conservadores do *status quo* em Pernambuco: o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*. Esses jornais apresentavam, geralmente, a visão de mundo do grupo de industriais e latifundiários.

¹⁵ Segundo Michel de Certeau, esses elementos são integrados pelo historiador no fazer historiográfico. A história resultaria dos desvios produzidos pelo historiador ao integrar essas dimensões, ou seja, do novo lugar criado e apresentado na narrativa histórica. CERTEAU, Michel de. *A Operação Historiográfica* In *A Escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

grupos conservadores do *status quo*. Partindo de caricaturas publicadas em jornais dos Estados Unidos, observamos como os trabalhadores do campo passam a ser representados como perigosos, seja pela pobreza em que viviam, seja pela sua ignorância ou mesmo pela inocência que os faziam ser facilmente subvertidos. Essa maneira de pensar é reforçada pelas ações desenvolvidas pelo programa de ajuda dos Estados Unidos a América Latina – *Aliança para o Progresso* – bem como pelos relatórios da CIA.

Além disso, as fotografias que circulavam, principalmente, na imprensa local criavam também um modo de pensar, o qual relacionava a imagem do camponês, com a pobreza e também com os signos de perigo, ameaça e medo.

No terceiro e último capítulo, intitulado, *Sobre as narrativas do perigo*, procuramos analisar algumas estratégias utilizadas para criar uma racionalidade de perigo sobre o discurso revolucionário. Procuramos identificar como se fazia circular esse conjunto de idéias, a fim de que uma outra parcela da sociedade também passasse a perceber um real¹⁶ perigoso.

Percorremos as eleições ocorridas em Pernambuco, no final da década de 1950 e início dos anos 60, observando as alianças estabelecidas entre os grupos de esquerda e os partidos políticos considerados conservadores, como a UDN, em 1958, e o PSD, em 1962. Buscamos entender que apesar dessas alianças com parcelas sociais defensoras do *status quo*, os resultados eleitorais foram apresentadas como um sinal do avanço do comunismo e do perigo da revolução. Essa narrativa que, ao mostrar como real o avanço do comunismo e a proximidade de uma revolução, criava e atrelava a esses fatores um significado de medo e de perigo e com isso pretendia enfraquecer a mobilização dos grupos de esquerda.

¹⁶ Entendemos a verdade, enquanto constituidora de um real, como *o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder*. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. pp. 12-14. Nesse sentido, a verdade é socialmente produzida em meio aos combates, os quais definem os procedimentos e os discursos que passam a funcionar com o status de verdadeiro.

Capítulo I - Percorrendo as trilhas do perigo: a desapropriação do Engenho Galiléia.

1.1 - O Engenho Galiléia e o Palácio Joaquim Nabuco

Terça-feira, 1º de dezembro de 1959. Às 14 horas desse dia, no Palácio Joaquim Nabuco, sede do poder legislativo do Estado de Pernambuco, teve início a 165ª sessão da primeira sessão ordinária da quinta legislatura. Na pauta estava o projeto nº 264, de autoria do deputado Carlos Luis¹⁷, que tinha por finalidade autorizar a desapropriação do Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata do Estado, em favor dos camponeses que lá moravam e trabalhavam.¹⁸

Os trabalhadores rurais moradores do Engenho Galiléia, em sua maioria, pagavam o foro, que era uma espécie de aluguel cobrado mensalmente pelo uso da terra, e, no final da década de 1950, esses camponeses enfrentavam cada vez mais dificuldades para conseguir saldar o valor estabelecido para o foro. A fim de que pudessem socorrer uns aos outros em períodos de necessidade, como na hora do enterro dos mortos, onde se utilizava um caixão coletivo da prefeitura, que logo após o sepultamento era devolvido para ser posteriormente reutilizado, esses camponeses resolveram criar uma associação de ajuda mútua, a qual recebeu o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPPP.¹⁹

Fernando Azevedo, em seu estudo sobre as Ligas Camponesas, afirma que, a princípio, o senhor Oscar Beltrão, dono do engenho, teria recebido e aceito o convite para ser presidente de honra daquela Sociedade Agrícola. Contudo, após ser alertado de um possível caráter comunista da mesma, o dono do engenho ordena o fechamento da SAPPP. Os camponeses não acataram tal ordem e passaram a buscar auxílio de autoridades públicas, a fim de lhes ajudarem no conflito com o senhor Oscar Beltrão.²⁰

Os trabalhadores formaram uma comissão que visitou o governador Cordeiro de Farias, alguns advogados, bem como procurou apoio na Assembléia Legislativa, sem obter sucesso em nenhuma das situações. Contudo, em meio a essa procura por ajuda,

¹⁷ O senhor Carlos Luiz de Andrade era suplente do deputado Francisco Julião, o qual, por motivos que nós desconhecemos, estava afastado dos trabalhos parlamentares no final do ano de 1959. Ambos pertenciam ao Partido Socialista Brasileiro – PSB.

¹⁸ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 01 / 12 / 1959. pp. 03 a 10.

¹⁹ CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960. pp. 34 – 35.

²⁰ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

foi indicado, a esses camponeses, o nome de Francisco Julião, bacharel em direito e deputado estadual pelo Partido Socialista. Os trabalhadores, então, fizeram uma visita a casa de Julião, expuseram seus problemas e no final da conversa o deputado estadual pelo PSB aceitou trabalhar na defesa dos interesses dos foreiros do Engenho Galiléia ²¹.

Na segunda metade da década de 1950, a mobilização dos camponeses por melhores condições de vida passou a ser tema da imprensa, principalmente a partir da realização do Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955, cujos debates procuraram desassociar a questão da seca dos aspectos geográficos. Um outro evento que contribuiu para dar destaque a luta dos trabalhadores rurais foi o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, organizado pela SAPPP, com a participação de aproximadamente três mil camponeses.²² Essa mobilização ganhou amplo destaque na imprensa de Pernambuco, que passou a noticiar as ações dos camponeses e nomear de Ligas Camponesas as Sociedades Agrícolas. O termo é uma referência às organizações rurais estruturadas pelo Partido Comunista na década de 1940, com o objetivo de tentar realizar uma reforma agrária.²³

O Congresso ajudará, de forma decisiva, a tornar cada vez mais conhecida a organização dos camponeses do Engenho Galiléia. Além disso, utilizando-se de cordéis cantados nas feiras livres dos municípios do interior, de panfletos e de reuniões para mobilizar os camponeses, o parlamentar socialista Francisco Julião passou a apoiar a organização de novas Sociedades Agrícolas (denominadas de Ligas Camponesas) em vários municípios. O objetivo das novas Sociedades Agrícolas não era mais de ajuda, como fora a primeira criada no Engenho Galiléia, mas de lutar por uma nova distribuição da terra, ou seja, por uma reforma agrária.²⁴

Em 1957, o deputado Francisco Julião apresentou um projeto na Assembléia Legislativa estadual para desapropriar as terras do Engenho Galiléia em favor dos foreiros, que estavam sendo constantemente ameaçados de expulsão.²⁵ O texto não foi aprovado, mas a luta continuou durante toda a segunda metade da década de 50, até que

²¹ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução* IN DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. V. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 265.

²² AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 59 – 64.

²³ MONTENEGRO, Antônio Torres. *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964* **Projeto História**. São Paulo, n.º. 29, tomo 02, 2004. pp. 391 – 416.

²⁴ AZEVEDO, Fernando Antonio. Op. Cit.

²⁵ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador* – *Coleção Perfil Parlamentar Século XX*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001. p. 78.

em 1959, um novo projeto foi apresentado, agora pelo deputado Carlos Luis. Era o projeto nº. 264.

No período da tarde do dia 1º de dezembro de 1959, a sessão do poder legislativo foi aberta e teve início o debate acerca da desapropriação do Engenho Galiléia. Esse não era um debate recente no plenário, pois fazia alguns meses que os deputados discutiam sobre a questão²⁶. Porém, especificamente naquele dia, o referido projeto estava em pauta para ser votado e, ao final daquela tarde, foi aprovado em 1º turno²⁷.

As galerias do plenário encontravam-se repletas de foreiros do Engenho Galiléia e de outros trabalhadores. O deputado Carlos Luis de Andrade, antes da realização da votação, pede a palavra para justificar mais uma vez o seu projeto:

Todos aqueles que têm um pouco de consciência neste país, e de perspectiva política, já compreenderam ser impossível uma Nação marchar sem que haja o mínimo de justiça àqueles que, nos campos, trabalham para que o Brasil seja mais rico ou menos pobre²⁸.

O discurso do deputado coloca a questão da desapropriação como sendo algo não apenas local, mas busca conferir a ela uma dimensão nacional. Da resolução de questões como essa dependia o desenvolvimento da *Nação*, segundo Carlos Luis. Ele também, provavelmente, sabia que o caso dos foreiros do Engenho Galiléia, com sua Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, havia repercutido em várias regiões do país. Isso ocorreu especialmente por meio das reportagens feitas pelo jornalista Antônio Callado, para o jornal *Correio da Manhã*, a partir de uma visita realizada pelo mesmo a Pernambuco, em 1959²⁹, através da qual, na companhia de Francisco Julião, Callado teve a oportunidade de conhecer e posteriormente escrever sobre as condições de vida dos camponeses daquele engenho e suas lutas por melhorias. Sendo assim, a fala do deputado Carlos Luis estava inserida em um debate, não restrito ao nível estadual ou regional, acerca da desapropriação do Engenho Galiléia.

²⁶ O projeto do deputado Carlos Luís tinha sido apresentado no plenário da Assembléia no dia 1º de outubro de 1959.

²⁷ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 01 / 12 / 1959. pp. 03 a 10.

²⁸ Ibid, idem. p. 05.

²⁹ As matérias foram publicadas no Jornal Correio da Manhã entre os dias 10 e 23 de setembro de 1959, e, depois, entre 29 de novembro e 2 de dezembro do mesmo ano. Em 1960, as reportagens ganharam formato de livro publicado sob o título *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco. Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. No tópico 7 desse capítulo, intitulado "Uma operação para o Nordeste", retomamos essas reportagens e explicamos como e porque as mesmas foram produzidas.

1.2. – Às 14 horas...

No dia 7 de dezembro de 1959, as galerias do plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco voltaram a ser ocupadas pelos camponeses, pois o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia estava novamente na pauta de discussão. Os trabalhadores rurais nutriam, mais uma vez, a expectativa de presenciarem a resolução do problema da posse da terra naquele engenho.

Às 14h tiveram início os trabalhos legislativos. Os debates dessa tarde giraram em torno, principalmente, do projeto 264, cujo objetivo era a desapropriação do Engenho Galiléia, e do projeto 332, o qual propunha isentar de impostos de vendas e consignação os gêneros alimentícios considerados de primeira necessidade.³⁰

Contudo, desde o início já se poderia perceber que aquela sessão seria uma das mais concorridas e as discussões bastante acaloradas. A movimentação dentro e fora da Assembléia era intensa. Nas galerias, tomadas por trabalhadores, aumentava a expectativa em torno do desenrolar da sessão. O entra e sai do plenário, por parte dos deputados, era constante. Os debates são iniciados e o deputado Cunha Primo do PRT, Partido Republicano Trabalhista, tece as primeiras considerações acerca da desapropriação do Engenho Galiléia. O deputado Carlos Luis também discursa e requer urgência para o projeto 264, de sua autoria.³¹

Em seguida, o deputado Eudes Costa ocupa a tribuna e passa a discutir um outro assunto da pauta do dia, ou seja, o projeto que propunha isentar os gêneros alimentícios de primeira necessidade dos impostos de vendas e consignação. No decorrer do seu discurso, o orador é interrompido pelo presidente da sessão *para fazer votar um requerimento de autoria do Sr. Carlos Luiz de Andrade pedindo preferência para a discussão e votação em 2º turno do projeto n.º. 264*³².

Essa atitude provocou uma série de manifestações de desacordo por parte de alguns deputados³³, os quais não necessariamente eram contrários ao projeto de desapropriação do Engenho Galiléia, tendo em vista a votação da matéria em 1º turno,

³⁰ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 07 / 12 / 1959.

³¹ As informações que constituem esse parágrafo foram elaboradas a partir das leituras dos discursos e atas que compõem os Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco do dia 07 / 12 / 1959.

³² Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 07 / 12 / 1959. p. 20.

³³ Nos anais da Assembléia Legislativa consta apenas o registro de que os seguintes deputados manifestaram-se em desacordo com a atitude do presidente da sessão: Murilo Costa Rego do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, Sérgio Murilo do PRT – Partido Republicano Trabalhista, Felipe Coelho da UDN – União Democrática Nacional, Antonio Luiz do PDC – Partido Democrata Cristão e José Francisco do PSD – Partido Social Democrático. Contudo, nessa documentação não há a transcrição dos pronunciamentos desses deputados acerca dessa questão.

na qual esses parlamentares votaram a favor do projeto nº 264. Nessa disputa não podemos identificar os grupos pró e contra a desapropriação como sendo governistas e oposicionistas ou, simplesmente, de direita e de esquerda. Para a questão do Engenho Galiléia, essas divisões políticas pouco funcionavam, pois parcelas das bancadas, que apoiavam o governo ou faziam oposição ao mesmo, poderiam estar a favor ou contra o projeto de desapropriação. A luta parecia ser voto a voto entre os parlamentares, os quais ainda sofriam pressão dos camponeses presentes nas galerias e corredores da Assembléia. Um deputado que se declarasse a favor em um turno da votação, depois poderia ser convencido a votar contrário a desapropriação, assim como posteriormente poderia voltar a se declarar favorável ao projeto.

A documentação não nos possibilitou saber se o deputado votava atendendo a orientação do partido ou movido por outros interesses. Contudo, as análises de alguns votos nos mostram que as bancadas em nenhum momento se comportaram como um bloco a favor e outro bloco contra a desapropriação.

Na votação do 1º turno, no dia 1º de dezembro de 1959, os deputados do PSD, Partido Social Democrático, integrantes da bancada de oposição ao governo estadual, apresentaram metade dos seus seis votos favoráveis ao projeto de desapropriação que tinha o apoio do executivo estadual³⁴. O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, integrante da frente política, que elegeu o então governador Cid Sampaio, participou da votação em 1º turno com sete votos, sendo quatro contrários ao projeto de desapropriação³⁵, ou seja, mais da metade dos deputados desse partido se posicionaram contrários a uma matéria de interesse do executivo estadual. Ainda nessa primeira votação, a UDN, União Democrática Nacional, partido ao qual estava filiado o governador, apresentou apenas dois votos, sendo um a favor e outro contra o referido projeto³⁶.

Talvez essa imprevisibilidade das votações também contribuisse para os impasses criados no transcorrer da reunião plenária do dia 7 de dezembro de 1959, visto que, constantemente, alguns deputados se retiravam da sessão e realizavam pequenas reuniões na tentativa de elaborar estratégias, principalmente, para impedir ou adiar uma possível aprovação³⁷.

Acerca dessa situação, o deputado Murilo Costa Rego, PTB, fez o seguinte discurso:

³⁴ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 01 / 12 / 1959. p. 53.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Essa informação foi retirada de trechos de alguns discursos dos parlamentares.

Sr. Presidente (...) a bancada da oposição que têm posição definida a respeito deste assunto, como tem a nossa aqui, dos ilustres deputados governistas, são pela aprovação do Projeto Galiléia (...) existem também deputados dos dois lados que, com razão ou não, pensam o contrário.³⁸

A fala do deputado Murilo Costa, em princípio, critica a diversidade das posições políticas dos parlamentares em torno da desapropriação do Engenho Galiléia; ao mesmo tempo apresenta a bancada governista, da qual fazia parte, como sendo majoritariamente a favor do projeto. Posição idêntica teriam os parlamentares da oposição. Esse fragmento do discurso do deputado nos revela como as posições quanto à temática em discussão naquela sessão legislativa transcendem as orientações dos partidos governistas como dos de oposição.

O próprio PTB, partido a que pertencia o deputado Murilo Costa Rego, na votação em 2º turno, apresentou um voto desfavorável ao projeto de desapropriação, o qual se juntou a outro de um deputado da UDN, perfazendo dois de um total de dez votos contrários, ou seja, 20% do total dos votos que se opuseram ao projeto de desapropriação vinham da base aliada, a qual, em princípio, apoiaria o projeto. Esses votos apontam que, ao contrário do início da afirmação do deputado Murilo Costa, a base de apoio ao projeto parecia não ter uma posição tão definida.

Os debates e os posicionamentos acerca do projeto de desapropriação podem ser considerados como um acirrado combate, no qual a posição política de cada deputado, antes de ser um simples voto a favor ou contra a orientação do executivo estadual, remete a outros níveis de apoio político. Essa votação coloca também em questão uma série de temas como propriedade, família e religião, considerados como alvo de ataque dos comunistas, que estariam participando do processo de desapropriação.

Mas, voltemos à sessão parlamentar daquele dia 7. O requerimento solicitando preferência para o projeto nº 264 é aprovado, já no final da tarde. Os foreiros do Engenho Galiléia permaneciam nas galerias, que haviam sido ocupadas com antecedência ao início da sessão³⁹. Alguns parlamentares se ausentavam constantemente

³⁸ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 07 / 12 / 1959. p. 33.

³⁹ Informação contida no discurso do deputado Elias Libâneo. Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 07 / 12 / 1959. p. 27. O termo cedo é utilizado pelo parlamentar, porém não fica claro desde que horas os camponeses estavam ocupando as galerias do plenário.

do plenário. Isso provocava, além de uma insuficiência de quorum para dar prosseguimento às votações, muitas discussões e acusações entre os deputados.

Em razão dessas ausências, o Presidente Antonio Neves, do PTB, encerra a sessão e convoca uma outra para as 21 horas. A finalidade dessa nova sessão consistia em votar o requerimento de urgência formulado pelo deputado Carlos Luiz de Andrade para o projeto de desapropriação, bem como o debate e votação final, caso fosse concedida a urgência⁴⁰. Além disso, podemos pensar que nesse intervalo novas negociações políticas devem ter ocorrido, em face das diferentes pressões dos diversos grupos para quem a matéria era tida como relevante.

1.3 - Às 21 horas...

Às 21 horas do dia 7 de dezembro teve início a 39ª sessão extraordinária da quinta legislatura. Os trabalhadores rurais permaneciam nas galerias e nos corredores da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, esperando, ainda naquele dia, por uma decisão aguardada há quatro anos. A situação não parecia tão favorável visto que já passava das nove horas da noite e o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia ainda precisava ser aprovado nas votações do 2º e 3º turno.

O deputado Carlos Luis de Andrade inicia os debates mais uma vez justificando o seu projeto e também o seu requerimento de urgência. Realizada a votação e, em meio às várias discussões, é concedida a urgência.

Por volta das 22 horas, realiza-se em 2º turno a votação do projeto⁴¹. Ao todo, 30 deputados participaram da mesma. A expectativa dos trabalhadores era grande. Os votos contra e a favor alternavam-se e conseqüentemente fortalecia ou enfraquecia a esperança de vitória dos camponeses. Além disso, a cada voto, um significado poderia estar sendo atribuído à desapropriação do Engenho Galiléia, seja pelos foreiros do engenho que ocupavam as galerias, seja pelos deputados, ou ainda por outras pessoas presentes no plenário. No final, com 20 votos a favor e 10 contra, o projeto de desapropriação estava aprovado em 2º turno.⁴²

Deve-se pensar que a mobilização e as reivindicações dos camponeses não apresentavam ali o seu primeiro momento de discussão. Nem o problema do Engenho Galiléia com os seus foreiros estava sendo discutido pela primeira vez. No ano de 1959

⁴⁰ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 07 / 12 / 1959. p.36.

⁴¹ Ibid Idem. p. 02.

⁴² Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 07 / 12 / 1959. p.03.

e 1960, os debates acerca das condições de vida e das mobilizações dos trabalhadores rurais no Brasil foram intensos, principalmente, aqueles que abordavam a região Nordeste.

1.4 - Um minuto para algumas considerações.

A questão do Engenho Galiléia e as ações das Ligas Camponesas, com a mobilização de trabalhadores rurais, estavam ocupando cada vez mais as páginas de reportagens da imprensa local e nacional no final da década de 1950 e início dos anos 60.

Em 1959, as reportagens de Antônio Callado, anteriormente citadas, obtiveram uma ampla repercussão no país ao abordarem aspectos da vida e da luta dos camponeses do Nordeste, notadamente, em Vitória de Santo Antão, no Engenho Galiléia.

Nessas reportagens, o Nordeste apresentado por Callado era uma região miserável e que estava sendo palco, principalmente em Pernambuco, de uma intensa mobilização social. Afirmava o jornalista do *Correio da Manhã*:

O povo esse é ainda semi-escravo como qualquer investigação das Nações Unidas o comprovaria. Só em Pernambuco, no engenho Galiléia, para maior exatidão, já conseguiram livrar-se de uma situação que é uma vergonha para todo brasileiro. A revolução do Galiléia foi extremamente branda, por parte dos revoltados, e teve um final bacharelesco aos cuidados do deputado Francisco Julião. Mas num Estado como o Ceará, nada mais fácil de que imaginar um levantamento verdadeiramente colérico de massas. É de espantar que ainda não tenha havido nenhum e de esperar que alguém em breve se anime.⁴³

Antes mesmo da possível desapropriação do Engenho Galiléia, que ainda tramitava como projeto na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Antônio Callado já considerava a organização dos camponeses, sob a liderança de Julião, por meio da SAPPP, como sendo uma revolução, branda, porém funcional, visto que aqueles trabalhadores teriam se livrado de uma situação de semi-escravidão.

O objetivo dos foreiros do Engenho Galiléia, a desapropriação do engenho, ainda não tinha sido alcançado. Contudo, os camponeses já tinham conseguido se organizar, por meio das Ligas Camponesas, e obtido algumas melhorias nas suas

⁴³ CALLADO, Antônio. Op. Cit, p. 55.

condições de vida e de trabalho, enfrentando, para isso, muitas vezes o proprietário do engenho. É nesse aspecto que estaria a funcionalidade apresentada na reportagem para a chamada “revolução do Galiléia”.

Antônio Callado afirmava que uma das características de uma revolução seria o levante violento dos trabalhadores. Isso não teria acontecido no Engenho Galiléia, no entanto, aqueles camponeses estavam conseguindo melhorar suas condições de vida e trabalho. Contudo, o jornalista deixava ainda uma ameaça “no ar”, ao afirmar que em um Estado como o Ceará facilmente poderia haver “um levantamento verdadeiramente colérico de massas”, e esperava que isso acontecesse em breve.

Nessa mesma reportagem, ainda sobre o Engenho Galiléia, afirmou o jornalista, em outro parágrafo:

A grande miséria do nosso lavrador nunca permitiu a invenção de formas graciosas de vida ou de formas úteis de insurreição. Esperamos que o engenho Galiléia seja um novo ponto de partida.⁴⁴

Callado defendia que a organização dos trabalhadores rurais naquele engenho seria o ponto de partida para uma série de mobilizações de outros trabalhadores rurais. Esses teriam a partir daquele momento um exemplo vitorioso a ser seguido.

Alguns dos leitores dessas reportagens, cercados por tantas informações, devem ter começado a perceber e acreditar em um Nordeste, onde os trabalhadores rurais se organizavam para conquistar mudanças em suas precárias condições de vida. Por outro lado, essas matérias podem também ter representado, para muitas pessoas, um Nordeste às vésperas de uma convulsão social, com potencialidade para se alastrar para outras regiões do Brasil, já que, segundo Antônio Callado, o movimento das Ligas Camponesas

irradia-se para a Paraíba e se alastrará pelo nordeste em geral, mas o cuidado do seu mentor, o deputado Francisco Julião, é fazê-lo irradiar-se por meios mais sofisticados e a direção por ele escolhida é a do Sul do país. Julião, quando estive com ele no Caxangá e em Galiléia, esperava emissário seu aos socialistas de São Paulo ligados à agricultura e aos meios rurais do Paraná, onde cresce sempre a revolta contra o governador Lupion e suas imobiliárias de grileiros⁴⁵.

⁴⁴ CALLADO, Antônio. Op. Cit, p. 56.

⁴⁵ CALLADO, Antônio. Op. Cit, p. 40.

Essas reportagens influenciaram na produção de diversas imagens, gerando uma série de comportamentos sociais, pois como nos diz Certeau, “o discurso produz então efeitos”⁴⁶. Em alguns leitores, a reportagem pode ter produzido uma indignação em face da situação de extrema pobreza daqueles trabalhadores. Outros podem também ter se indignado, porém ficaram receosos com o possível caráter revolucionário, apresentado pelo jornalista. Ou ainda, deve ter existido aqueles que consideravam a organização dos camponeses no Engenho Galiléia como algo que subvertia a ordem, uma atividade de cunho comunista, e por essa razão deveria ser reprimida.

As reportagens publicadas no *Correio da Manhã* foram reproduzidas e comentadas em diversos jornais do Brasil. Além disso, foram debatidas na Câmara Federal e transcritas em seus anais. As sessões na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em dezembro de 1959, debatiam a desapropriação das terras daquele engenho levando também em consideração a referida reportagem.

1.5 - Voltemos ao Palácio Joaquim Nabuco – 23h e 20 min...

De volta a sessão plenária do dia 07 de dezembro de 1959. Em razão da urgência concedida para o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia restava agora a votação em 3º turno. Já se aproximava da meia noite, quando a 39ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura chegava ao fim. Nessa, os deputados além de aprovarem o projeto em 2º turno, também aprovaram um requerimento, que solicitava a convocação de uma sessão extraordinária com a finalidade de discutir e votar em 3º turno o mencionado projeto.⁴⁷ Com caráter de urgência, a 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura foi iniciada às 23 horas e 20 minutos, ainda do dia 7 de dezembro.⁴⁸

O caráter de urgência concedido às votações, por meio da aprovação de um requerimento legislativo, não estava presente apenas no plenário do Palácio Joaquim Nabuco. Ele se manifestava também no Engenho Galiléia, mais especificamente na condição de vida dos camponeses, que precisam urgentemente de um resultado favorável na votação do projeto de desapropriação, principalmente, a partir dos últimos acontecimentos, ocorridos no dia 19 de novembro de 1959. Nessa data, o juiz José Albino, da Comarca de Vitória de Santo Antão, concedeu ganho de causa ao senhor

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Vol. 01. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994, p. 154.

⁴⁷ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 07 / 12 / 1959. p. 5.

⁴⁸ Ver Ata da 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura de 07/12/1959.

Oscar de Arruda Beltrão por uma ação de despejo movida contra os foreiros que não estivessem pagando o foro naquele engenho.

O processo se arrastava na justiça há quatro anos, contudo, agora os camponeses, cujo pagamento do foro não estivesse em dia, estavam intimados a deixarem as terras após a sentença judicial. O município de Vitória de Santo Antão preparava-se para ser palco de um violento conflito. Enquanto o juiz José Albino de Aguiar decretava o seu veredicto, a cidade era tomada por um clima de guerra. Notícias de que duzentos camponeses armados invadiriam o centro de Vitória circulou durante o período da tarde daquela quinta-feira, 19 de novembro. O delegado do município, José Lopes, reclamava por não ter recebido o reforço policial solicitado a Polícia Militar no Recife. Devido a isso, formou um destacamento policial⁴⁹ com soldados de municípios vizinhos, como o de Pombos, e recebeu auxílio de vigias das propriedades da região, cedidos pelos administradores das mesmas. O delegado tinha planejado uma operação militar, inclusive havia sido realizado um trabalho de levantamento topográfico da região. As casas, em sua maioria, encontravam-se com as portas fechadas, fazendo com que a cidade fosse tomado por um silêncio. Esse foi rompido apenas quando alguns caminhões do exército começaram a passar pelas ruas centrais, com suas sirenes ligadas. A noite chegou e o temido confronto entre camponeses e a polícia acabou por não ocorrer.

Contudo, a situação nos dias que se seguiram àquela quinta-feira ficou cada vez mais tensa. Os foreiros se negavam a cumprir a ordem judicial e prometiam lutar para permanecer naquelas terras. Julião, por sua vez, anunciava um banho de sangue, caso ocorresse a tentativa de se cumprir aquela ordem judicial. No decorrer do mês de novembro, os jornais em Pernambuco, assim como o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, antecipavam o eminente conflito, cujo campo de batalha seria o Engenho Galiléia.⁵⁰

Tendo ou não condições de resistir a uma possível execução da ordem de despejo, Francisco Julião anunciava no *Diário de Pernambuco*:

⁴⁹ Diário de Pernambuco. 20 de novembro de 1959. p. 05.

⁵⁰ Sobre esses acontecimentos ver CALLADO, Antônio. Op. Cit, pp. 131 – 135; MONTENEGRO, Antônio Torres. *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964 Projeto História*. São Paulo, n°. 29, tomo 02, 2004; SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador – Coleção Perfil Parlamentar Século XX*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001. pp. 92 – 94.

As ligas concentrarão todos os seus efeitos para o primeiro banho de sangue no governo do Sr. Cid Sampaio, caso se consuma nova injustiça contra os moradores do Galiléia (...) é mais honroso morrer resistindo a tudo para não deixar a terra, do que tombar de fome.⁵¹

Dando vez as idéias e as promessas de Julião, Antônio Callado publicou no *Correio da Manhã*:

A única esperança razoável de que o despejo dos ‘galileus’ não vá derramar o primeiro sangue de brasileiros na luta pela reforma agrária, é a aprovação pela Assembléia de Pernambuco, do projeto de desapropriação.⁵²

A cada momento, a luta dos camponeses tornava-se mais difícil. As ameaças e a pressão exercidas pelo proprietário do engenho, juntamente com a polícia local, intensificavam-se. Os encaminhamentos daquela situação pareciam mais indefinidos.

Essa indefinição também permeava o pensamento dos deputados e dos trabalhadores que aguardavam o resultado da sessão, na qual se votaria, em 3º e último turno, o projeto de desapropriação. A expectativa no plenário era grande. Tinha sido um dia de muitos debates e incertezas. A 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura é iniciada às 23 horas e 20 minutos daquele 7 de dezembro de 1959.

Não havia ata para ser lida, pois a mesma não tinha sido concluída, devido à exigüidade de tempo provocada pelo excesso de sessões. Não ocorreram também debates, visto que nenhum deputado fez uso da palavra concedida pelo senhor presidente. Esse, mediante a ausência de discussões, dá início à votação em 3º turno.⁵³

Os ponteiros do relógio caminhavam paralelos à contagem dos votos. O dia 8 já se aproximava, mas também se aproximava para os camponeses uma decisão acerca da desapropriação ou não daquelas terras. O ritmo do relógio era constante, contudo, o da votação era urgente para aqueles foreiros.

Finda a votação, a desapropriação do Engenho Galiléia tinha sido aprovada em 3º turno. A alegria entre os trabalhadores rurais, que ainda ocupavam as galerias, deve ter sido intensa, afinal para eles a aprovação era também uma vitória da luta por uma reforma agrária.

⁵¹ CALLADO, Antônio. Op. Cit, pp. 146.

⁵² CALLADO, Antônio. Op. Cit, pp. 142.

⁵³ Ata da 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura de 07/12/1959.

Algumas reações ao resultado daquela sessão foram imediatas. Os deputados Adauto José da UDN, Miguel Santos do PSD e Francisco Falcão do PTB pediram a palavra e solicitaram à consignação em ata de que votaram contrariamente àquele projeto e as suas respectivas emendas. Na sessão seguinte o deputado Drayton Nejaim do PSP, Partido Social Progressista, justifica a sua ausência na votação noturna e afirma que se lá estivesse votaria de forma contrária, porque considerava aquela ação um precedente perigoso criado para um Estado pobre como Pernambuco.⁵⁴

O projeto do Engenho Galiléia seguia agora para a sanção ou não do governador Cid Sampaio. Contudo, o discurso do deputado Drayton Nejaim já indicava um dos significados, atribuídos à desapropriação daquele engenho, ou seja, de que tal ação colocava todo o Estado em perigo. Mas em que consistia esse perigo? Como o mesmo foi sendo produzido?

1.6 - “Ou paga sessentinha pelo corte ou moa queimadinha”.

Após a aprovação do projeto de desapropriação das terras do Engenho Galiléia na Assembléia Legislativa, não ocorreu um intenso debate na imprensa, como era de se esperar. Entendemos que o silêncio da imprensa, notadamente do *Jornal do Comércio* e do *Diário de Pernambuco*, em relação à decisão dos parlamentares não deve ser percebido como um posicionamento de indiferença ou de pouco interesse pelo tema. Mas, podemos pensar duas questões em relação ao comportamento de grande parte da imprensa. A primeira implicava na idéia de que o silêncio não era o reconhecimento de uma derrota. O *Jornal do Comércio* e o *Diário de Pernambuco* não disponibilizariam parte de suas páginas para divulgar conquistas de trabalhadores rurais, que contrariavam interesses políticos, econômicos e sociais de setores da sociedade ligados ao latifúndio, os quais representavam de maneira predominante. Além disso, essa conquista ainda não era definitiva, visto que o governador Cid Sampaio precisava sancionar o projeto e até ser dada a sanção, os grupos, contrários à desapropriação, poderiam conseguir o veto do governador.

Uma segunda questão implicava na idéia de que mesmo sem ter ocorrido uma discussão sobre a desapropriação do Engenho Galiléia, havia, em parte da imprensa, todo um debate que já buscava direcionar o olhar do leitor acerca das mobilizações e das reivindicações dos camponeses.

⁵⁴ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 07/12/1959.

Um dos debates, que se intensificou na imprensa no início da década de 1960, procurava estabelecer uma relação entre a ação dos camponeses e os incêndios ocorridos nos canaviais. Esses, principalmente no período da estiagem, ficavam bastante vulneráveis ao fogo, cujo início podia ser provocado por qualquer fagulha ou ponta de cigarro. Por outro lado, para facilitar o corte, assim como para aumentar a área cortada, alguns trabalhadores ateavam fogo nas plantações. Contudo, esses incêndios, no final da década de 1950 e início dos anos 60, foram amplamente noticiados na imprensa e registrados pela polícia como um ato criminoso realizado por pessoas, que estariam ligadas aos comunistas.⁵⁵

Em 14 de janeiro de 1960, o *Diário de Pernambuco* noticiava: “Volante da P.M. capturou mais quatro incendiários de canaviais, em Ribeirão”⁵⁶. No decorrer da matéria são registradas algumas declarações concedidas pelos ditos incendiários à polícia. Segundo o jornal, Possidônio Alves, um dos que havia sido preso, trabalhava no Engenho Santa Luzia e idealizou panfletos distribuídos com os seguintes dizeres; “Ou paga sessentinha pelo corte ou moa queimadinha”⁵⁷.

A reportagem não faz nenhuma referência de que o trabalhador Possidônio Alves pertencia às Ligas Camponesas ou que estaria envolvido com o Partido Comunista. Contudo, a sua ação e as suas declarações à imprensa nos remetem a pensar que muitos trabalhadores possivelmente se apropriaram da prática das queimadas para buscar pressionar os seus patrões a concederem melhores salários pelo seu trabalho, independentes de estarem ou não engajados em algum movimento social.

Essa era uma das várias táticas elaboradas e executadas pelos camponeses para sobreviverem à miséria, como também para pressionarem seus patrões por melhorias materiais nas condições de vida. Apesar do *Diário de Pernambuco* ser um jornal que se mostrava muito favorável ao discurso dos usineiros e senhores de engenho, na reportagem do dia 14 de janeiro de 1960 esse periódico descreve a exploração de que era alvo o trabalhador rural Severino José da Silva, preso e acusado de ser incendiário:

(...) assim agira por ser um homem revoltado. Residindo no Engenho Santa Luzia recebia constantes maus tratos do barraqueiro; comprava 200 gramas de carne, mas apenas recebia 100.

⁵⁵ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Labirintos do medo: o comunismo (1950 – 1964)* in Clio Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. n. 22. Recife, UFPE, 2004. pp. 219 – 220.

⁵⁶ *Diário de Pernambuco*. 14/01/1960. p. 05.

⁵⁷ *Idem*.

Ultimamente, estando sua esposa grávida, foi ao administrador do engenho pedir dinheiro adiantado, sendo surpreendido com a seguinte resposta: ‘menino de pobre se embrulha em estopas’. Diante disso, e desesperado, ateou fogo consecutivas vezes em canaviais; e não só fez isso como também conseguiu companheiros para a tarefa.⁵⁸

Essa reportagem, surpreendentemente, apresentava a idéia de que os incêndios e os altos níveis de exploração social se encontravam relacionados. Diante dessa argumentação, alguns leitores podem ter pensado as queimadas como uma resposta a violência constante praticada pelos donos de engenhos.

No entanto, outras pessoas podem ter acreditado que os incêndios eram sinônimos de agitação social e incorporado o discurso de parte da imprensa e da polícia, por meio do qual se instituía o lugar de criminoso para os camponeses e, por conseguinte, apresentava-se aquela ação como um crime. Além disso, o panfleto distribuído pelo camponês Possidônio Alves com o dizer “ou paga sessentinha pelo corte ou moa queimadinha” reforçava a idéia de que parte dos trabalhadores rurais estava disposta a colocar Pernambuco em chamas, caso não fossem atendidos em suas exigências.

Por sua vez, os senhores de engenho procuravam estabelecer uma relação direta entre a ação desses trabalhadores com as atividades subversivas das Ligas Camponesas. Os donos dos engenhos afirmavam que o trabalhador pobre sempre existiu, mas esse não agia de forma revoltada, o que teria passado a ocorrer como consequência da propaganda comunista e das Ligas Camponesas. O Sr. Luiz Gonzaga Xavier de Andrade, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, afirmava em declaração a imprensa que os incêndios eram criminosos. Além disso, declarava:

Quanto ao grande número de incêndios ocorridos nos canaviais pernambucanos, nos últimos tempos, afirmou que embora reconheça a possibilidade de existir alguns casos acidentais, quase a totalidade é provocada por elementos subversivos que procuram desacreditar a agricultura (...) somos contrários a métodos reconhecidamente subversivos, como os usados, atualmente, no Estado, através das Ligas Camponesas, que procuram desestimular o trabalho agrícola, provocando consequências desastrosas à economia agrária de Pernambuco e um clima de insegurança e intranquilidade generalizado.⁵⁹

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Diário de Pernambuco. 13/01/1960. p. 05.

Para os proprietários rurais, assim como para uma parcela da população, havia uma relação direta, no início dos anos 60, entre subversão, Ligas Camponesas, incêndios nos canaviais, que concorriam para a intranquilidade social e a insegurança. Pernambuco, dessa forma, era considerado um Estado perigoso, que estava sendo tomado por incendiários subversivos. Assim, a ausência de um debate na imprensa acerca da aprovação da desapropriação do Engenho Galiléia não significou a inexistência de produção de sentidos para tal decisão do legislativo estadual. As reportagens sobre os incêndios nos canaviais tentavam mostrar que havia uma relação entre as queimadas e a intencionalidade de atos criminosos e subversivos, cujo objetivo era desestruturar a produção agrícola no Estado.

Os incêndios, que poderiam ser acidentais ou um acordo entre patrões e empregados para apressar a moagem, em grande medida, passaram a ser apresentados pelos latifundiários e entendidos por parcelas das camadas médias urbanas, com acesso mais direto à imprensa, como indício de uma atividade criminosa desenvolvida por grupos de trabalhadores pobres, cuja ação, incentivada, segundo aqueles setores, pelas Ligas Camponesas e pelos Comunistas, colocava em perigo a economia de Pernambuco.

1.7 - Uma operação para o Nordeste.

Paralelo aos debates ocorridos na Assembléia Legislativa de Pernambuco, desenvolvia-se também, nas instituições federais, toda uma disputa em torno do Nordeste. Em 1958, uma intensa seca tinha atingido os Estados dessa região. As condições de vida e trabalho dos camponeses, que era, em geral, de muita pobreza, foram agravadas pela ausência de chuvas. As migrações de famílias de trabalhadores fugindo dos locais atingidos pela seca eram constantes. Elas dirigiam-se para as capitais dos Estados ou mesmo para cidades do Sudeste do Brasil. Em meados da década de 1950, quase um terço da população do Brasil vivia no Nordeste, contudo apenas 13% da renda do país era produzida nessa região.⁶⁰

Essa situação de pobreza era agravada pela ineficiência de políticas sociais e de combate à seca elaboradas e executadas pelo governo federal, mas especificamente pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, DNOCS.

⁶⁰ **PAGE**, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. p. 85.

Nesse período, o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO) convidou o jornalista Antônio Callado para realizar uma viagem ao Nordeste. Nela, Callado teve a oportunidade de visitar os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, nos quais realizou entrevistas e colheu detalhadas informações, utilizadas na elaboração das reportagens publicadas no jornal *Correio da Manhã*, já abordadas nesse trabalho. Nessas, o jornalista denuncia como o dinheiro público era mal utilizado no combate à seca e como os latifundiários estruturaram um grande negócio para eles, a partir dos problemas provocados pela ausência de chuva, ou seja, organizaram uma indústria da seca.⁶¹

Antônio Callado também tinha realizado essa viagem a pedido do seu amigo Celso Furtado, o qual, no final da década de 1950, trabalhava como economista no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Furtado comandava uma luta para que se adotasse uma nova política econômica para o Nordeste. As denúncias de corrupção feitas por Callado, acerca dos recursos destinados ao combate à seca, em um jornal de grande circulação no Brasil, o *Correio da Manhã*, causaram intensa repercussão na Câmara dos Deputados e no Senado, fortalecendo, de certa maneira, as ações que Celso Furtado planejava desenvolver para o Nordeste.⁶²

O presidente Juscelino Kubitschek, diante da repercussão das reportagens de Antônio Callado, procurou obter apoio de parte da opinião pública e com isso tentou pressionar alguns parlamentares contrários às mudanças nas políticas do governo federal executadas no Nordeste.⁶³ O que se desejava aprovar no Congresso era um novo plano, cujo objetivo consistiria na alteração do modo como se abordava os problemas da região, deixando de se executar ações defensivas e paliativas e passando a implantar um programa positivo, que alcançaria as ditas causas do subdesenvolvimento.⁶⁴

A frente desse novo plano do governo federal estava Celso Furtado, que no início de 1959 apresentou a Juscelino Kubitschek uma série de sugestões para buscar solucionar os problemas do Nordeste. Essas foram organizadas em um projeto, cuja estratégia principal apontava para a criação de uma autarquia federal, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O projeto de Celso Furtado recebeu o nome de Operação Nordeste.

⁶¹ MONTENEGRO, Antônio Torres. *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964* in **Projeto História**. São Paulo, nº. 29, tomo 02, 2004.

⁶² PAGE, Joseph. Op. Cit.

⁶³ MONTENEGRO, Antônio Torres. Op.Cit.

⁶⁴ PAGE, Joseph. Op. Cit. pp. 84-85.

Podemos pensar também a expressão *Operação Nordeste* como sendo um modo de intensificar a representação de que essa parte do Brasil se constituía como uma grave ameaça para o restante do país, seja pela miséria existente, seja pela ação dos comunistas. E era assim que setores do governo federal e da sociedade percebiam o Nordeste. Segundo Celso Furtado, aquela era a mais vasta zona de miséria do hemisfério ocidental⁶⁵ e a Operação Nordeste estava sendo estruturada para intervir e mudar todo aquele cenário. A pobreza começava cada vez mais a chamar a atenção de diferentes setores sociais tanto no Brasil como fora dele. Tomando por base as reportagens de Antonio Callado e reforçando a idéia do Nordeste como um problema nacional⁶⁶, o deputado federal Fernando Ferrari afirmou:

Considero tais reportagens um dos mais preciosos testemunhos acerca da grave situação daquela região. Creio ser este um dos documentos mais valiosos e importantes e, talvez, dramáticos de todos quantos tomei conhecimento, quer através de depoimentos escritos, quer nestas minhas andanças pelo Nordeste e pelas demais regiões do país.⁶⁷

Discursos como esse, que apresentavam o Nordeste como um problema nacional, passam a ser recorrentes nos debates parlamentares e nos editoriais da imprensa de diversas regiões do país no final de 1959. Ao mesmo tempo, parcelas da sociedade começaram a compreender a pobreza do Nordeste, aliada a crescente organização de camponeses, como um problema, mas também como um perigo e uma ameaça.

Para parte da população, a miséria do Nordeste, tão comentada no final da década de 1950, era relacionada com a atuação das Ligas Camponesas, que organizavam e mobilizavam os trabalhadores rurais. Muitas pessoas acreditavam que esses grupos desenvolviam ações, como greves e incêndios nos canaviais, as quais intranquilizavam aquela localidade do país. Além disso, essas ações seriam lideradas por pessoas associadas ao comunismo, que explorariam a miséria daquela região para expandir suas atividades subversivas para o restante do Brasil.

⁶⁵ FURTADO, Celso. *A Fantasia desfeita*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 53.

⁶⁶ A idéia de Nordeste como uma região-problema é trabalhada por Amélia Cohn, a qual acredita e defende em seu livro, que a estrutura econômica dessa área era a responsável, notadamente, pelas tensões políticas e sociais. Esse conjunto de questões, segundo a autora, fez o Nordeste emergir como uma região-problema para o país. COHN, Amélia. *Crise Regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

⁶⁷ CALLADO, Antônio. Op. Cit, pp. 142. pp. 91-92.

Nesse sentido, era propalada também a idéia de que os incêndios em canaviais e as mobilizações camponesas, realizando greves e ocupando propriedades, era resultado da ação de comunistas, cujo objetivo era tomar o poder em Pernambuco e em outros Estados do Nordeste; essa idéia foi fortalecida com os resultados da eleição para governador de Pernambuco em 1958. Nessa eleição, foi eleito o usineiro Cid Sampaio, com o apoio dos comunistas e socialistas em sua campanha. No ano seguinte, Miguel Arraes se elegeu prefeito do Recife também com o apoio de grupos de esquerda, que passaram a ocupar cargos no executivo municipal.⁶⁸

A atuação das Ligas Camponesas na mobilização dos trabalhadores rurais, os incêndios nos canaviais, as vitórias, nas eleições estaduais e municipais, de candidatos pertencentes a uma frente de esquerda⁶⁹, organizada a partir de 1955, assim como a miséria de parte da população do Nordeste eram fatores que colocavam essa região, e em especial Pernambuco, na pauta de discussão nacional. É em meio a essa intensa disputa, na qual os grupos políticos, sociais, econômicos e culturais eram classificados de direita ou de esquerda, que o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia é aprovado. Para muitos, essa era uma vitória dos camponeses e, portanto, das esquerdas (entenda-se, notadamente, os comunistas). Esse perigo é comentado na imprensa não apenas como local, mas também como nacional. A desapropriação do Engenho Galiléia passa a ratificar e intensificar a imagem de um Nordeste perigoso, e mais destacadamente Pernambuco, que deveria ser combatido, principalmente, porque a possível conquista dos trabalhadores rurais, aliada a intensa ação das Ligas Camponesas, poderia vir a possibilitar as bases de uma revolução camponesa, que, iniciada naquela região, poderia se expandir para todo o país.

Essa era uma idéia muito próxima e recorrente para diversos setores sociais, os quais tinham suas memórias povoadas pelos acontecimentos da Revolução Cubana, na qual um grupo de guerrilheiros tomou o poder e direcionou, posteriormente, o país para o regime comunista. Essa memória passa a moldar a percepção⁷⁰ que algumas pessoas tinham das mobilizações sociais ocorridas em Pernambuco, notadamente com a

⁶⁸ SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: Nacionalismo em crise – 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁶⁹ Essa Frente de Esquerda ficou conhecida como a Frente do Recife, que congregava partidos como o PSB, PCB e PTB. No segundo capítulo, discutir-se-á como mais detalhes essa frente de esquerda.

⁷⁰ A relação entre memória e percepção é trabalhada por Henri Bergson, o qual afirma que nós observamos o presente com várias referências do passado, ou seja, utilizamos nossa memória para percebermos o mundo. BERGSON, Henri. *Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. Martin Fontes, 1999.

aprovação na Assembléia Legislativa do projeto que autorizava a desapropriação do Engenho Galiléia.

Em fevereiro de 1960, o *Diário de Pernambuco* publicava uma nota em sua primeira página, cujo título era: “Exemplo de Cuba não deverá ser seguido” ⁷¹. O pequeno texto que se segue, refere-se à visita do presidente norte-americano Eisenhower a países da América do Sul, incluindo o Brasil. Transcrevendo uma notícia vinda de Berlim, afirma o jornal, no transcorrer da matéria:

A agência noticiosa comunista alemã “ADN” disse hoje que o propósito da visita à América do Sul do presidente Eisenhower, dos Estados Unidos, é impedir que a América do Sul siga o exemplo de Cuba ⁷².

A narrativa utilizada nessa reportagem é bastante refinada. Primeiro o jornal afirma em sua manchete que o exemplo de Cuba não deverá ser seguido, ou seja, utilizando-se da memória recente de muitas pessoas, o jornal desejava afirmar que o Brasil não deveria promover uma revolução de teor comunista, como tinha acontecido naquela ilha. Para demonstrar o quanto isso era possível de acontecer é transcrito, logo no início do texto, uma afirmação de um grupo comunista alemão, o qual considerava que o caminho da América do Sul era seguir o exemplo de Cuba. Por fim, a visita do presidente norte-americano tentaria impedir que isso acontecesse. Esse dado procurava demonstrar o quanto era iminente a expansão comunista, visto que o próprio presidente Eisenhower estava em missão anticomunista, visitando diversos países da América do Sul.

Uma pessoa que lesse os jornais com frequência ou mesmo estivesse inteirada dos assuntos abordados pelos mesmos, talvez não se sentisse surpreendida com esse tipo de notícia. No entanto, poderia começar a ficar assustada com a intensidade na qual elas se repetiam. Mesmo não sendo essa pessoa oriunda dos grupos conservadores, como os latifundiários, ela poderia pensar que Pernambuco estava tornando-se um local perigoso, principalmente pela ação dos comunistas e das Ligas Camponesas. A miséria do Estado, que provocava uma insatisfação popular, aliada aos incêndios nos canaviais, classificados por parte da imprensa como sendo criminoso e praticados por subversivos, juntamente com a crescente organização de camponeses, que conseguira desapropriar

⁷¹ Diário de Pernambuco, 23/02/1960. p. 01.

⁷² Idem.

inclusive o Engenho Galiléia, colocando, de acordo com alguns setores sociais, a propriedade privada em risco, foram elementos que passaram a ser instituidores de um modo de percepção do mundo para um considerável setor da população. Esses elementos foram utilizados para fortalecer o discurso de que a América do Sul, o Brasil e especificamente Pernambuco estavam seguindo o exemplo de Cuba, ou seja, passando para o controle dos comunistas e subversivos.

Nesse sentido, encontra-se o editorial de Malebranche Bernardo intitulado “Duplo perigo abate-se sobre o Brasil”⁷³, o qual em resumo procura identificar a forma de atuação dos comunistas:

Variando os moldes de suas atividades de acordo com as condições de cada país, têm os agentes do Kremlin, usado das mais diversas práticas, que variam desde a revolução pura e simples, a exemplo do que ocorre com o Paraguai e se planeja para os próximos meses para a Bolívia, até as práticas isoladas de desordem pública e dos incidentes sangrentos, como se tem tentado no Brasil e praticado abertamente na Argentina.⁷⁴

O editorial afirma ser a atuação dos comunistas na região sul do continente americano tão intensa que países como o Paraguai e a Bolívia, a exemplo de Cuba, já estariam sofrendo uma revolução comunista. Argentina e Brasil ainda não sofriam tal processo, pois a atuação dos ditos subversivos consistia em fomentar a desordem pública e os incidentes sangrentos. Alguns leitores poderiam pensar que parte da América do Sul já tinha se tornado comunista através de processos revolucionários de tomada de poder. No caso do Brasil, poderia-se pensar que a desordem e os incidentes, citados na reportagem, corresponderiam aos incêndios e a atuação das Ligas Camponesas.

Para a análise desse trecho do editorial, recorreremos também às afirmações feitas por Edward W. Said em seu estudo sobre a construção do Oriente pelo Ocidente:

[...] não se deve nunca supor que a estrutura do orientalismo não passa de uma estrutura de mentiras ou de mitos que, caso fosse dita a verdade sobre eles, partiriam com o vento (...) o que temos de respeitar e tentar apreender é a força nua e sólida do discurso orientalista, os seus laços muito íntimos com as instituições sócio-econômicas e políticas

⁷³ Diário de Pernambuco, 17/01/1960. p. 08.

⁷⁴ Idem.

capacitantes (...) o orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo de teoria e prática ⁷⁵.

Edward Said considera o que foi dito sobre o Oriente não como simples invenção fantasiosa, mas como resultado de uma construção teórica e prática da Europa, ligada a instituições sociais, econômicas e políticas, que fortaleceram o discurso estruturador do Oriente. Logo, o orientalismo, enquanto construção européia, não pode ser entendido como simples mentira, mas como um discurso forte que se apresentava sólido e em sintonia com práticas estabelecidas por instituições sociais. O editorial, escrito por Malebranche Bernardo ⁷⁶, também não era uma invenção do nada, a qual seria destruída com a afirmação de uma verdade dita absoluta. Temos de pensar que tal discurso estava pautado em uma visão bipolar do mundo, baseada na dinâmica da Guerra Fria, onde capitalistas de um lado e socialistas do outro procuravam estabelecer uma hegemonia do seu sistema de governo. Além disso, havia toda uma disposição político-econômica e social que organizava esse tipo de discurso e buscava fazer uma parcela cada vez maior da população vivenciá-lo. Para isso, essas organizações, compostas por diversos grupos sociais, procuravam definir um corpo de práticas, como a de criminalizar os movimentos sociais para fazer com que esses tivessem suas ações enfraquecidas e não fossem percebidos com bons olhos pela maior parte da sociedade.

É nesse período histórico de intensas disputas políticas, sociais, econômicas e culturais que se insere a desapropriação do Engenho Galiléia. De imediato a desapropriação pode ser entendida como uma conquista dos trabalhadores em direção a realização de uma reforma agrária. Contudo, esse não era o único entendimento nem tampouco o mais aceito naquele momento, principalmente pelos setores conservadores. No período em estudo, a luta dos trabalhadores rurais do Engenho Galiléia era percebida por alguns setores como algo perigoso; O deputado Drayton Nejaim, numa sessão legislativa após a aprovação da desapropriação, afirmou: *quero declarar aos meus colegas que se aqui estivesse votaria contra o projeto 'Galiléia', porque acho um precedente perigoso, criado para um Estado pobre* ⁷⁷.

Podemos pensar que essa declaração não expressava uma opinião isolada, mas era apoiada por outros parlamentares, assim como por outros setores da sociedade, que,

⁷⁵ SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 18.

⁷⁶ No período que antecedeu o golpe de 1964, Malebranche Bernardo escrevia, constantemente, artigos que destacavam o perigo do avanço do comunismo no Brasil e em Pernambuco.

⁷⁷ Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco. 07/12/1960.

naquele momento, entendiam a desapropriação como uma vitória dos comunistas e, portanto, como uma grave ameaça à propriedade privada e, por extensão, uma quebra da ordem social estabelecida. Por fim, aquela mobilização e conquista camponesa pode ter sido apreendida como um passo em direção a um processo revolucionário, como ocorrido em Cuba e isso, para muitas pessoas, era algo perigoso e provocava incertezas do que poderia acontecer.

1.8 – E no rufar das zabumbas...

Após o final da 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada quase no alvorecer do dia 8 de dezembro de 1959, em que foi aprovado o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia, os camponeses acreditavam estar muito próximos de conseguirem a propriedade daquelas terras. Restava aos camponeses aguardarem a sanção do governador Cid Sampaio.

No restante do mês de dezembro ocorreram as festividades tradicionais de final de ano, mas não a sanção do chefe do executivo ao referido projeto. A medida que diminuía o número de dias remanescentes do ano de 1959, aumentava a expectativa dos camponeses em relação a decisão que o governador de Pernambuco iria tomar.

Nesta época, que antecedeu a decisão governamental, Cid Sampaio deve ter recebido pressão de diversos setores, tanto daqueles que eram contra como dos que eram a favor do projeto. O governo, nesse período, deve ter sido pressionado por latifundiários e por parlamentares contrários à desapropriação, para vetar a decisão do legislativo estadual. Por outro lado, Cid Sampaio era alvo das pressões de vários outros setores sociais, notadamente grupos de esquerda que o tinham apoiado nas eleições de 1958, a fim de sancionar tal projeto.

Francisco Julião era um dos integrantes desse grupo, afinal ele tinha estado no palanque de Cid Sampaio na campanha eleitoral e pedido voto, notadamente aos camponeses, para o então candidato da UDN. Os camponeses, por sua vez, não ficaram apenas no aguardo de uma definição, tendo ocupado algumas vezes as ruas do Recife, em passeata, com o objetivo de pressionar a sanção do projeto.⁷⁸

O ano de 1960 tinha chegado e com ele o mês de janeiro, sem, contudo, haver uma conclusão para a questão. Porém, as 4 horas da manhã do dia 15 de fevereiro de

⁷⁸ Entrevista de Francisco Julião concedida ao CEHIBRA em 21 de outubro de 1982. Fundação Joaquim Nabuco. p. 46.

1960, a alvorada no Engenho Galiléia acontecia sob muita música de pífanos e com o rufar de zabumbas. Os camponeses acostumados a acordarem sob a pressão de uma nova jornada de trabalho, naquele dia despertavam em meio a muita festividade. Às 6 horas da manhã houve hasteamento das bandeiras de Pernambuco e do Brasil, seguido de salvas de 21 tiros.⁷⁹ O ambiente estava extremamente festivo entre os camponeses, pois se comemorava a assinatura do decreto de desapropriação pelo governador Cid Sampaio, que tinha ocorrido na sacada do Palácio do Campo das Princesas.

O dia foi de muitos festejos e discursos por parte de vários políticos e de líderes das Ligas Camponesas que estiveram presentes às festividades no Engenho Galiléia. Foram realizados culto, procissão e distribuído muito churrasco para os dois mil camponeses, aproximadamente, que participaram das comemorações. A festa adentrou pela noite com o início de um grande baile.⁸⁰

Mas o decreto assinado pelo então governador, ratificando a decisão tomada pelos deputados, não foi motivo de comemoração para outros setores sociais. Para os latifundiários que se sentiam ameaçados pela mobilização dos trabalhadores, a partir daquele momento era necessário intensificar as práticas e os discursos, a fim de desqualificar qualquer dimensão de vitória dos grupos de esquerda que pudesse ser associado àquela desapropriação. E isso era um conflito de caráter cada vez mais nacional, não estando as repercussões, acerca das mobilizações sociais ocorridas em Pernambuco, restritas a um âmbito regional. Nesse sentido, situa-se o editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, cuja discussão central condenava o ato do governador Cid Sampaio, afirmando que o mesmo se caracterizava como um atentado à propriedade privada.

“[...] O ato do governador pernambucano vem logo após os atentados praticados pelo governo gaúcho contra a propriedade particular e é da mesma natureza, embora ainda mais grave, por invadir o delicadíssimo problema da propriedade rural, sobre a qual se tem estabelecido tão grande confusão no espírito de alguns propugnadores da reforma agrária. Demonstra debilidade insanáveis de cultura quem ascende a altas posições políticas e administrativas sem a noção de que o combate a propriedade particular representa, em qualquer tentativa de reforma agrária, um retrocesso que nos pode arrastar a própria barbárie. A socialização da terra é um característico de todos os povos primitivos, que só se firmaram na civilização mercê da propriedade

⁷⁹ Para essas informações ver Diário de Pernambuco. 13 e 16/02/1960. pp. 07 e 03 para os respectivos dias.

⁸⁰ Idem.

particular. É evidente que ninguém pode, com força moral, propugnar os excessos que neste terreno puseram vastos países a mercê de pequenas minorias afortunadas, mas não nos devemos esquecer também de que ferir indiscriminadamente a propriedade da terra será regredir a formas rudimentares de vida econômica, o que alguns incultos reformadores de hoje pleiteiam como novidades da última moda são velharias em que já malograram, há dois milênios civilizações como a chinesa e [...] países que marcharam para o caos econômico e político nas suas tentativas de socialização ou distribuição de terras precedidas do menosprezo ao direito dos antigos proprietários. Em ambos os casos, e em virtude de uma evolução suscetível de ser prevista mesmo pelo mais elementar dos raciocínios, essas distribuições e redistribuições de terras estimularam o renascimento, pouco depois, e com excessos muito maiores que os anteriores, da propriedade privada da terra. E se os homens de bom senso quiserem dispensar estas viagens milenares em busca de lições históricas, têm ao seu dispor, na atualidade, o trágico exemplo russo, da escravidão rural conseqüente da socialização da terra.[...]”⁸¹

Editoriais como esse estavam associados às práticas, as quais procuravam definir dois lugares sociais distintos. Um é ocupado por aqueles que defendem a propriedade privada. Esse posicionamento é considerado como sendo o caminho para o progresso. O outro lugar é ocupado por aqueles que, segundo o jornal, lutam para acabar com a propriedade e isso seria um retrocesso, o qual arrastaria o país para a própria barbárie.

A propriedade privada é o fio condutor do texto, visto que ela é entendida como um dos estágios finais alcançados no desenvolvimento das civilizações. Elaborado esse lugar, executa-se um pensamento determinista para a questão da terra, uma vez que se afirma ser a socialização da mesma uma característica de todos os povos primitivos. Esses povos só alcançaram o status de civilização quando organizaram a propriedade. Sendo assim, todos os povos estavam determinados a trilharem tal caminho e aqueles que apresentassem algum desvio, estavam condenados ao caos econômico e político, como no caso da China e da Rússia, de acordo com o jornal.

Esse pensamento, muito difundido no Brasil, por meio de setores da imprensa, buscava estabelecer uma relação natural entre os países comunistas e a escravidão, a pobreza e o atraso cultural, político, social e econômico. Todos esses elementos foram agrupados na narrativa do jornal, que colocou em uma mesma temporalidade histórica os povos considerados primitivos, bem como a China e a Rússia.

Pernambuco, de forma mais direta, e o restante do país, de forma mais indireta, estariam, então, a partir de ações como a do governador Cid Sampaio, se aproximando

⁸¹ O Estado de São Paulo. 03/02/1960. p. 03.

do comunismo e, por conseguinte, de um possível retrocesso à barbárie, desviando-se assim do caminho, considerado pelo editorial, como sendo o do progresso natural das civilizações, direcionado para a formação da propriedade privada.

O texto do jornal ainda iguala as ações do governador de Pernambuco as do governador Leonel Brizola, o qual era considerado comunista por parcela da imprensa e da sociedade, embora nunca tenha se filiado a esse partido. Afirmando serem da *mesma natureza* as ações dos dois governadores, o editorial do *Estado de São Paulo* busca informar ao leitor que o governante do executivo em Pernambuco tornou-se comunista, mesmo sendo integrante da UDN. Com isso, procurava mostrar o perigo em que se encontrava o país mediante o avanço do comunismo em diversas regiões.

Por fim, o editorial ao associar a escravidão e a barbárie ao comunismo, corroborava para legitimar as idéias de perigo e de ameaça, que já estariam presentes no Nordeste do Brasil, mais especificamente em Pernambuco, tomando por base o dito retrocesso causado pela socialização da terra. Essa é uma das imagens associadas à desapropriação do Engenho Galiléia e que será instituída como símbolo maior das lutas políticas e sociais do período, para fazer com que parcelas da sociedade se sentisse ameaçada de uma possível e perigosa desordem social. É com esse conjunto de teoria e prática que os grupos sociais conservadores lutavam para enfraquecer e desqualificar as ações daqueles que propunham realizar uma reforma social.

1.9 - Após a vitória...

A desapropriação do Engenho Galiléia tornou conhecido nacionalmente e internacionalmente o movimento dos camponeses em Pernambuco. Aliado a isso, no início dos anos 60, as Ligas intensificaram o seu processo de expansão e se instalaram em diversos municípios do Estado, assim como passaram a realizar suas atividades na Paraíba, tendo como destaque a Liga Camponesa de Pedra de Fogo, fundada em 1962. Para Fernando Azevedo, “a vitória, no caso Galiléia, deu não só notoriedade nacional às Ligas, como constitui-se num fator importante para a sua expansão em Pernambuco, na medida em que a desapropriação funcionou como um mecanismo de efeito-demonstração para os camponeses”⁸².

⁸² AZEVEDO, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 86.

O efeito-demonstração talvez não se direcionasse apenas para os camponeses, que teriam passado a acreditar, apoiar e participar com mais intensidade das atividades desenvolvidas pelas ligas, como sugere Fernando Azevedo. Esse efeito-demonstração, contudo, atingiu também diversos outros setores sociais, os quais passaram a olhar com mais atenção e receio as ações desenvolvidas pelo movimento de camponeses no interior do Estado. Essa observação, todavia, não começou a ser realizada apenas por parte da sociedade local e nacional, mas também por outros países, visto que diversas reportagens passaram a ser publicadas em jornais internacionais, acerca da mobilização camponesa no Nordeste do Brasil, principalmente a partir da ação das Ligas Camponesas.

Em outubro de 1960, o jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc, foi enviado a região Nordeste, notadamente a Pernambuco, para observar de perto os movimentos sociais organizados pelos camponeses e que ganhavam tanta repercussão. O jornalista americano conheceu o Recife e fez algumas entrevistas com funcionários da prefeitura. Além disso, Tad Szulc visitou o Engenho Galiléia e conversou com alguns dos integrantes da Liga Camponesa sediada no engenho, o qual tinha sido desapropriado em favor dos camponeses no início daquele ano.

O resultado dessa viagem ao Nordeste do Brasil foi uma extensa reportagem publicada no *The New York Times*, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, de 1960, sendo que o primeiro ocupou com destaque a capa do citado jornal e tinha como título “*A pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de Revolta*”.

No começo da reportagem, afirmava o jornalista Tad Szulc:

Os componentes de uma situação de revolução tornam-se cada vez mais visíveis na vastidão de um Nordeste brasileiro assolado pela pobreza e perseguido pela praga da seca. [...] A miséria como questão social é explorada através de uma crescente influência esquerdista nas cidades superpovoadas. As Ligas Camponesas infiltradas por comunistas que organizam e doutrina, têm se tornado importante fator político nessa área. [...] O primeiro ministro de Cuba Fidel Castro e Mao Tse-Tung o Presidente da China Comunista são apresentados como heróis a serem imitados pelos camponeses do Nordeste e pelos estudantes.⁸³

⁸³ The New York Times. Monday, October 31, 1960. p. 01. Arquivo Pessoal.

O início da matéria procurava apresentar ao leitor um Nordeste do Brasil formado por componentes, os quais estavam potencialmente habilitados para promover uma revolução comunista. O jornalista norte-americano afirma que a pobreza manifestada em boa parte da população residente naquela área era utilizada por setores da esquerda, como as Ligas Camponesas, para propagar a doutrina comunista. Além disso, Fidel Castro e Mao Tse-Tung, segundo Tad Szulc, eram apresentados como heróis, que estariam sendo imitados por uma considerável parcela da população.

Diversos setores da sociedade norte americana, os quais estavam, talvez, tendo o primeiro contato, por meio daquelas reportagens, com o Nordeste do Brasil, poderiam ter começado a pensar que os ditos heróis eram extremamente populares, conhecidos e idolatrados por quase toda a população e isso já era um bom argumento para justificar a idéia de que as revoluções comunistas ocorridas em Cuba, em 1959, e na China, em 1949, poderiam estar também muito próximas de ocorrer no Brasil.

Para consolidar ainda mais esse seu argumento, Tad Szulc transcreve no decorrer de sua reportagem a declaração de um assessor de Francisco Julião, que afirmava aos camponeses, em uma assembléia das Ligas:

O exemplo de Cuba está aqui. [...] Queremos uma solução pacífica para nossos problemas, mas se isso não for possível, viremos aqui pedir a vocês para pegar em armas e fazer a revolução.⁸⁴

O Nordeste, especificamente Pernambuco, descrito no *The New York Times* apresentava-se como pré-revolucionário ou inserido em um processo de revolução quase que irreversível. Tal concepção do jornal gerou diversas ressonâncias e, no mínimo, podemos afirmar que o Estado de Pernambuco e notadamente as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, passaram a ser um destacado motivo de interesse de parte dos norte-americanos.

Diversos jornalistas, políticos e professores passaram a visitar o Brasil e, notadamente, a área do país, que segundo as notícias, estava prestes a se tornar comunista, por meio de uma revolução.

1.10 – Os americanos encontram o Nordeste.

⁸⁴ Ibidem Idem, p. 04.

Em 1961, quando J. F. Kennedy já era o presidente dos Estados Unidos, o Nordeste passou a ter destaque no plano de ação daquele governo. Algumas visitas de assessores diretos do presidente Kennedy ao Brasil, notadamente a Pernambuco, ocorreram com o objetivo de produzir relatórios sobre a situação política e social do Estado. O economista Celso Furtado, presidente da SUDENE, também nesse período, foi convidado a fazer uma visita a Casa Branca, a fim de discutir as possíveis ações que poderiam ser realizadas em relação à situação de extrema pobreza no Nordeste do Brasil.⁸⁵

A opinião pública norte-americana a cada dia recebia um volume crescente de informações sobre essa região. Matérias jornalísticas e documentários eram exibidos na imprensa mostrando, geralmente, a pobreza das pessoas e indicando que aquela situação era muito favorável para a ocorrência de um processo revolucionário, o qual findaria com a instalação de uma regime comunista. Em uma sociedade atemorizada com os caminhos trilhados pela Revolução Cubana e que se via as voltas com um forte movimento anticomunista, a idéia de que se poderia deflagrar uma outra revolução na parte sul do continente americano despertava a atenção de várias pessoas.

É nessa condição que a jornalista norte-americana Helen Jean Rogers chega a Pernambuco⁸⁶ para fazer um documentário sobre a mobilização social da população mais pobre do Estado e suas condições de vida. Segundo Celso Furtado, a jornalista, que trabalhava para a cadeia de rádio e televisão ABC, era bem relacionada com os integrantes do governo John Kennedy e visitou, em companhia do presidente da SUDENE, feiras da Zona da Mata de Pernambuco, entrevistando alguns camponeses. A jornalista também acompanhou o deputado Francisco Julião, quando o mesmo realizava o trabalho de mobilização de trabalhadores. Por fim, Furtado afirma que Helen J. Rogers em sua visita teve a oportunidade de conhecer a fartura e o luxo da casa de um senhor de engenho. Com o material coletado nos diversos locais visitados, a norte-americana produz um média-metragem chamado *The Troubled Land*, exibido em horário nobre da ABC, obtendo extraordinária repercussão.⁸⁷

Um dos materiais, provavelmente, utilizado pela jornalista americana para o seu documentário foi recolhido no dia 23 de fevereiro de 1961. Por volta das 11 horas da noite, Francisco Julião, acompanhado por mais oito pessoas, chegou ao Alto do

⁸⁵ Ver FURTADO, Celso. *A Fantasia desfeita*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 109.

⁸⁶ Não se sabe, exatamente, a data em que chegou a jornalista, porém isso deve ter ocorrido nos primeiros meses do ano de 1961.

⁸⁷ FURTADO, Celso. Op. Cit. pp. 109 – 110.

Pascoal⁸⁸. O deputado, e líder das ligas camponesas, encontrou-se com correligionários e simpatizantes e fez um discurso, *alertando os presentes para que todos se unissem e trabalhassem em favor dos que sofrem aqui na cidade e no interior*.⁸⁹

Acompanhando o grupo de Julião, estavam alguns jornalistas norte-americanos, os quais ouviram o deputado estadual afirmar que mediante o desprezo com os trabalhadores praticado pelo governador Cid Sampaio, esperava a união de todos para se realizar uma revolução igual à de Cuba. Nesse momento Julião foi aplaudido com bastante entusiasmo.

Ainda em seu discurso, Francisco Julião relatou uma conversa que teve com jornalistas dos EUA, quando esses lhe indagaram acerca da situação do Estado:

[...] em vez [de] visitarem os pontos chic da Cidade, deviam ir para Ilha de Xié para verem o povo e as crianças de Xié ali, morrem de fome á culpa do Governo e que o povo por este motivo, deviam unir-se e seguir o exemplo do grande Fidel Castro e para isto é que Sábado iria para Paraíba, arregimentar camponeses para uma futura revolução e que o Governo já tinha visto o exemplo do povo de Galiléia de Vitória [...].⁹⁰

Após esse encontro no Alto do Pascoal, os jornalistas norte-americanos dirigiram-se, em companhia de Francisco Julião, para a Ilha do Xié⁹¹, onde viram a pobreza dos moradores, os quais foram filmados e fotografados.⁹²

O material resultante dessa visita de integrantes da imprensa norte-americana apresentava imagens, por meio de filmes e fotografias, da condição de miséria de grande parte da população, tanto rural quanto urbana. A veiculação de tal material na televisão, em horário nobre, fazia com que parte da opinião pública dos Estados Unidos compreendesse que em Pernambuco, como também em outros Estados do Nordeste do Brasil, uma revolução poderia ser iminente.

Essa situação adquiria um forte efeito de verdade. Para além das matérias veiculadas no *The New York Times*, agora setores da sociedade dos Estados Unidos poderiam ver as imagens da pobreza da região Nordeste do Brasil, assim como ouvir as

⁸⁸ Zona norte do Recife e local onde residiam, notadamente, pessoas pobres.

⁸⁹ Transcrição da ocorrência n° 54, 23 de fevereiro de 1961. Coleção Francisco Julião - Prontuário Dops. Mp 01. FUNDAJ.

⁹⁰ Idem

⁹¹ A Ilha do Xié fica localizada na Região Sul da cidade do Recife, sendo composta por moradias precárias fixadas próximo ao mangue. No período de chuvas essa região rapidamente fica alagada, desabrigando vários de seus moradores.

⁹² Transcrição da ocorrência n° 54, 23 de fevereiro de 1961. Coleção Francisco Julião - Prontuário Dops. Mp 01. FUNDAJ.

declarações de Francisco Julião, quando o mesmo afirmava a alguns trabalhadores de Pernambuco que esses deviam se organizar para seguirem o exemplo de Cuba e de Fidel Castro.

Para além disso, os norte-americanos poderiam também ver Julião assegurar que iria arregimentar mais camponeses, inclusive em um Estado vizinho a Pernambuco, a Paraíba, a fim de realizar uma futura revolução, algo considerado viável pelo deputado estadual, visto que a organização e mobilização dos trabalhadores do Engenho Galiléia já tinha proporcionado uma efetiva vitória, ou seja, a desapropriação dessas terras em favor dos foreiros.

O início do governo do presidente John F. Kennedy, desse modo, é marcado por uma intensa preocupação com a América Latina e mais especificamente com o Nordeste do Brasil. Nesse período, como já afirmamos, várias missões, compostas por jornalistas, intelectuais e funcionários do governo, foram enviadas ao Brasil. Em uma dessas, estava presente Arthur M. Schlesinger, assistente especial de Kennedy. Schlesinger, em sua viagem a alguns países da América Latina, incluindo o Brasil, assim como Pernambuco, deveria realizar uma sondagem discreta sobre as atitudes das pessoas, principalmente chefes de Estados e líderes populares, em relação a Fidel Castro.⁹³ A idéia de que uma revolução, como a ocorrida em Cuba anos antes, estaria próxima de se repetir em outras regiões da América Latina, notadamente no Nordeste do Brasil, era algo certo para o Governo norte-americano e poderíamos afirmar que as declarações de Francisco Julião ajudavam consideravelmente a fortalecer essas idéias.

A miséria do Nordeste do Brasil, tão documentada nas reportagens acerca da região, agora chegava ao Presidente Kennedy pelo relato de seus assessores mais próximos. Arthur M. Schlesinger, na visita que fez a Pernambuco, registrou:

Eu jamais vira uma região de tamanho desespero – uma aldeia miserável e estagnada após outra, casebres de barro escuro, criança de pernas tortas e barrigas imensas, onde não se via praticamente nenhum velho [...] numa cabana, uma criança, deitada sem qualquer socorro nos braços da mãe, morria de sarampo.⁹⁴

Arthur Schlesinger parecia realmente impressionado com o problema do Nordeste. Em paralelo as suas anotações, um fotógrafo, que acompanhava os integrantes

⁹³ SCHLESINGER JUNIOR, Arthur M. *Mil dias: John Kennedy na Casa Branca*. Vol. 1. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, . p. 170.

⁹⁴ Ibid, Idem. pp. 181 – 182.

do governo Kennedy, registrava as diversas imagens da miséria. O material produzido nessa viagem fornecia a Washington uma dimensão inicial daquilo que era considerado pelos EUA como uma combinação possivelmente revolucionária: a situação de extrema pobreza associada a mobilização popular, liderada por comunistas. A questão não era tanto a condição de miséria de parte da população, mas sim como evitar a difusão do ideário marxista-leninista junto a essas pessoas.

Após a viagem, quando da apresentação do relatório da visita, Arthur Schlesinger foi prontamente interrogado por Kennedy:

Quais os países e grupos sociais que davam a Castro o maior apoio? Qual a capacidade que tinha Castro de provocar violência simultânea e concertada em vários países? [...] Estavam nossas embaixadas preparadas para cuidar de um programa de ajuda maciça?⁹⁵

Essas perguntas denotam o medo de uma revolução social, que impulsionou o governo dos Estados Unidos a desenvolver estratégias para combater o que era considerado como um potencial revolucionário.

1.11 – Dos Estados Unidos ao Engenho Galiléia.

Domingo, 30 de julho de 1961. Esse dia da semana era marcado pelos jogos de futebol nos estádios e nos campos de várzea, pelas missas bastante concorridas nas Igrejas do Centro do Recife, pelos piqueniques de famílias e de amigos nas praias mais afastadas do perímetro urbano e pela visita ao Aeroporto Internacional dos Guararapes.

Diversas eram as atrações no Aeroporto que se constituía como uma das portas de entrada da cidade. O motivo principal, e talvez mais comum, consistia em se despedir de um amigo ou parente que iria viajar ou receber aqueles que chegavam. Contudo, outros atrativos levavam muitas pessoas a se deslocarem até o aeroporto, notadamente, a busca por diversão. Na década de 60, aquele era um local de encontros de jovens, que trocavam fofocas, e de casais de namorados, assim como de famílias, os quais ficavam a passear pelo salão da recepção, localizado no térreo, ou dirigiam-se para o terraço, onde apreciavam as chegadas e partidas dos aviões.⁹⁶

⁹⁵ Ibid, Idem. p. 191.

⁹⁶ PAGE, Joseph Op. Cit. p. 148.

Outras pessoas procuravam o Aeroporto dos Guararapes, a fim de ter acesso a um considerável acervo de literatura de esquerda, talvez o maior da região Nordeste, que estava localizado em uma livraria existente naquele local.⁹⁷ Desse modo, os freqüentadores das tardes de domingo do aeroporto era bem diversificados.

No dia 30, contudo, o movimento de pessoas era mais intenso tanto na recepção quanto no terraço do aeroporto. Muitos estavam ali para se divertirem do mesmo modo que sempre o faziam. Porém, um dos vôos previsto para chegar naquele dia, fez com que aquela tarde de domingo não fosse apenas mais um simples momento de diversão. Diversas autoridades, integrantes do governo Cid Sampaio, se faziam presentes, especificamente, a espera de um vôo, cujo horário de chegada estava previsto para as 15 horas. Lá estavam o senhor Jordão Emerenciano, Chefe da Casa Civil, Manuel Brotherhood, Secretario do Governo, o major José Inácio dos Prazeres, Chefe da Casa Militar, e o senhor José Antônio de Sousa Leão, Secretário Executivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.⁹⁸ A expectativa era grande. Todo um esquema de segurança tinha sido preparado e iria ser executado por policiais civis da Delegacia Auxiliar.⁹⁹

O editorial do *Jornal do Comércio* do dia 30 procurava definir os significados daquela visita:

[...] uma verdadeira cruzada pela harmonia e coesão do mundo livre, sem intuítos belecistas, mas com propósitos firmes de, nessa unidade, formar uma barreira capaz de impedir que as liberdades humanas sejam sufocadas pela sanha de conquistas do imperialismo vermelho [...] está visando o Nordeste particularmente, em vista das graves condições do pauperismo regional. Daí o motivo da visita [...]¹⁰⁰

Esse fragmento, por um lado, nos diz sobre como o mundo era entendido por um determinado setor social naquele período, ou seja, como um local onde o avanço do comunismo ameaçava as liberdades humanas. Por outro lado, o texto também procurava moldar a visão das pessoas e, ao utilizar o termo *cruzada*, buscava produzir a idéia de salvação. Desse modo, o visitante que chegara ao Recife, mesmo sem utilizar recursos belecistas, tinha como um dos seus objetivos salvar o Nordeste do avanço comunista, promovendo também o combate ao *pauperismo regional*.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Jornal do Comércio. 30 / 07 / 1961. p. 09.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Ibid. Idem. p. 04.

O personagem dessa cruzada era o senhor Edward Kennedy, irmão do Presidente dos Estados Unidos. Logo após a chegada, provavelmente sob os olhares de muitos curiosos, o visitante e sua comitiva beberam alguns *drinks* no restaurante do próprio aeroporto e em seguida deslocaram-se para o Grande Hotel, onde ficaram hospedados.¹⁰¹

Entendemos a visita do irmão do presidente Kennedy como um indicador de que o Nordeste, e mais especificamente Pernambuco, com as suas mobilizações sociais, chamavam cada vez mais a atenção do governo dos Estados Unidos, pois essa já era a segunda missão de caráter oficial enviada a região em um ano de governo Kennedy.

Ainda no domingo, Edward Kennedy deslocou-se até a residência particular do Governador do Estado, situada no Largo do Monteiro, região povoada por belas residências, onde lhe foi oferecido um jantar.¹⁰²

Provavelmente, foi nesse jantar, especificamente nas conversas que antecederam a refeição, que o representante do governo dos Estados Unidos apresentou um dos interesses de sua viagem: conhecer o Engenho Galiléia e a Liga Camponesa. Lendo os jornais, incluindo a programação divulgada acerca da visita de Edward Kennedy, em momento algum encontramos referência a uma possível ida do visitante ao Engenho Galiléia, estando programada uma viagem ao interior do Estado, cujo roteiro incluía o deslocamento até a Usina Tiuna, pela manhã, seguido do almoço na cidade de Caruaru. Contudo, na segunda-feira, dia 31, logo pela manhã, a comitiva rumou para Vitória de Santo Antão, onde Edward Kennedy teve a oportunidade de conhecer alguns integrantes da Liga Camponesa do Engenho Galiléia.¹⁰³

Desse modo, apesar de não ter sido divulgado, um dos objetivos da viagem de Edward Kennedy a Pernambuco era o de conhecer a organização de camponeses, apontada por muitos como um foco de mobilização comunista e revolucionária. Ao chegar ao Engenho Galiléia, Edward Kennedy e sua comitiva, acompanhados por três fotógrafos e quatro cinegrafistas, dirigiram-se para a sede da Liga Camponesa, onde se encontraram com alguns camponeses. Estando o presidente da SUDENE, Celso Furtado, atuando como tradutor, o irmão do presidente dos Estados Unidos passou mais de uma hora conversando com os camponeses, inclusive realizando diversas perguntas,

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Jornal do Comércio. 30 / 07 / 1961. p. 09.

¹⁰³ Jornal do Comércio, Op. Cit.

as quais demonstram um pouco do interesse, que o governo norte-americano tinha em conhecer o movimento organizado pelos camponeses.¹⁰⁴

As conversas estabelecidas com diversos camponeses era quase uma pesquisa de campo e tanto Edward Kennedy, como os seus assessores, visitaram diversos camponeses e realizaram perguntas semelhantes, as quais, acreditamos, já tinham sido previamente pensadas. Todas as respostas eram cuidadosamente registradas pelos assessores de Kennedy.¹⁰⁵

Entre as perguntas dirigidas aos camponeses estavam as seguintes; quantos filhos você tem? Seus filhos estão na escola? Que pretende fazer com seu filho quando ele crescer? Qual o seu partido político? Qual a solução que você acha melhor para o seu problema: a de Julião ou a do Governo?¹⁰⁶

Não tivemos acesso às respostas dos camponeses, mas tomando por base as perguntas podemos pensar algumas questões. Em primeiro lugar, o interesse dos norte-americanos estava no grupo de crianças e jovens que crescia no Engenho Galiléia. Parecia ser importante rastrear quantos eram, que formação estavam recebendo e qual futuro os pais planejavam para os seus filhos. Torna-se importante percebermos que talvez em dez anos, ou menos, já se teria no Engenho Galiléia uma geração de jovens adultos, cuja formação de sua visão de mundo ocorreria nas relações que estabeleceu com todos aqueles, os quais lutavam por reforma agrária, reivindicavam melhorias nas condições de vida e conseguiram uma vitória que ganhou repercussão: a desapropriação do engenho no qual viviam.

Em segundo lugar, encontravam-se as preocupações com uma dimensão político-partidária. No que se refere a essa dimensão, podemos perceber que se tentou mapear a filiação partidária de alguns camponeses, assim como a aceitação que as propostas de Julião ou as do Governo Estadual tinham entre os moradores daquele engenho.

Essas informações obtidas por Edward Kennedy, provavelmente, juntaram-se com as outras produzidas pelas diversas visitas de integrantes do governo dos Estados Unidos ao Brasil no início do mandato de John F. Kennedy. Paralelo a isso, ainda tinham as informações publicadas em revistas, jornais e na televisão, que divulgaram

¹⁰⁴ Ibidem idem.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

reportagens e documentários sobre os camponeses do Nordeste do Brasil e as lutas sociais desenvolvidas pelos mesmos.

Durante a visita foi indagado aos moradores do Engenho Galiléia, o que eles mais necessitavam. E a resposta apresentada foi energia elétrica. Poucos meses depois, por determinação do presidente John Kennedy, é enviado para os camponeses um gerador de energia.¹⁰⁷ Ainda no decorrer da visita, os jornais do Estado, notadamente o *Jornal do Comércio*, registraram e produziram algumas reportagens sobre a presença de Edward Kennedy, principalmente ao Engenho Galiléia, as quais são acompanhadas de algumas fotografias, como a que segue abaixo.



Fig. 01. *Observando a miséria*. Jornal do Comércio. 01 / 08 / 1961. p 03.

A fotografia procura apresentar Edward Kennedy, junto com alguns assessores, observando as precárias condições de vida de determinados camponeses. Aquilo que os

¹⁰⁷ Ver notícia do Diário de Pernambuco. 05 / 11 / 1961. p. 03. O gerador enviado pelo governo Kennedy aos camponeses do Engenho Galiléia, apesar de não mais funcionar, existe até hoje, estando guardado junto com alguns livros em um local, no qual se planejava fazer uma biblioteca.

americanos estavam vendo, talvez muitas pessoas em Pernambucano observassem pela primeira vez através dessa fotografia.

Não sabemos se todas as pessoas moravam nessas mesmas condições, contudo o fotógrafo homogeneíza e congela, para os diversos outros setores sociais, a pobreza que imperava no Engenho Galiléia.

Outras fotos sobre o encontro entre representantes do governo dos Estados Unidos e os camponeses parecem não ter demonstrado, em nenhum momento, qualquer signo relacionado à idéia de revolução. Pelo contrário, tanto as fotografias quanto os textos publicados buscavam demonstrar a necessidade de se ajudar àqueles camponeses, por meio da ação da SUDENE e agora do governo dos Estados Unidos, que segundo Edward Kennedy *estarão prontos a dar sua ajuda e cooperação*.¹⁰⁸

Contudo, o que é apresentado pelo editorial do *Jornal do Comércio* de 30 de julho de 1961, e já citado nesse trabalho, é uma relação entre a pobreza do camponês do Nordeste e o avanço do comunismo. Os textos associados às fotografias publicadas buscavam ressaltar a situação de pobreza em que viviam os moradores da região. Ao mesmo tempo destacava-se em manchetes a preocupação de Edward Kennedy em colher diversas informações sobre as condições de vida do camponês, produzindo, por meio de seus assessores, fotografias, filmes e várias anotações.

Para o leitor, cercado por todas essas informações e imagens, desejava-se demonstrar que a pobreza daquelas pessoas se constituía em um ambiente favorável para a atuação comunista. Tal situação contribuía para que parcelas da sociedade, como os latifundiários, que se sentiam ameaçadas pela mobilização dos trabalhadores, fizessem circular cada vez mais a imagem de perigo proporcionado pela ação dos grupos de esquerda junto aos camponeses.

Além disso, a visita dos representantes do governo dos Estados Unidos revela a preocupação com a direção tomada pelo movimento dos trabalhadores no Nordeste do Brasil. Essa preocupação do governo Kennedy, assim como as recorrentes visitas oficiais de seus representantes, acabavam também por reforçar em parte da população, como os latifundiários, a idéia de que a extrema pobreza do Nordeste, associada a mobilização dos trabalhadores, direcionada por movimentos de esquerda, como as Ligas Camponesas, criavam uma situação de perigo, caracterizada pelo medo da eclosão de uma revolução comunista nos moldes da que tinha, recentemente, ocorrido em Cuba.

¹⁰⁸ *Jornal do Comércio*. 02 / 08 / 1961. p. 03.

Capítulo II – Perigosa pobreza.

2.1. – Caricaturas sobre uma América Latina

A visita de Edward Kennedy ao Engenho Galiléia, em 30 de julho de 1961, demonstrava o interesse que o governo dos Estados Unidos tinha em acompanhar de perto a organização dos camponeses. Esses trabalhadores rurais eram coordenados, sobretudo pelas Ligas Camponesas, que juntamente com integrantes de partidos de esquerda defendiam a realização da reforma agrária. Dessa luta, já tinha resultado, em 1959, a desapropriação do Engenho Galiléia. A visita de um representante do governo dos Estados Unidos, que era também irmão do presidente, pode ser lida por meio de múltiplos ângulos: a ameaça do avanço do comunismo na América Latina era um dos principais temas da agenda daquele governo; o presidente dos EUA escolhia para avaliar e encaminhar esse problema alguém que seria da sua maior confiança e proximidade – o seu próprio irmão; a possibilidade de uma revolução comunista ser deflagrada a partir do Nordeste e propagar-se pelo resto do Brasil era considerada como uma ameaça possível de ser efetivada; os EUA, por meio dessa visita, revelava como tinha início um novo encaminhamento político para o tratamento do avanço comunista na América Latina.

No início da década de 1960, o governo norte-americano começava a executar uma política de relacionamento com os países da América Latina, por meio da qual se procurava demonstrar interesse pelos problemas sociais e econômicos do continente e pelo fornecimento de auxílios técnicos e financeiros¹⁰⁹. Essa política foi de certa forma uma resposta ao avanço dos movimentos de esquerda na América Latina e, sobretudo, ao papel que Cuba passou a ter no continente após sua revolução. Contudo, os Estados Unidos, principalmente o governo John Kennedy, não desejavam que sua política fosse caracterizada como uma intervenção nos assuntos internos de outros países. A intenção era que essas ações fossem consideradas como uma forma de cooperação para a diminuição da pobreza e, por conseguinte, para a melhoria nas condições de vida das camadas de trabalhadores pobres dos países da América Latina. Ou seja, uma aliança

¹⁰⁹ GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record Editora, 1962.

entre os governos para o combate a pobreza, considerada um dos principais fatores responsáveis pela aproximação dessas camadas da sociedade com o comunismo.¹¹⁰

Nesse sentido, o presidente Kennedy, em 1961, logo após a sua posse, lança a Aliança para o Progresso, um conjunto de ações que visava oferecer auxílio para o desenvolvimento das áreas mais pobres da América Latina. Esse era um programa defensor de uma política de caráter reformista, que já vinha sendo estruturada mesmo antes do governo Kennedy.

Em 1960, os Estados Unidos já tinham criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cuja função seria a de canalizar recursos a serem aplicados em projeto sociais na América Latina. Em 8 de setembro de 1960, o congresso norte-americano aprova a lei 735, que estabelecia diretrizes de ações para o desenvolvimento social das áreas mais pobres das Américas.¹¹¹

Nesse mesmo período, especificamente no dia 6 de setembro de 1960, representantes das repúblicas americanas reuniram-se em Bogotá, Colômbia, para também discutir medidas que melhorassem as condições de vida dos povos das Américas. Com exceção de Cuba, as outras repúblicas da América proclamaram o documento que ficou conhecido como a Ata de Bogotá, por meio do qual os diversos líderes políticos comprometiam-se a atuar de forma conjunta, a fim de solucionar os problemas econômicos e sociais, notadamente, dos países da América Latina.¹¹²

Em agosto de 1961, os representantes dos países americanos¹¹³ tornaram a se reunir, desta vez em Punta del Este, Uruguai, para estabelecer metas tomando por base o compromisso assumido em Bogotá. Nesse sentido, instituiu-se que o produto nacional bruto da América Latina deveria ter um aumento anual de cinco por cento e que as necessidades básicas de casa, trabalho, saúde, terra e escolas deveriam ser atendidas.¹¹⁴

Desse modo, podemos pensar que a visita de Edward Kennedy a Pernambuco, bem como a de outros assessores do presidente John Kennedy, os quais tiveram a oportunidade de conhecer a SUDENE e um pouco do trabalho desenvolvido por Celso

¹¹⁰ Tais conclusões foram elaboradas após a leitura dos seguintes textos datados da década de 1960: GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Op. Cit. e DREIER, John C. (org). *A Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: 1962.

¹¹¹ EISENHOWER, Milton S. *A Aliança para o Progresso: Raízes históricas* In DREIER, John C. (org). *A Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas*. Op. Cit. p. 42-43.

¹¹² Idem.

¹¹³ Estiveram representados os seguintes países: Venezuela, Guatemala, Bolívia, México, República Dominicana, Colômbia, Argentina, Peru, Equador, Paraguai, Honduras, Panamá, Haiti, Costa Rica, Estados Unidos, Uruguai, El Salvador, Chile, Nicarágua e Brasil.

¹¹⁴ Idem.

Furtado, demonstrava que a nova política dos Estados Unidos não havia se restringido apenas a realização dos encontros de Bogotá e Punta del Este. O Nordeste do Brasil e, sobretudo, Pernambuco tinham se constituído em um dos principais focos da Aliança para o Progresso.

As declarações de Edward Kennedy, bem como as de Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil, procuravam reforçar uma perspectiva de cooperação. Quando da sua visita a Pernambuco, o irmão do presidente Kennedy afirmou: *Acredito que o povo e o Governo dos Estados Unidos, reconhecendo os esforços dos homens que estão empenhados em promover esse desenvolvimento, estarão prontos a dar a sua ajuda e cooperação*¹¹⁵. Lincoln Gordon, em livro sobre a Aliança para o Progresso, datado de 1962, assegurava: *Nós, de fora, podemos suplementar e complementar os esforços nacionais; podemos ajudar e ajudaremos financeira e tecnicamente; mas nossos esforços não podem substituir os que devem vir de dentro.*¹¹⁶ Era mais com o sentido de cooperação e menos de intervenção que os Estados Unidos procuravam apresentar a Aliança para o Progresso, tentando, desse modo, diminuir as resistências e as desconfianças criadas em torno desse programa de auxílio *técnico e financeiro*, como caracterizava Gordon. Em um primeiro momento, parecia ser importante valorizar as ações e programas sociais desenvolvidos pelo governo do Brasil e destacar que a posição dos Estados Unidos estava restrita à colaboração, ao auxílio, à cooperação.

A princípio, parece que esse discurso teve certa repercussão no modo de ação norte-americana, pelo menos no Recife. Essa era a cidade onde estava situada a sede da SUDENE, órgão do governo Federal que planejava, sob o comando de Celso Furtado, as principais políticas públicas de combate à pobreza no Nordeste. Aliado a isso, o Recife era a capital que apresentava uma destacada e intensa mobilização dos grupos de esquerda, sendo, inclusive, considerado por parte da imprensa como um foco de cubanização. Mediante essas características, a cidade do Recife tornava-se um ponto estratégico para a instalação da missão norte-americana representante da Aliança para o Progresso.¹¹⁷

Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, USAID, instalou-se no Recife em 1962 e o seu principal objetivo era supervisionar os 131 milhões de dólares destinados pela Aliança para o Progresso para a aplicação em projetos sociais no

¹¹⁵ Jornal do Comércio. 02/08/1961. p. 02.

¹¹⁶ GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Op. Cit. p. 02-03.

¹¹⁷ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. p. 152-153.

Nordeste do Brasil, durante um período de dois anos.¹¹⁸ Como afirmamos, a princípio, essa missão ratificaria, por meio de suas ações, a posição de cooperação e colaboração defendidas pelo governo Kennedy.

Segundo Joseph Page, em abril de 1962, o escolhido para chefiar essa missão era Bruno B. Luzzatto. Ele defendia a idéia de que a equipe norte-americana no Recife deveria ser pequena. Além disso, todos necessitariam ter um bom domínio do português, a fim de, principalmente, obter a confiança dos técnicos da SUDENE. Para Luzzatto o estabelecimento dessa relação de confiança *era a chave para o sucesso ou falha do esforço da USAID*¹¹⁹. Ainda de acordo com Page, as idéias de Luzzatto *eram muito parecidas com as de Celso Furtado: a USAID deveria funcionar como um banco, financiando projetos aprovados pela missão como compatíveis com os objetivos da Aliança para o Progresso*¹²⁰.

Mas, essa forma de ação defendida por Bruno Luzzatto, e representativa, possivelmente, de um setor do governo Kennedy, parecia provocar algumas insatisfações, tanto em parcelas do próprio governo, como também em parte da imprensa dos Estados Unidos. Analisando algumas caricaturas publicadas em jornais norte-americanos, podemos identificar como os críticos representavam as políticas da Aliança para o Progresso. Vejamos a primeira:

¹¹⁸ Ibid idem.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Op. Cit.

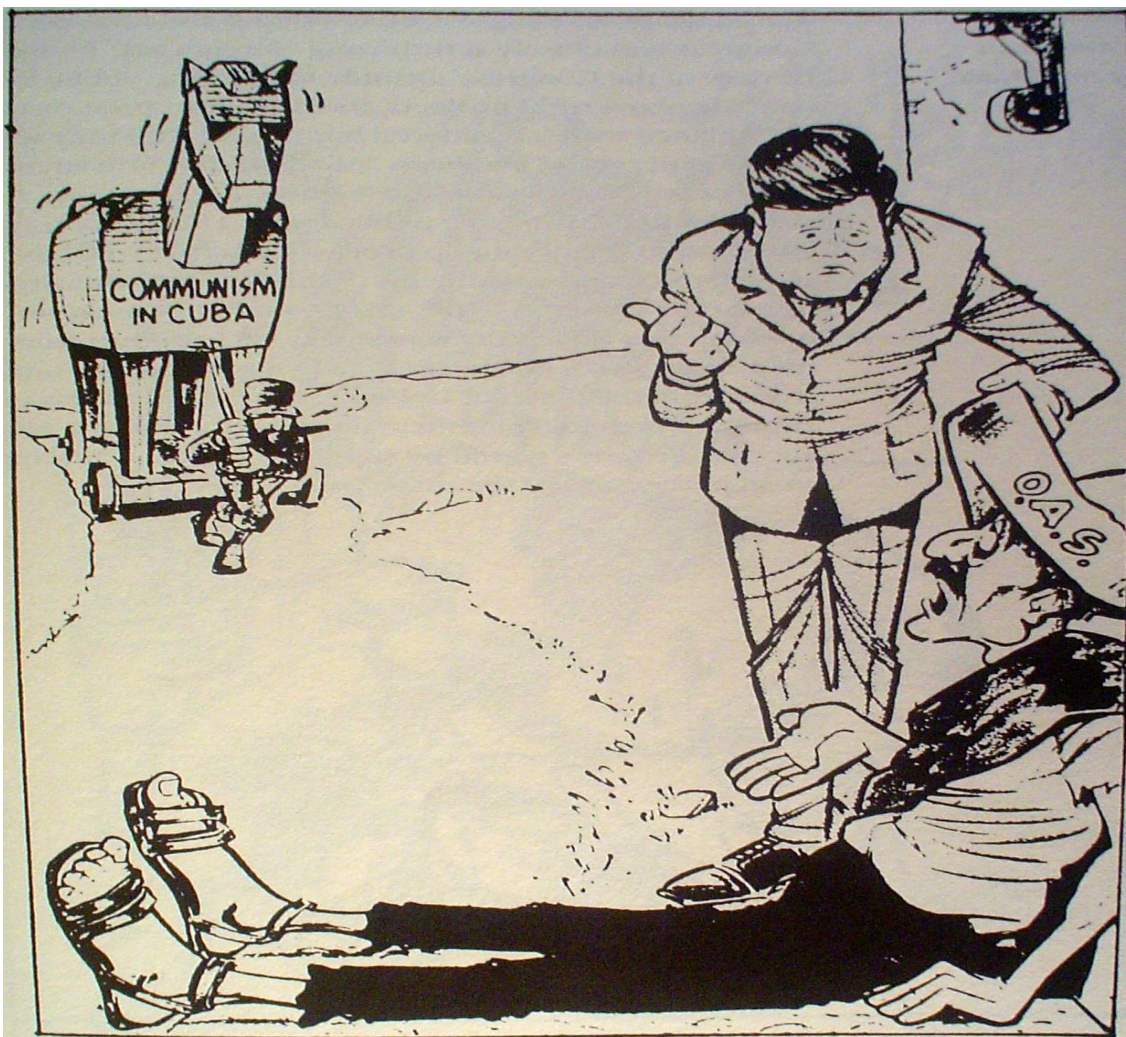


Fig. 02 – *Why theese excitement? Eet's just a wooden horse!* William Sanders, *Greensboro Daily News*, 1962.¹²¹

Na imagem identifica-se Fidel Castro trazendo um cavalo de madeira com os seguintes dizeres: *Comunismo em Cuba*. Pode-se pensar o “cavalo” de Fidel como uma alusão ao Cavalo de Tróia, utilizado por Odisseu para vencer os troianos e resgatar Helena¹²², pois em ambos os casos, os cavalos representariam o fator surpresa, que trariam a ameaça ou mesmo o inimigo dentro de si. Enquanto o líder da Revolução Cubana avançava com o seu cavalo, ou seja, com o comunismo, o presidente John

¹²¹ JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Texas: University of Texas Press, 1993. p.243.

¹²² A Guerra de Tróia e as aventuras de Odisseu, também chamado de Ulisses, rei da ilha de Ítaca, foram narradas na obra literária intitulada *Iliada*, cuja autoria é atribuída a Homero. Segundo essa história, Odisseu juntamente com outros gregos organizaram uma expedição militar para resgatar Helena, a qual tinha sido raptada por um príncipe troiano. Não conseguindo obter sucesso na invasão de Tróia, os gregos criaram uma estratégia, que consistia em oferecer um enorme cavalo de madeira aos troianos, como presente que simbolizava o reconhecimento da derrota. Os troianos aceitaram o presente e colocaram-no para dentro da cidade. O cavalo era oco e dentro dele estavam os soldados gregos, que, ao anoitecer, saíram do animal de madeira e atacaram a cidade de Tróia. PETIT, Paul. *História Antiga*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Difel, 1976

Kennedy, com uma expressão aflita, tentava despertar um homem sonolento e despreocupado, representante da Organização dos Estados Americanos – OEA - ¹²³, que assim como os troianos, não percebia a aproximação do perigo. Mediante a interpelação do presidente Kennedy, vem a resposta do representante da OEA, que dá título a charge: *Por que essa excitação? É apenas um cavalo de madeira.*

William Sanders, autor da charge, procurava mostrar que a maioria dos países americanos, representados na figura pela OEA, não identificavam uma ameaça iminente nas ações de Fidel Castro, classificando-as, metaforicamente, apenas como um cavalo de madeira, o qual não merecia maior atenção. Nota-se, por parte do autor, uma crítica à postura de passividade adotada pela Organização dos Estados Americanos frente a um avanço comunista. Pode-se também perceber uma crítica ao governo Kennedy que recorria aos integrantes da OEA, por acreditar ser possível estabelecer uma política de cooperação e de reformas capazes de combater a pobreza e desarticular os grupos de esquerda ligados ao comunismo.

A Aliança para o Progresso era um conjunto de ações por meio do qual se procurava contrapor ao chamado caminho soviético, ou seja, a revolução comunista. Lincoln Gordon, em 1962, afirmava que havia dois caminhos para o desenvolvimento da América Latina: *há o caminho das instituições livres, para o qual aponta a Aliança para o Progresso. E há o caminho soviético*¹²⁴. O embaixador dos Estados Unidos caracterizava esse último como sendo o caminho *totalitário, traçado pela Rússia Soviética*¹²⁵. E complementava; *o desenvolvimento por meio da tirania e da escravidão não é a ordem do futuro [...] A verdadeira ordem do futuro é o progresso social e econômico por meio da cooperação dos povos livres. Este o significado da Operação Aliança*¹²⁶.

Essa idéia, defendida pelo representante do governo norte-americano de que o caminho oferecido pela Aliança para o Progresso era superior principalmente porque tinha como estratégia a *cooperação entre os povos livres*, recebia críticas de parte da imprensa, como revela a charge que compara a disputa entre revolução e reforma por meio de uma corrida de cavalos.

¹²³ Na charge aparece a sigla corresponde em inglês; O.A.S. – Organization American States.

¹²⁴ GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Op. Cit. p. 11.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Op. Cit. pp. 18 – 19.



Fig. 03 - *The race to the rancho*. Herblock. *Washington Post*, 07 de janeiro de 1962.¹²⁷

Na caricatura “A corrida para o Rancho”, na qual se entende o Rancho como sendo a América Latina, é nítido como a montaria representando a revolução leva considerável vantagem sobre a representante da reforma. Para a época, essa forma de apresentar o embate entre revolução e reforma em relação à América Latina era sinônimo da disputa entre o projeto de revolução comunista, liderado por Cuba com apoio da URSS, e o de reformas, liderado pelos Estados Unidos por meio do programa da Aliança para o Progresso. De certa forma, a caricatura traz a tona uma significativa crítica à política de reformas adotada pelo governo dos EUA. Desse modo, de acordo

¹²⁷ JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Op. Cit. p. 269.

com o autor da caricatura, Herblock, do jornal *Washington Post*, o caminho adotado pelos soviéticos em relação à América Latina parecia ser muito mais eficiente se comparado ao lento processo de reformas que vinha sendo implantado pelo governo Kennedy. Na mesma direção aponta a publicação do jornal de Minneapolis.



Fig. 04 - *For some, no Siesta*. Roy B. Justus. *Minneapolis Star*, 1962.¹²⁸

Nessa figura, Roy Justus demonstra que enquanto as reformas sociais e econômicas adormecem, a revolução armada avança pela América Latina. É importante percebermos que tanto na caricatura de Herblock, quanto nessa de Roy Justus, ressalta-se o caráter agressivo das figuras que representam a revolução. Devemos pensar, desse modo, que parte da imprensa norte-americana criticava de maneira direta o caminho adotado pelo governo Kennedy para enfrentar a dita ameaça comunista na América Latina. Questionavam-se as reformas propostas pela Aliança para o Progresso, pois

¹²⁸ JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Op. Cit. p. 273.

apenas essa estratégia de ação talvez não fosse suficiente para desarticular as mobilizações de esquerda.

O presidente dos Estados Unidos era pressionado também por setores do próprio governo. A CIA – Central Intelligence Agency – por meio de seus relatórios apontava que as organizações de esquerda ampliavam suas ações principalmente no Nordeste do Brasil, notadamente pela ação das Ligas Camponesas. Alertava a CIA em um dos seus relatórios intitulado - *Leftist Gains in Brazil – Avanço das esquerdas no Brasil*:

As Ligas Camponesas são lideradas por Francisco Julião, que tem indicado uma longa admiração por Fidel Castro e Mao Tse-Tung e [...] tem declarado desde o início deste mês: “Pela lei ou pela força nós exigimos a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma financeira”. Julião, que se descreve como uma marxista, mas não um comunista, prognosticou que a revolução logo começaria no centro do Brasil.¹²⁹

O relatório da CIA indicava a intensificação da ação dos grupos de esquerda no Brasil e destacava o Nordeste como um dos principais focos. Além disso, associava Francisco Julião a Fidel Castro e Mao Tse-Tung e em dezembro de 1961, a CIA já registrava o discurso de Julião, o qual pregava a reforma agrária na lei ou na marra.

As Ligas Camponesas, bem como o seu líder Francisco Julião, que anunciava uma revolução no centro do Brasil, foram novamente tema de destaque pelo menos em dois outros relatórios da CIA, datados de maio e junho de 1962. O primeiro texto foi intitulado *Drought in the Brazilian Northeast – Seca no Nordeste do Brasil* e o segundo recebeu o título de *Peasant Leagues in Northeastern Brazil – Ligas Camponesas no Brasil nordestino*. Em ambos os relatórios, de um modo geral, os agentes da CIA procuravam apresentar as condições de vida no Nordeste, utilizando, inclusive, mapas sobre a região, destacando aspectos da pobreza, bem como características da organização dos camponeses nas Ligas. Alertavam os relatórios da CIA:

O governo brasileiro declarou Estado de Emergência nos Estados do Nordeste do país como resultado das deficiências alimentares causadas pela seca. Desde o início de maio, milhares de famílias de camponeses têm invadido as cidades, ameaçando saques em lojas de comidas. Vários momentos violentos têm sido evitados apenas pela distribuição de um pequeno estoque de emergência. [...] As Ligas Camponesas, lideradas pelo pro - comunista Francisco

¹²⁹ Relatório da CIA - Leftist gains in Brazil. 15/12/1961. pp. 33 – 34. <http://www.foia.cia.gov>. Acessado em 25/11/2007.

Julião, estão centralizadas no Nordeste e integram uma estrutura comunista de exploração das deficiências. Existem entre 80 e 100 por toda a região, com um total de 60 mil – 80 mil membros. Eles afirmam defender o direito dos trabalhadores rurais e estão utilizando o assassinato do líder da Liga Camponesa do Estado da Paraíba, no início de Abril, para realizar provocações políticas. Como resultado dos planos demonstrados na Paraíba, tropas do exército foram espalhadas por grande parte do Nordeste.¹³⁰

Esse relatório da CIA revela a grave situação da população rural provocada pela seca e como as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, tiravam proveito dessa condição. O assassinato de um líder rural é apontado como motivo de mais temor, visto que o exército, em face da explosiva situação no Nordeste, estaria de prontidão em toda região. Em resumo, o relatório produz a sensação de uma iminente revolução armada protagonizada pelos pobres e famintos, liderados pelas Ligas Camponesas.

Os relatos da CIA ratificam, em parte, as idéias apresentadas nas caricaturas, pois demonstram que no caso do Nordeste do Brasil a ação de grupos, considerados comunistas, era intensa e se expandia cada vez mais, mobilizando, inclusive, um considerável número de pessoas. Coincidência ou não, é nesse período que o governo dos Estados Unidos muda a sua estratégia de ação, sobretudo, na região Nordeste, passando a ter uma atuação mais intensa e procurando influenciar no direcionamento tomado pelos assuntos internos do Brasil, mais especificamente, relativos ao Nordeste.

Em Pernambuco, onde estava situado o escritório central da missão norte-americana, as mudanças puderam ser mais perceptíveis. Em julho de 1962, o embaixador Lincoln Gordon removeu Bruno Luzzato da direção da USAID em Recife e nomeou John Dieffenderfer como diretor interino, efetivando-o no cargo em novembro do mesmo ano e aumentando de modo considerável o número de membros da missão no Recife¹³¹. Segundo Joseph Page, *a decisão de estabelecer uma grande missão da USAID no Recife fez do Nordeste um caso singular, visto ter sido a única região do mundo julgada merecedora de ter sua própria missão*¹³². O governo dos Estados Unidos tinha uma atenção cada vez maior sobre o Nordeste do Brasil. O número de técnicos e funcionários norte-americanos era crescente no Recife. Além disso, por meio da CIA, o governo dos Estados Unidos passou a financiar a candidatura de políticos que

¹³⁰ Relatório da CIA 15/05/1962. pp. 12 – 18. <http://www.foia.cia.gov>. Acessado em 25/11/2007. Algumas partes desses relatórios ainda não foram liberadas para o acesso, encontrando-se cobertas com tarjas pretas.

¹³¹ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Op. Cit. pp. 152 – 153.

¹³² PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Op.Cit. p. 154.

fizessem oposição, principalmente, ao candidato das esquerdas para o governo do Estado de Pernambuco em 1962, Miguel Arraes. Diversos candidatos ao cargo de deputado estadual e federal receberam financiamento dos Estados Unidos, desde que não estivessem alinhados com os grupos de esquerda atuantes no Estado.¹³³ Na área rural, a CIA também financiou a atuação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE – liderado pelo padre Crespo e que procurava, principalmente, combater a mobilização camponesa proporcionada pelas Ligas. Segundo Moniz Bandeira e Joseph Page, o SORPE recebia financiamento da Cooperative League – CLUSA – que repassava verbas oriundas da CIA¹³⁴.

Desse modo, a ação dos Estados Unidos no Nordeste do Brasil parecia não mais estar restrita a viabilização de apoio aos projetos desenvolvidos pela SUDENE, como desejara Bruno Luzzato ao assumir a direção da USAID e, por conseguinte, da Aliança para o Progresso no Recife. O governo norte-americano instalou, no decorrer do ano de 1962, vários focos de ação, como os citados acima, os quais visavam interferir de forma direta nos caminhos sociais e políticos trilhados pelo Nordeste do Brasil, independente dessas ações infringirem acordos políticos ou mesmo a soberania dos países.

Podemos pensar que essa política mais intervencionista do governo dos Estados Unidos, por meio desse novo modo de ação para a USAID e, por conseguinte, para a Aliança para o Progresso, relacionava-se diretamente a maneira como o avanço comunista era representado pela CIA e por setores da imprensa dos EUA. No relatório da CIA, *Peasant Leagues in Northeastern Brazil*, identifica-se o estabelecimento de uma ligação entre a pobreza da região, sobretudo dos camponeses, e a expansão do comunismo, especificamente por meio das Ligas Camponesas. Ainda sobre esse tema, analisemos duas outras caricaturas publicadas em jornais norte-americanos.

¹³³ Ver PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Op. Cit.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964*. 7ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001.

¹³⁴ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Op. Cit. p. 158. ver também BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964*. Op. Cit. p. 84. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. p. 320. O padre Crespo, coordenador do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE – apresentou sua dissertação no curso de Pós-graduação em Administração Rural, defendida em 2003 na Universidade Federal Rural de Pernambuco, na qual o mesmo afirma que não sabia que o dinheiro recebido pelo SORPE era oriundo da CIA. Assim que tomou conhecimento, Paulo Crespo afirma que não mais aceitou o dinheiro. CRESPO, Enes Paulo. *Comunicação e Libertação. Relato analítico da trajetória de um militante junto a camponeses em Pernambuco. 1955 – 1990*. Dissertação de mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2003. 144p.



Fig. 05 - “... and his father lives up there”. Herblock. *Washington Post*, 11 de fevereiro de 1962.¹³⁵

Nessa caricatura de Herblock observa-se que o personagem revolucionário encontra-se relacionado à situação de extrema pobreza, a qual é representada pelas péssimas condições de moradia, pelas roupas esfarrapadas e pela expressão de sofrimento, principalmente, da personagem feminina. Em oposição a essa extrema pobreza, na parte superior da caricatura, há uma bela e grande casa, com várias janelas, o que representava a existência de muitos cômodos, cercada por árvores, e com os seguintes dizeres; *Extreme Wealth – Extrema riqueza*.

Um dos aspectos que se destaca nessa caricatura é a extrema desigualdade social existente em um mesmo espaço. Essa condição é invocada nessa imagem como um dos fatores incentivador da revolução. Contudo, o mais intrigante é a frase dita por um dos dois observadores que compõem a caricatura e tomada como o título da mesma: “...

¹³⁵ JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Op. Cit. p. 271.

and his father lives up there” – “... e o pai dele mora lá em cima”. O pronome *dele*, nesse caso, refere-se ao homem pobre representativo da Revolução. Sendo assim, poderíamos nos perguntar se na grande e bela casa, onde havia uma condição de extrema riqueza, vivia o pai do homem pobre ou o pai da Revolução? Ou mesmo deveríamos pensar que o homem pobre e a revolução seriam sinônimos, um mesmo personagem, cujo pai, criador, moraria na extrema riqueza. Para essa caricatura, isso parece ser um ponto importante, ou seja, pobreza e revolução caminham inseparáveis. E ainda há uma outra questão. A figura do pai, enquanto representante da riqueza, e do filho, enquanto representante da pobreza, indicavam que essa extrema desigualdade se manifestara de modo muito próximo e era um dos principais impulsionadores da condição revolucionária.

E era essa situação de extrema pobreza que os comunistas exploravam, como afirmava o próprio relatório da CIA anteriormente citado: *As Ligas Camponesas, lideradas pelo pro - comunista Francisco Julião, estão centralizadas no Nordeste e integram uma estrutura comunista de exploração das deficiências*¹³⁶. Ou seja, a união entre a pobreza, nomeada como *deficiências* pela CIA, e a atuação comunista faziam com que uma condição de perigo se apresentasse cada vez mais próxima para os Estados Unidos.

Uma outra caricatura, de Franklin Morse, publicada no *Los Angeles Mirror-News*, tratava do sentimento anticomunista na América Latina.

¹³⁶ Relatório da CIA 15/05/1962. pp. 12 – 18. Op. Cit.



Fig. 06 - *Raising Cane?* Franklin Morse. *Los Angeles Mirror-News*, 1959.¹³⁷

¹³⁷ JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Op. Cit. p. 237.

De imediato a imagem procura demonstrar a influência exercida pelo comunismo na América Latina. Para tanto, existe o personagem de um homem sorridente, que segura na mão direita uma foice, símbolo representativo do comunismo. Ao lado desse personagem, encontram-se os seguintes dizeres: *Communist Influence - Influência comunista*. O homem aponta sua foice para um pobre camponês, o qual, na caricatura, representa a América Latina. Esse camponês trabalha em uma plantação de cana-de-açúcar, onde está escrito: *Growth of anti-U.S. feeling – Crescimento do sentimento anti-Estados Unidos*.

Para completar a idéia proposta pela caricatura, devemos prestar atenção no título da mesma: *Raising Cane? Cultivando cana?* Essa pergunta questionava se na América Latina, ou em parte dela, estava se cultivando a cana-de-açúcar ou, por meio da ação dos comunistas, cultivava-se um sentimento anti-norte-americano. Sendo assim, tentava-se reforçar a idéia de que o comunismo avançava sobre a América Latina e que isso era algo perigoso para os Estados Unidos.

Essa caricatura, como também algumas outras já apresentadas, e o relatório da CIA criavam certas especificidades para o avanço comunista. Parece-nos que uma parte dos Estados Unidos começava a constituir um sujeito e, por conseguinte, um lugar, o Nordeste do Brasil, onde se identificaria o perigo, resultante do crescente domínio comunista. Os camponeses eram o grupo social constantemente destacado como alinhado ou subvertido pela ação dos comunistas. Isso pode ser observado na maioria das caricaturas. E no caso do Brasil, o Nordeste era a região que agrupava alguns dos principais aspectos impulsionadores do avanço soviético, a saber; a extrema pobreza da grande parte da população rural e urbana, a desigualdade social flagrante, notadamente, nas áreas de plantação de cana-de-açúcar.

Desse modo, entendemos que o camponês foi sendo produzido, entre o final da década de 1950 e início dos anos de 1960, tanto nos Estados Unidos, mas também no Brasil, como o agente do perigo e da subversão. Dentro dessa perspectiva é que se institui o sujeito camponês pobre do Nordeste:

Queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica.¹³⁸

¹³⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002. p. 07.

Desse modo, não podemos entender que havia um camponês a priori, natural e por isso fora da história, nem muito menos que ele era, por si só, um representante da ameaça comunista. Devemos, então, pensar a categoria camponês como uma constituição social, portanto múltipla, e dentro dessa multiplicidade, no período pré-golpe de 1964, destacava-se a dimensão do perigo. É nessa produção de significados para o trabalhador rural pobre que pretendemos nos deter nesse capítulo, observando que esse era um movimento ressonante tanto no Brasil, como no exterior, principalmente, nos Estados Unidos.

Sidney Chalhoub já demonstrou que, no final do século XIX e início do XX, havia alguns discursos e práticas sociais, os quais estabeleciam para as chamadas classes pobres o signo de perigosas.¹³⁹

Em suas análises, Chalhoub destacou notadamente as pessoas recém egressas da escravidão e que ocupavam principalmente os cortiços da região central da cidade do Rio de Janeiro. O historiador analisou como essas pessoas pobres eram consideradas, de modo à priori, como sendo viciosas. As denominações pobres e viciosas, segundo o autor, ganhavam o mesmo significado. Nesse sentido, realizava-se, no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, um raciocínio abstrato e mecânico, resumido da seguinte maneira por Chalhoub: *os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos.*¹⁴⁰

A análise de Sidney Chalhoub, apesar de não referir-se ao nosso período de estudo, nem aos nossos personagens, é inspiradora para nossas reflexões, no sentido de percebermos os movimentos da sociedade que passam a associar os pobres ao perigo, seja pelas suas moradias ou pelos papéis sociais que passam a ocupar. No caso dos ex-escravos, esses já não tinham seus limites impostos pelas unidades produtivas e pelos seus senhores e, desse modo, inseriam-se em uma sociedade que precisava estabelecer novos limites. A demolição dos cortiços, moradias precárias ocupadas, em sua maioria, por libertos e situadas no centro do Rio de Janeiro, era um modo de reordenar o espaço geográfico e, por conseguinte, social da cidade. Utilizando-se de um discurso higienista e de teorias raciais, a demolição dos cortiços significava também combater o risco representado pelos malfeitores, pelo foco de doenças e pelos vícios existentes naquelas

¹³⁹ CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas* In *Trabalhadores*, n° 6, 1990. p. 2-22.

¹⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas* Op. Cit. p. 06.

precárias habitações. Acabar com os cortiços significava construir novos limites para a população ex-escrava e pobre.

Ainda de acordo com Sidney Chalhoub, a expressão *classe perigosa* foi definida pela escritora inglesa Mary Carpenter, em 1840, como representante das pessoas que haviam estado na cadeia ou mesmo optado por viver de furtos, ou seja, a margem das leis. Contudo, no início do século XX, a definição de tal expressão passa a ser mais ampla e móvel e cria-se a teoria da *suspeição generalizada*, que inventou uma estratégia de repressão contínua por parte de setores do poder público, com destaque para a polícia, sobre todos aqueles que de alguma forma ameaçavam a manutenção da ordem.¹⁴¹ E segundo Chalhoub

[...] o pior de tudo é que essas idéias vazias, de que a pobreza de um indivíduo já é suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial, não deixaram de ter enormes conseqüências para a história subsequente de nosso país. Por exemplo, elas têm servido como um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras, desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia passou a agir a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário. E, lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros.¹⁴²

Em nossa pesquisa, não encontramos a expressão *classe perigosa* sendo utilizada em referência aos camponeses, tal como ocorria com os libertos e desempregados no início do século XX. Contudo, a relação entre pobreza e perigo estava presente, sendo essa considerada uma dinâmica de causa e efeito entre esses dois fatores. O primeiro fator, notadamente, era avaliado como a causa e o ponto de origem de uma cadeia que terminava no segundo, representado pelo avanço comunista. Entender, no entanto, como esses extremos foram unidos em determinados momentos, principalmente por meio de imagens publicadas na imprensa, é o que pretendemos realizar, em certa medida, nesse capítulo.

É importante percebermos, então, que setores dos Estados Unidos, seja por meio das caricaturas, seja pelos relatórios da CIA ou mesmo pelos novos direcionamentos tomados pela Aliança para o Progresso em Pernambuco, já realizavam um movimento que, cada vez mais, relacionava os trabalhadores do campo com as ações comunistas na

¹⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas*. Op. Cit. p. 05.

¹⁴² CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas*. Op. Cit. p. 06.

América Latina e, especificamente, no Nordeste do Brasil. Era assim, por exemplo, que pensava o jornalista norte-americano Nathan A. Haverstock:

O problema do Nordeste brasileiro é o mais grave de quantos se apresentam à solução do Governo do Brasil. Numa zona onde existem 25 milhões de criaturas com fome só pode existir o ódio e a mal-querença [...] No caso particular do Brasil, o foco de desagregação está no Nordeste.¹⁴³

Devemos ler esse relato com as referências da Guerra Fria. Nesse sentido, temos que considerar a experiência de Cuba, na qual um pequeno grupo revolucionário influencia, com suas idéias comunistas, todo um povo empobrecido e explorado. Logo, se ocorrera em Cuba, bem como na China e na URSS, porque não no Brasil, a partir do Nordeste, onde, segundo Haverstock, 25 milhões de pessoas viviam na miséria.¹⁴⁴

2.2. – Imagens do perigo.

As caricaturas norte-americanas a respeito da América Latina, constantemente, representavam o trabalhador rural. Os relatórios da CIA, como já nos referimos, ressaltavam os miseráveis trabalhadores que viviam no interior do Nordeste do Brasil. Alguns jornais do Brasil e de Pernambuco enfatizavam cotidianamente o perigo representada pelos camponeses, seja porque esses passaram a reivindicar mudanças sociais consideradas subversivas, principalmente, por meio das ocupações dos engenhos, seja porque esses trabalhadores eram inocentes e facilmente poderiam ser manipulados pelos denominados agitadores, isto é, pessoas ligadas ao comunismo.

Ainda nessa perspectiva de análise acerca do camponês transformado em um agente do perigo, três fotografias nos chamaram a atenção. Uma dessas imagens encontra-se arquivada no acervo do Departamento de Ordem Política e Social, Dops-PE, compondo um Prontuário Funcional e as outras duas foram publicadas em jornais locais. Todas as fotografias integram as discussões desenvolvidas em torno de uma mesma temática, a saber: Os incêndios ocorridos nos canaviais de Pernambuco. Essa foi

¹⁴³ Diário de Pernambuco 15/04/1962. p. 01.

¹⁴⁴ Essa idéia de que o Nordeste era sinônimo de pobreza, de pessoas miseráveis e vitimizadas pela falta de chuvas foi sendo construída, como bem mostrou Durval Muniz de Albuquerque, ao longo do século XX, por meio de ações governamentais, mas também por manifestações artísticas, como a literatura, a música e a pintura, desenvolvidas muitas vezes pelas próprias habitantes da região. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 2 ed – Recife: FJN, Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.

uma das questões abordadas no primeiro capítulo desse trabalho. Entretanto, vamos nos deter agora, mais propriamente, ao modo como as imagens foram utilizadas e que efeitos podem ter produzido.

Antes, contudo, de apresentarmos as imagens, é necessário ressaltarmos o modo como podemos abordar uma fotografia. De acordo com Deborah Dorotinsky¹⁴⁵, quando utilizamos a fotografia para pensarmos a história, podemos seguir, pelo menos, por dois caminhos. Existe aquele onde se considera a imagem como um documento, um objeto de investigação, e nesse sentido estaria passível de interpretação e análise historiográfica. Por outro lado, existem também as reflexões que levam em consideração o ato fotográfico com o objetivo de entendê-lo como um esquema de pensamento, associado ao plano visual, o qual constrói um caráter teórico, que perpassa a estética, a sociologia, a antropologia ou a filosofia.¹⁴⁶

Adotamos, nesse trabalho, o caminho que nos leva a refazer os esquemas de pensamento utilizados na confecção daquelas imagens fotográficas. Não temos a intenção, nem a condição, de analisarmos, com mais detalhes, as características estéticas, que tanto contribuem e influenciam o olhar fotográfico. Essas são questões que extrapolam os limites desse estudo. Mas, procuraremos entender quais foram as idéias e os signos reunidos nas imagens, que apresentavam os incendiários dos canaviais em Pernambuco.

Vejamos a primeira imagem.

¹⁴⁵ Pesquisadora do Instituto de Investigaciones Estéticas, UNAM. Cidade do México.

¹⁴⁶ DOROTINSKY, Deborah. *La fotografía como fuente histórica e su valor para la historiografía* In *Fuentes Humanísticas*. História. Nº 31. pp. 117-140.



Fig. 07 - Prontuário Funcional de São Lourenço da Mata. Fundo SSP nº 29201– Dops-PE.
APEJE.

Essa fotografia integra um prontuário funcional da Dops-PE e encontra-se junto ao material resultante das investigações acerca de alguns incêndios ocorridos nos canaviais de engenhos e usinas no início dos anos 1960. Não foi possível, por meio da pesquisa no prontuário funcional, identificar o fotógrafo, nem ter acesso a informações mais precisas a respeito das pessoas presentes na imagem. Sendo assim, utilizando

apenas essa fotografia, podemos afirmar que a mesma tratava da apresentação de um preso, envolvido provavelmente com os incêndios nos canaviais. Contudo, a pesquisa na imprensa nos possibilitou identificar, mesmo que parcialmente, dois dos três integrantes da imagem. À direita temos o acusado, José Deodato da Silva, vestido com roupas simples e sem sapatos. Ao seu lado, encontra-se um policial, utilizando uma impecável farda e com a mão esquerda sobre as costas do preso, indicando o controle da polícia sobre os ditos incendiários. Ainda compõe a fotografia o Delegado de São Lourenço da Mata.

O policial e o acusado formam o tema central da fotografia. Os dois olham diretamente para a câmara, ao contrário do homem à esquerda. O prisioneiro, por sua vez, encara o fotógrafo com seriedade e com uma altivez quase desafiadora. Podemos pensar que, entre outros objetivos, essa imagem procurava criar uma visibilidade para a idéia de perigo, difundida em Pernambuco entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960. Apresentava-se a imagem do pobre perigoso. A pobreza encontrava-se representada nos trajes usados pelo prisioneiro, reforçada pela falta de sapatos. Esse último era um aspecto relevante, visto que, em séculos anteriores no Brasil, a falta de sapatos era associada à condição da escravidão, símbolo da miséria. Para acentuar essa condição de pobreza, observa-se a impecável farda da polícia e o elegante traje civil utilizados pelos que compõem a fotografia juntamente com o prisioneiro.

A composição da fotografia procurava estabelecer dois lados distintos e opostos, mas que, ao fim, estariam também relacionados entre si e oferecendo um significado para a imagem. De um lado, temos os dois homens bem vestidos, limpos, posturas educadas e que significavam a ordem pública. Do outro lado, está o acusado de incendiar canaviais, maltrapilho, sem sapatos, representando o quanto a pobreza era perigosa.

A imprensa, especificamente o *Diário de Pernambuco*, publicou uma matéria¹⁴⁷ sobre os incêndios que vinham ocorrendo nos canaviais do município de São Lourenço da Mata e utilizou uma outra fotografia para compor a reportagem. Nessa fotografia estão presentes, entre outras pessoas, dois dos três personagens da imagem anterior.

Vejamos essa outra imagem:

¹⁴⁷ *Polícia prendeu camponês que incendiou 1500 toneladas de cana em São Lourenço.* Diário de Pernambuco. 15/01/1960. p. 05. APEJE.



Fig. 08 - Diário de Pernambuco 15/01/1960. p. 05.

A legenda da fotografia afirma o seguinte: *ladeados pelo Delegado de São Lourenço da Mata, à esquerda, e o sargento comandante da volante, os incendiários presos. O indicado pela seta é José Deodato da Silva, que foi preso em flagrante.*¹⁴⁸

Dois dos indivíduos, que apareciam na fotografia arquivada em um dos prontuários da Dops-PE, surgem na imagem do *Diário de Pernambuco* acompanhados de mais outras quatro pessoas, três das quais pertencentes à família de José Deodato e que, segundo o jornal, eram acusadas de serem cúmplices nos incêndios. Os ditos incendiários teriam colocado fogo em parte do canavial do Engenho Covas, localizado no município de São Lourenço da Mata, mas pertencente à Usina Bulhões, de Jaboatão.

Walter Benjamin, em seu texto *A obra de arte em sua reprodutibilidade técnica*, analisa o impacto produzido pela reprodução técnica das imagens, principalmente por meio da fotografia e do cinema, afirmando que, por um lado, houve uma aproximação entre a imagem, a arte e as pessoas. Isso fez com que uma parcela maior da sociedade tivesse acesso a esse material. As revistas ilustradas foram um dos meios que proporcionou essa aproximação.¹⁴⁹ Desse modo, podemos entender que o material fotográfico, antes restrito à polícia, passa a circular na sociedade, por meio, nesse caso, não de uma revista ilustrada, mas de um jornal, o *Diário de Pernambuco*.

Por outro lado, Walter Benjamin afirma que a contemplação livre dessas imagens nos jornais não é uma condição oferecida ao leitor, pois o observador deve seguir um caminho pré-definido para se aproximar das imagens. Sendo assim, a legenda

¹⁴⁸ Diário de Pernambuco. 15 / 01 / 1960. p. 05. APEJE.

¹⁴⁹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas*. Vol. 1. 7 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 175.

da fotografia, em conjunto com o título da reportagem e o texto da matéria constituiriam os indicadores do caminho pelo qual o leitor deveria seguir.¹⁵⁰

Observando as duas fotografias apresentadas, analisemos a figura de José Deodato da Silva. Se usarmos apenas a primeira imagem, não sabemos o seu nome e o identificamos como o homem que estava sendo preso. Contudo, na segunda imagem, publicada no *Diário de Pernambuco*, tivemos acesso ao seu nome, bem como ao crime do qual estava sendo acusado. E a essa fotografia do jornal são agregados novos significados, notadamente através do título – *Polícia prendeu camponês que incendiou 1500 toneladas de cana em São Lourenço*. O jornal define o setor da pobreza representante do perigo: O camponês. Esse trabalhador era nomeado como responsável por incendiar 1500 toneladas de cana-de-açúcar. A reportagem definia assim a imagem do perigo em Pernambuco, ou seja, a do camponês pobre, que nesse caso colocava fogo nos canaviais do Estado.

Por meio dessas imagens um outro setor social, constituído notadamente pelos latifundiários, promovia os seus interesses, fazendo circular idéias anticomunistas e procurando demonstrar o quanto o comunismo colocava em risco a ordem do Estado. Ainda segundo a reportagem do *Diário de Pernambuco*, havia uma *infiltração de elementos vermelhos entre os camponeses*¹⁵¹. Desse modo, procurava-se estabelecer uma relação entre a pobreza camponesa e a influência comunista, que resultaria em uma ameaça ao *status quo*.

Vejamos outra fotografia publicada na imprensa:

¹⁵⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Op. Cit. pp. 174-175.

¹⁵¹ *Diário de Pernambuco*. 15 / 01 / 1960. p. 05.



Fig. 09 - Diário de Pernambuco 14/01/1960. p. 05

Essa imagem assemelha-se bastante com a anterior, tanto em sua composição quanto em sua temática. Refere-se à apresentação de três pessoas presas pela polícia sob a acusação de terem incendiado canaviais, desta vez no município de Ribeirão. Na fotografia os ditos incendiários, incluindo uma criança, estão ladeados por dois policiais, em posição de guarda e armados. Ressalta-se a pobreza dos presos, que trajam roupas velhas e rasgadas e, mais uma vez, não usam calçados. Especificamente nessa fotografia, os acusados adultos seguram, na mão direita, um chapéu de palha, fortalecendo a imagem do homem do campo. Para completar essa representação fotográfica, segue a legenda com os seguintes dizeres: *Ladeados por policiais, aparecem três dos incendiários que foram capturados pela volante da Polícia Militar, no município de Ribeirão*. Na relação entre a imagem e o texto, faz-se circular a figura do camponês pobre, que colocava em risco, segundo os latifundiários, a ordem pública e a economia do Estado por meio dos incêndios nos canaviais.

É importante ressaltarmos que os significados oferecidos a essas fotografias relacionam-se com os interesses do grupo social produtor, com o espaço por meio do qual elas são difundidas, bem como os setores da sociedade em que circulam, ou seja, onde ocorre a recepção.

Desse modo, devemos ter em mente que o jornal *Diário de Pernambuco* representava um setor da imprensa, o qual fazia ressoar a visão de mundo dos grupos conservadores do *status quo* em Pernambuco, notadamente dos latifundiários. Assim, entender a pobreza do camponês como algo ameaçador era um significado que atendia, principalmente, aos interesses dessa parcela social.

Essas fotografias, publicadas em um dos principais jornais do Estado, localizavam-se, geralmente, nas páginas destinadas ao noticiário policial. Essa parte do jornal era reservada para a apresentação de todo o tipo de ação considerada como um crime e também dos seus respectivos criminosos, os quais criavam algum risco para a sociedade. Logo, quando o leitor observava as fotografias naquelas páginas, era conduzido a utilizar-se dos signos do perigo atribuídos às páginas policiais.

É importante também pensarmos um pouco sobre a circulação dessas imagens. Os dois maiores jornais do Estado, o *Jornal do Comércio* e o *Diário de Pernambuco*, atingiam, principalmente, as camadas médias urbanas e os grupos mais abastados. Nesse sentido, essas imagens circulavam entre os latifundiários, industriais, comerciantes, profissionais liberais, intelectuais e estudantes, que tinham um acesso mais constante à imprensa escrita. Era esse o grupo alvo para quem se dirigia as idéias presentes nas imagens e nos seus textos correspondentes, procurando fortalecer idéias anticomunistas, em algumas pessoas, ou mesmo as formar, em outras. Uma parte dessas pessoas, sobretudo estudantes, profissionais liberais e intelectuais, no início da década de 1960, estava envolvida ou simpatizava com grupos que defendiam algum tipo de reforma social, seja os movimentos das juventudes católicas, os quais agregavam vários setores dos estudantes, seja as organizações de camponeses, que contava com o apoio de vários trabalhadores liberais, como professores e advogados, em seus quadros.

Por fim, ainda torna-se necessário destacarmos que no sentido oferecido às fotografias publicadas, a imagem da pobreza estava em ressonância com a idéia de manutenção da ordem pública. Se por um lado procurava-se demonstrar o risco representado pelos camponeses pobres, pois esses, sob a influência de agentes comunistas, passavam a incendiar canaviais e ameaçar a economia do Estado, por outro

também se ressaltava a presença e a atuação da polícia, informando ao leitor que havia um movimento de combate ao perigo, por conseguinte, a ação dos comunistas.

2.3. – A patulêia desenfreada e o perigo.

O dia era terça-feira, 07 de janeiro de 1963. Por volta das 8 horas, um grupo de camponeses, moradores dos Engenhos São Miguel, São José dos Palhados e Esperança, chega a Usina Estreliana, dirigindo-se ao escritório da mesma, a fim de reivindicar o pagamento do 13º salário. Os camponeses levavam consigo um ofício da Delegacia Regional do Trabalho, o qual ratificava o direito daqueles trabalhadores de receberem o a remuneração reivindicada, chamada também de Abono de Natal.¹⁵²

Antônio de Lima Gouveia, um dos camponeses presentes, afirmou que o proprietário da Usina, e também Deputado Estadual, José Lopes Siqueira Santos veio ao encontro dos trabalhadores e nesse momento ocorreu o seguinte diálogo:

- Quem é o cabeça dessa greve? Apareça!
- Dr., não se trata de greve, queremos o nosso direito.
- Ah! Já sei. Quem é o vigia? É você, não é?¹⁵³

Ainda segundo Antônio de Lima Gouveia, José Lopes Siqueira Santos tinha chegado montado a cavalo e com um rifle. Depois desse rápido diálogo, de acordo com o camponês, o proprietário da usina teria descido do cavalo e desferido um golpe, com o rifle, contra ele, que nesse momento se agarrou com a arma, sendo, contudo, empurrado pelos homens responsáveis pela segurança do deputado. Logo em seguida ocorreram os disparos das armas, resultando na morte de quatro camponeses. Antônio de Lima conseguiu fugir do local e pegou um ônibus em direção ao Recife, onde foi pedir auxílio na Secretaria de Segurança. Acabou sendo preso.¹⁵⁴

De sua parte, o dono da Usina Estreliana afirmou ter sido atraído por um grande movimento de pessoas. Quando chegou ao local da movimentação montado em um cavalo, viu que Antônio de Lima Gouveia portava um cartão escrito pelo Delegado do Trabalho, o qual declarava que os camponeses deveriam receber o 13º salário. José

¹⁵² Essas informações foram retiradas dos seguintes jornais: Diário de Pernambuco 08/01/1963. p. 07; Jornal Última Hora 08/01/1963. p. 04 ; Jornal A Hora 12 a 19/01/1963. p. 08. APEJE.

¹⁵³ Jornal Última Hora 08/01/1963. p. 04.

¹⁵⁴ Idem.

Lopes Siqueira teria explicado àqueles trabalhadores rurais que os mesmos não tinham direito ao salário extra, pois não contribuíam com qualquer instituição previdenciária ¹⁵⁵

Mediante a explicação, segundo o usineiro, o camponês Antônio de Lima Gouveia teria ameaçado a realização de uma greve, ao mesmo tempo em que tentava agredir José Lopes com uma faca. Nesse momento, os trabalhadores da usina teriam socorrido o patrão e com isso teve início um conflito corpo-a-corpo, seguido dos disparos de arma de fogo, os quais vitimaram quatro camponeses. ¹⁵⁶ Interessa-nos aqui analisar as imagens produzidas acerca do conflito entre o proprietário da usina, com seus seguranças, e um grupo de trabalhadores, que resultou no assassinato de camponeses.

Uma das imagens foi publicada na primeira página da edição do *Diário de Pernambuco* do dia 09 de janeiro de 1963, ou seja, dois dias após a ocorrência dos conflitos. É importante percebermos que a reportagem sobre o assassinato dos camponeses tinha sido publicada no dia anterior, 08 de janeiro, sem, contudo, haver a veiculação de imagens. A fotografia, divulgada no dia 09, relacionava-se com um pequeno texto também publicado na capa do referido jornal, o qual procurava explicar a imagem e como ela foi conseguida. Ainda nessa edição, o editorial do *Diário de Pernambuco* refere-se ao conflito ocorrido na Usina Estreliana.

Antes de apresentarmos a fotografia, vamos analisar o editorial, intitulado *Subversão em Marcha* ¹⁵⁷. Em um primeiro momento, o editor define o significado do episódio da Usina Estreliana:

Trata-se de plano maduramente executado, no sentido de apressar a subversão que vem a galope, atirando na liça a exaltação de instintos primários de uma patulêia desenfreada, habilmente manobrada por artífices da desordem, visando a destruir a ordem vigente. ¹⁵⁸

Como o título já indicava, o editorial considerava que o conflito consistia em um plano subversivo organizado para promover a desordem. Para isso, manobrava a patulêia, ou seja, o povo, a classe mais pobre e nesse caso, o camponês. E continua:

Natural, assim, que próximo a concretizar-se a hegemonia político-administrativa dos “donos” da nova cruzada, o meio rural, perigosa e criminosamente trabalhado, comece a movimentar-se, atacando

¹⁵⁵ Diário de Pernambuco 08/01/1963. p. 07.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Diário de Pernambuco 09/01/1963. p. 04.

¹⁵⁸ Idem.

engenhos e usinas [...] quando o sangue correr no Interior [...] os que pregaram o inconformismo, os que, nos delírios dos comícios e das praças públicas, se desmandaram em promessas inexeqüíveis e acusações levianas e aterradoras, de certo procurarão fugir à responsabilidade, deixando que o pobre trabalhador rural – bronco, deseducado, primário e sem luzes – assuma sozinho o ônus de suas atitudes condenáveis.¹⁵⁹

Dois aspectos podem ser destacados nessa parte do editorial. O primeiro, ao relacionar os acontecimentos no meio rural com a concretização da *hegemonia político-administrativa dos donos da nova cruzada*¹⁶⁰, ou seja, com a mudança de governo a vista, já que, em poucos dias, mais especificamente no final daquele mês de janeiro, Miguel Arraes assumiria como novo governador, apoiado pelos grupos de esquerda¹⁶¹. Nesse sentido, o conflito em Estreliana já era um sinal, segundo o jornal, do que ocorreria quando os grupos de esquerda, aliados do novo governador, assumissem o controle do executivo estadual.

Ao mesmo tempo, o editorial ressaltava o perigo existente no trabalho desenvolvido por esses grupos de esquerda na organização dos ataques a engenhos e usinas. Esses grupos ainda tiravam partido da condição do pobre trabalhador rural, o qual era *bronco, deseducado, primário e sem luzes*¹⁶². É sobre essa situação de pobreza e ignorância, segundo o jornal, que agem os líderes de esquerda, pregando, nos comícios, o inconformismo e fazendo com que os camponeses assumissem atitudes condenáveis. Ou seja, a pobreza e a falta de educação e de conhecimento por parte dos camponeses tornavam-se também fatores perigosos, pois são utilizados pelos que, segundo o jornal, desejavam subverter a ordem.

Entretanto, de acordo com o editorial, mesmo sendo o trabalhador rural, em parte, manipulado pelos representantes da subversão, isso não o isenta de assumir o ônus de suas atitudes, pois o importante seria a manutenção da ordem. Nesse sentido, afirma o *Diário de Pernambuco: Em Estreliana, vidas de pobres lavradores, iludidos e ilaqueados, pagaram, já, o duro tributo do crime dos seus “líderes” improvisados*¹⁶³. É por esse caminho argumentativo que segue o pequeno texto, situado abaixo da fotografia referente ao conflito na Usina Estreliana, publicada na primeira página do *Diário de Pernambuco* de 09 de janeiro de 1963. O título do texto é *A Tragédia da*

¹⁵⁹ Diário de Pernambuco 09/01/1963. p. 04.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Notadamente pelos socialistas e comunistas.

¹⁶² Diário de Pernambuco 09/01/1963. p. 04.

¹⁶³ Idem.

Estreliana e o mesmo ainda afirma: *A situação se agrava porque a polícia não dispõe de meios para garantir a ordem nas fazendas ameaçadas e os proprietários são obrigados a organizar sua própria defesa, armando seus “homens de confiança”* ¹⁶⁴.

Esse texto, principalmente, mas também o editorial intitulado *Subversão em Marcha*, informa a leitura da fotografia abaixo:



Fig. 10 - *A Tragédia na Estreliana*. Diário de Pernambuco 09/01/1963. p. 01.

Antes, porém, de relacionarmos a fotografia com os textos jornalísticos, acima citados, referentes ao assassinato dos trabalhadores, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre a própria imagem. A legenda da fotografia afirma o seguinte:

¹⁶⁴ Diário de Pernambuco 09/01/1963. p. 01.

Na esplanada da Usina Estreliana, em Ribeirão, logo depois do conflito ocorrido anteontem foi tirada esta sensacional fotografia, conseguida pela equipe do Canal 6, na qual aparecem as vítimas da verdadeira batalha ali travada entre cerca de 70 camponeses e um grupo numeroso de operários da fábrica [...] Quatro mortos e três feridos, dos quais um gravemente, foi o saldo dessa tragédia.

A partir da leitura da legenda, somos informados que a fotografia acima mostra as vítimas do conflito na Usina Estreliana. Observamos os corpos de cinco trabalhadores no chão, ensangüentados e com roupas rasgados, resultado das lutas. Não sabemos, contudo, o nome de cada uma dessas pessoas, mas a legenda nos leva a entender que as mesmas são os camponeses vitimados. Seriam os quatro mortos e mais o trabalhador, gravemente ferido. Observam-se também os chapéus dos camponeses, caídos ao lado dos corpos, as peixeiras e um pedaço de pau, os quais devem ter sido usados pelos trabalhadores rurais no momento do confronto ou colocados no local para compor a fotografia.

Não é o objetivo desse trabalho julgar se as informações da legenda da fotografia são verdadeiras ou falsas. Desejamos, entretanto, entender como essa imagem foi utilizada no sentido de fortalecer a relação entre a figura do camponês e a idéia de perigo. Para tanto, é necessário procurarmos compreender como a mesma se relaciona com a sua legenda. Algumas questões nos inquietaram quando observamos a fotografia e lemos, com mais cuidado, o texto que a segue. De início, não sabemos quem foi o fotógrafo, nem como a imagem foi obtida, já que o próprio jornal afirma apenas que a *sensacional fotografia* foi conseguida pela equipe do Canal 6¹⁶⁵. Em seguida, a legenda informa que na fotografia aparecem as vítimas do conflito, ou seja, quatro mortos e três feridos. Entretanto, na imagem são apresentadas cinco pessoas estendidas no chão, por meio das quais somos levados a entender que seriam as quatro assassinadas, juntamente com a gravemente ferida, citadas no texto da legenda. Porém, na reportagem do dia anterior – 08/01/1963 – o *Diário de Pernambuco* tinha relatado que no local do conflito aconteceram apenas duas mortes, enquanto as outras vítimas tinham falecido no Hospital. Ainda segundo o jornal, *Israel Batista do Nascimento morreu antes de receber os socorros de emergência no Hospital de Escada. Seu irmão Zacarias faleceu quando era operado. Antonio Farias da Silva talvez não resista mais 24 horas.*

Desse modo, o que deveríamos estar vendo na esplanada da Usina Estreliana, momentos após o conflito, eram apenas dois mortos e não quatro mortos e uma pessoa

¹⁶⁵ O Canal 6 era também chamado de TV Clube e fazia parte do grupo do Diário Associados.

gravemente ferida como nos indicaria a fotografia com a sua respectiva legenda. Contudo, devemos pensar que a fotografia só foi veiculada no jornal dois dias após o confronto. Nesse espaço de tempo, os outros três camponeses levados para o Hospital do município de Escada tinham falecido devido aos ferimentos. Nessas circunstâncias, no dia 9 de janeiro, na imagem publicada estavam representadas, praticamente, as cinco vítimas fatais do conflito, já que o camponês Antonio Faria, gravemente ferido no dia do confronto, também tinha falecido.

Observemos essa outra fotografia:



Fig. 11 - Diário de Pernambuco. 09/01/1963. p. 07.

Essa é uma outra fotografia do mesmo assassinato. Um dos aspectos a ser analisado é a legenda. Essa afirma que os policiais *contemplam mortos e feridos no conflito ali ocorrido anteontem, entre camponeses e operários. A fotografia foi tirada cerca de meia hora após a luta*. Nem a legenda nem a fotografia permitem a determinação de quantos foram os assassinados ou os feridos. Além disso, tanto a imagem fotográfica quanto a legenda registram a presença da polícia, aspecto não destacado na imagem anterior. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que a polícia ao ser incorporada a essas fotografias emitia novos significados ao conflito.

Consideramos esses fatores relevantes, principalmente se observarmos os posicionamentos das imagens na edição do *Diário de Pernambuco* do dia 09 de janeiro de 1963. Enquanto a fotografia anterior foi publicada na primeira página, essa última foi veiculada na página sete, sem apresentar um título ou estar contida em um texto jornalístico. Para ser mais exato, essa fotografia aparecia no meio da página e facilmente um leitor poderia não atentar para essa imagem. Sem dúvida, essa é uma questão editorial. A primeira fotografia do conflito do Estreliana, selecionada para estampar a capa do jornal, produz a impressão de que houve uma luta e essa teria resultado na morte de trabalhadores. Afinal as cinco peixeiras visualizadas próximas aos corpos dos camponeses, juntamente com um pedaço de pau, induzem no leitor a idéia de luta. Essa era a imagem que o jornal desejava tornar hegemônica acerca do confronto na Usina Estreliana.

Além de tentarmos restabelecer alguns aspectos da composição da fotografia, é necessário entendermos quais os significados por ela agregados, principalmente, em relação ao foco de discussão desse capítulo, ou seja, a idéia de uma classe perigosa.

Deve-se observar que a fotografia publicada na página sete, na edição de 09 de janeiro de 1963 do *Diário de Pernambuco*, insere-se em uma estética na qual os ditos criminosos aparecem vigiados ou cercados pela polícia. Foi assim também nas duas fotografias acerca dos incendiários. A diferença é que nessa última, as pessoas consideradas criminosas estavam caídas ao chão, mortas ou feridas e, nesse caso, dominados pelo poder policial. Desse modo, tanto as legendas das imagens dos ditos incendiários, bem como essa última referente ao conflito na Estreliana, ressaltavam a presença da polícia como um instrumento de ordem. Ou seja, a polícia aparece como tendo o controle da situação.

No entanto, a fotografia publicada na primeira página do *Diário de Pernambuco*, do dia 9 de janeiro, rompe com esse modo de apresentação. A imagem não focaliza os policiais e, como já afirmamos, a legenda ressalta: *A situação se agrava porque a polícia não dispõe de meios para garantir a ordem nas fazendas ameaçadas e os proprietários são obrigados a organizar sua própria defesa, armando seus “homens de confiança”*. Dessa forma, aponta-se a incapacidade do Estado, por meio do aparato policial, de manter a ordem pública, ameaçada, principalmente, de acordo com o jornal, pelo *clima de agitação de há muito preparado habilmente por agentes subversivos*. O combate a essa condição, ainda segundo a legenda, ficava, portanto, a cargo dos próprios latifundiários. É importante lembrarmos que esse tipo de discurso circulou

poucos dias antes da posse de Miguel Arraes como governador do Estado e durante o seu mandato a argumentação sobre a ineficiência da polícia passaria a ser recorrente por parte dos grandes proprietários de terras.

Sendo assim, a fotografia de capa do *Diário de Pernambuco* e sua legenda reforçavam o sentimento de ameaça representado pelas ações de trabalhadores rurais, principalmente com a influência comunista promovida pelas Ligas Camponesas. Tal situação precisava ser combatida ou até mesmo eliminada. O assassinato, que está veiculado como tema central da fotografia, representa o ônus para se manter a ordem e se afastar o perigo. Sem a presença da polícia, os latifundiários passavam a se autodeterminar como defensores da ordem e classificavam os camponeses, sob a influência subversiva, como o elemento social que deveria ser combatido, até mesmo morto, em favor da manutenção de um bem-estar social.

Desse modo, o leitor da legenda e da fotografia, que era levado a identificar quatro ou cinco camponeses mortos, deveria relacionar o número de vítimas à intensidade do risco existente, que seria controlado e combatido pelos representantes da ordem, ou seja, o latifundiário.

Por outro lado, esses conflitos no campo, apresentados por parte da imprensa como algo ameaçador, é nomeado pelo jornal *A Última Hora* como sendo um problema. Observemos a reportagem abaixo, com destaque para os títulos e para a distribuição das fotografias.



Fig. 12 - A Rebelião das Enxadas. Jornal Última Hora 17/03/1963. p. 09.

O texto do jornal *Última Hora* começa com a seguinte afirmação:

*Depois que alguns milhares de camponeses empunharam enxadas e foices diante das vitrines, nas ruas principais do Recife, e cinco deles foram fuzilados num conflito, a opinião pública despertou para uma questão: o problema camponês é sério mesmo [...] procura-se uma solução.*¹⁶⁶

Esse trecho da reportagem refere-se a dois acontecimentos do mês de janeiro de 1963. O primeiro consiste na presença de milhares de camponeses empunhando as enxadas e as foices nas ruas do Recife na ocasião da posse do governador Miguel Arraes. O segundo diz respeito ao conflito ocorrido na Usina Estreliana, que resultou no assassinato de cinco camponeses, como analisamos anteriormente. Após relembrar esses

¹⁶⁶ Jornal Última Hora. 17/03/1963. p. 09. APEJE.

dois acontecimentos, o jornal afirma que a opinião pública passou a entender o camponês como sendo um sério problema.

O restante da reportagem procura relatar o que cada setor do poder público e da sociedade civil fizeram para tentar resolver tal questão. Desse modo, critica-se a tentativa tímida de reforma agrária ocorrida no governo de Cid Sampaio, bem como o assistencialismo prestado pelo Governo Federal aos usineiros, pois, segundo o jornal, desde 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool subsidiava a produção açucareira no Nordeste. Essa situação acarretou a existência de baixos padrões de produtividade da cana-de-açúcar na região, o que, por conseguinte, justificaria a ausência de condições, por parte dos latifundiários, de pagar melhores salários para os camponeses.¹⁶⁷

Esses fatores, que, de acordo com o jornal, contribuíram para a constituição desse problema, formam um nível da reportagem. O outro é constituído pelas imagens. Se por um lado, o texto, na sua parte superior, identificava o camponês como um problema, a solução parece já está indicada abaixo, a saber: *A rebelião das enxadas*. Essa consistiria em um destacado caminho, adotado pelo camponês, para resolver o seu problema.

Observemos que a temática central das fotografias é a enxada. Esse é um importante instrumento de trabalho do camponês, mas que nas imagens ganha uma representação bélica, notadamente pelo modo como é empunhado. Sendo assim, a solução do problema campesino não passaria pelas ações do poder público, mas pela mobilização, rebelião ou até mesmo revolução das enxadas, ou seja, dos camponeses.

As três principais imagens da reportagem não apresentam uma legenda, nem se relacionam diretamente com o texto jornalístico. Elas interagem entre si e, principalmente, com o título *A rebelião das enxadas*. Na primeira fotografia aparece uma criança sem roupa, sem calçados, vagando por cima de palhas, provavelmente, de cana-de-açúcar. Podemos pensar a imagem como sendo a representação da pobreza em que vivem os camponeses. A segunda fotografia apresenta uma concentração de camponeses em frente à sede do governo estadual no Recife, empunhando foices e enxadas. A última imagem mostra as crianças, pequenos camponeses, que marcham segurando enxadas sobre as cabeças.

Relacionam-se nessas três fotografias a representação da pobreza dos camponeses e da luta, da resistência, da reação a essa situação. Da esquerda para a

¹⁶⁷ Jornal Última Hora. 17/03/1963. p. 09. APEJE.

direita, que é o modo como, supostamente, se leria o texto, encontra-se a pobreza, a reivindicação e a marcha dos pequenos camponeses com suas enxadas. Se por um lado esses seriam os componentes de um problema social, por outro era a combinação desses fatores, segundo os latifundiários, que constituiria uma classe perigosa.

Capítulo III – Sobre as narrativas do perigo.

3.1 – Um muro de Berlim, um marido comunista e a democracia em pânico.

A poucos dias da eleição para o governo do Estado em 1962, o Recife, principalmente no período noturno, era tomado por diversos comícios, atos públicos e reuniões de comissões eleitorais realizadas em bairros da cidade. A disputa pelo executivo estadual ocupava as páginas da imprensa e mobilizava grande parte da população¹⁶⁸.

Em meio a essas mobilizações, no dia 01 de outubro de 1962, a cinco dias da realização das eleições, uma manifestação no centro do Recife chamou a atenção de parte das pessoas que passavam pelo lugar. De acordo com as informações da imprensa, na madrugada do dia 01, tinha sido colocado um painel na Avenida Dantas Barreto, em frente à pracinha do *Diário de Pernambuco*¹⁶⁹, e outro na Avenida Guararapes, em frente ao Cinema Trianon, todos com a mesma afirmação e uma interrogação ao final: *Já pensou se aqui houvesse um muro como em Berlim?*¹⁷⁰. Estes painéis ainda estavam envoltos, em suas bases, com arame farpado e alguns pedaços de madeira.

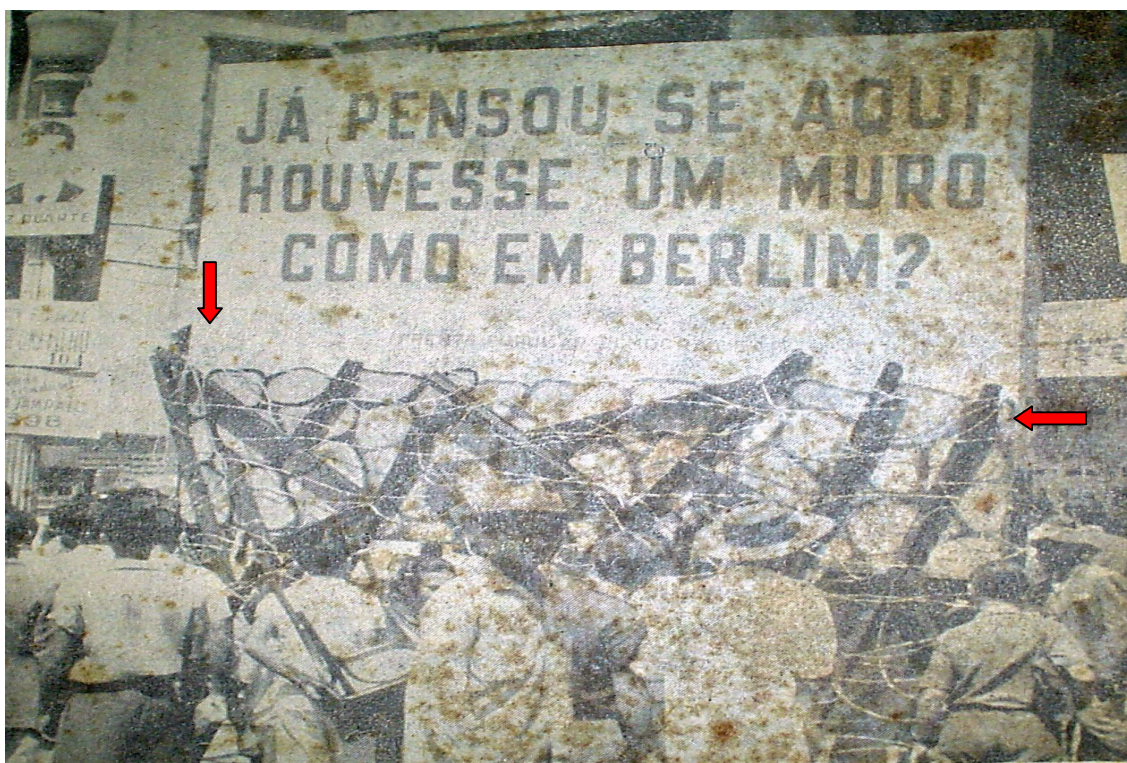


Fig. 13 – Diário de Pernambuco 02 / 10 / 1962. p. 01.

¹⁶⁸ CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 301.

¹⁶⁹ A pracinha do diário é o nome dado à praça pública localizada em frente ao antigo prédio do Diário de Pernambuco, que fica na rua 1º de março, próximo ao cruzamento com a avenida Dantas Barreto.

¹⁷⁰ Ver Diário de Pernambuco 02 / 10 / 1962. pp. 01 e 03 e jornal A Última Hora 02 / 10 / 1962. pp. 01 e 08.

Os painéis foram fixados por partidários de João Cleofas, que era o candidato da UDN ao governo do Estado, e principal oponente da candidatura de Miguel Arraes. Este se apresentava como o candidato das esquerdas na eleição para o executivo estadual, sendo apoiado pelo PC, pelo PSB, pelo PTB e por parte do PSD.

No decorrer do dia 01 de outubro, com o aumento da circulação de pessoas no centro da cidade, os painéis começavam a chamar cada vez mais a atenção e um número crescente de transeuntes passavam comentando ou mesmo paravam para apoiar ou criticar aquela iniciativa de oposição à candidatura de Miguel Arraes.¹⁷¹

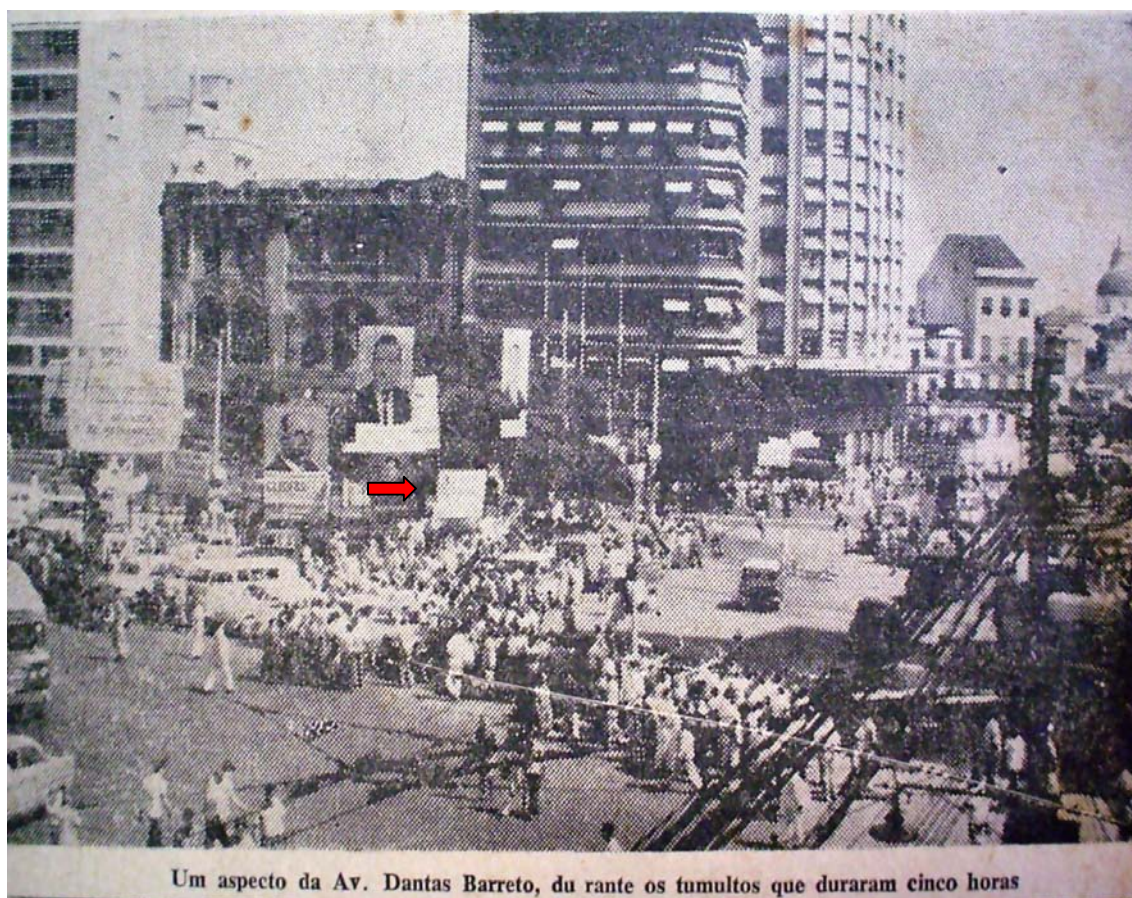


Fig. 14 – Diário de Pernambuco 02 / 10 / 1962. p. 03.

As reações começaram logo cedo. Os partidários e simpatizantes de Miguel Arraes trataram de se agrupar próximos à propaganda de João Cleofas e passaram a realizar discursos pró Arraes. No painel localizado na pracinha do Diário, esquina com a

¹⁷¹ Jornal A Última Hora 02 / 10 / 1962. p. 08.

Avenida Dantas Barreto¹⁷², alguns estudantes colocaram feixes de cana-de-açúcar em torno da propaganda, como apontado na foto 03, e organizaram um pequeno comício, no qual criticavam a condição de latifundiário de João Cleofas.¹⁷³



Fig. 15 – Jornal A Última Hora 02 / 10 / 1962. p. 08.

A aglomeração de pessoas era cada vez maior, o que provocou a interrupção do trânsito local. Sob aplausos de uma parcela da população, vários estudantes universitários e também o deputado Carlos Luiz de Andrade do PSB improvisaram um comício pró-Arraes, que foi encerrado com a chegada da Rádio Patrulha e da Polícia Militar. Esses trataram de dispersar a população, prender alguns estudantes e populares presentes e retirar o painel.¹⁷⁴

Grande parte da população presente na pracinha do Diário, logo após a chegada da polícia, migrou para a Avenida Guararapes, em frente ao cinema Trianon, que ficava a poucos metros de distância. Lá estava fixado um outro painel, com a mesma frase; *Já pensou se aqui houvesse um muro como o de Berlim?* Após rápidos discursos, a placa foi derrubada e destruída por pessoas que, ao mesmo tempo, davam vivas a Miguel Arraes.¹⁷⁵

O *Diário de Pernambuco*, no dia seguinte às manifestações ocorridas no centro da cidade do Recife, relatava;

¹⁷² Essa placa está apontada pela seta vermelha na foto 2. Atrás da placa fica a chamada Pracinha do Diário. A avenida localizada a frente da placa é a Dantas Barreto, a qual foi, aos poucos, sendo interrompida pelos manifestantes e curiosos.

¹⁷³ Idem

¹⁷⁴ Jornal Última Hora 02 / 10 / 1962. p. 08.

¹⁷⁵ Idem.

[...] como o cartaz tivesse despertado entre os observadores menos esclarecidos, o desejo de uma explicação sobre o que o muro significava na situação política de Berlim, surgiu a decisão de alguns agitadores comunistas de destruir o cartaz¹⁷⁶

É possível que uma significativa parcela da população não tenha tido sua curiosidade despertada sobre o que significava o muro de Berlim e nem estivessem preocupados com a possibilidade daquilo que estava escrito na placa acontecer em Pernambuco, com a vitória de Miguel Arraes. Contudo, algumas pessoas, como afirmava o jornal, devem ter se interessado em receber informações sobre a possibilidade da construção de um muro, que assim como o de Berlim, poderia dividir o Estado e, por conseguinte, separar os amigos e as famílias. Essa era uma situação que deve ter assustado muitas pessoas ao verem aquelas propagandas.

A fixação dos painéis nos locais já citados proporcionou a observação de um número considerável de passantes. Pode-se afirmar isso visto que na pracinha do Diário algumas pessoas se encontravam para conversar ou esperar algum amigo ou familiar. Além disso, na região circunvizinha daquela praça, notadamente na Rua 1º de março¹⁷⁷ e nas avenidas Dantas Barreto e Guararapes, havia os terminais dos coletivos usados por pessoas que chegavam dos subúrbios da cidade ou partiam para os mesmos.

Como os painéis permaneceram afixados praticamente todo o dia, sendo retirados apenas no final da tarde, muitas pessoas tiveram a oportunidade de vê-los, assim como de ouvir as explicações e as opiniões favoráveis e contrárias àquilo escrito neles.

Mas, a propaganda contra a possível vitória de Miguel Arraes não ficou restrita aos painéis fixados no centro da cidade. O *Diário de Pernambuco*, dias depois, publicou uma charge, ocupando uma página inteira, em que apresentava os responsáveis pela construção do futuro “muro de Berlim” em Recife.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Diário de Pernambuco 02 / 10 / 1962. p. 03.

¹⁷⁷ Na foto 02, um pequeno pedaço da Rua 1º de Março aparece no lado esquerdo, de onde sai um ônibus, que está virando a esquerda para entrar na Avenida Dantas Barreto. Caso esse ônibus tivesse seguido em frente, cruzando a Avenida Dantas Barreto, teria alcançado a Avenida Guararapes.

¹⁷⁸ No Diário de Pernambuco, a charge, que ocupava uma página inteira e era uma propaganda da candidatura de João Cleofas, foi publicada nos dias 06 e 07 de outubro de 1962.

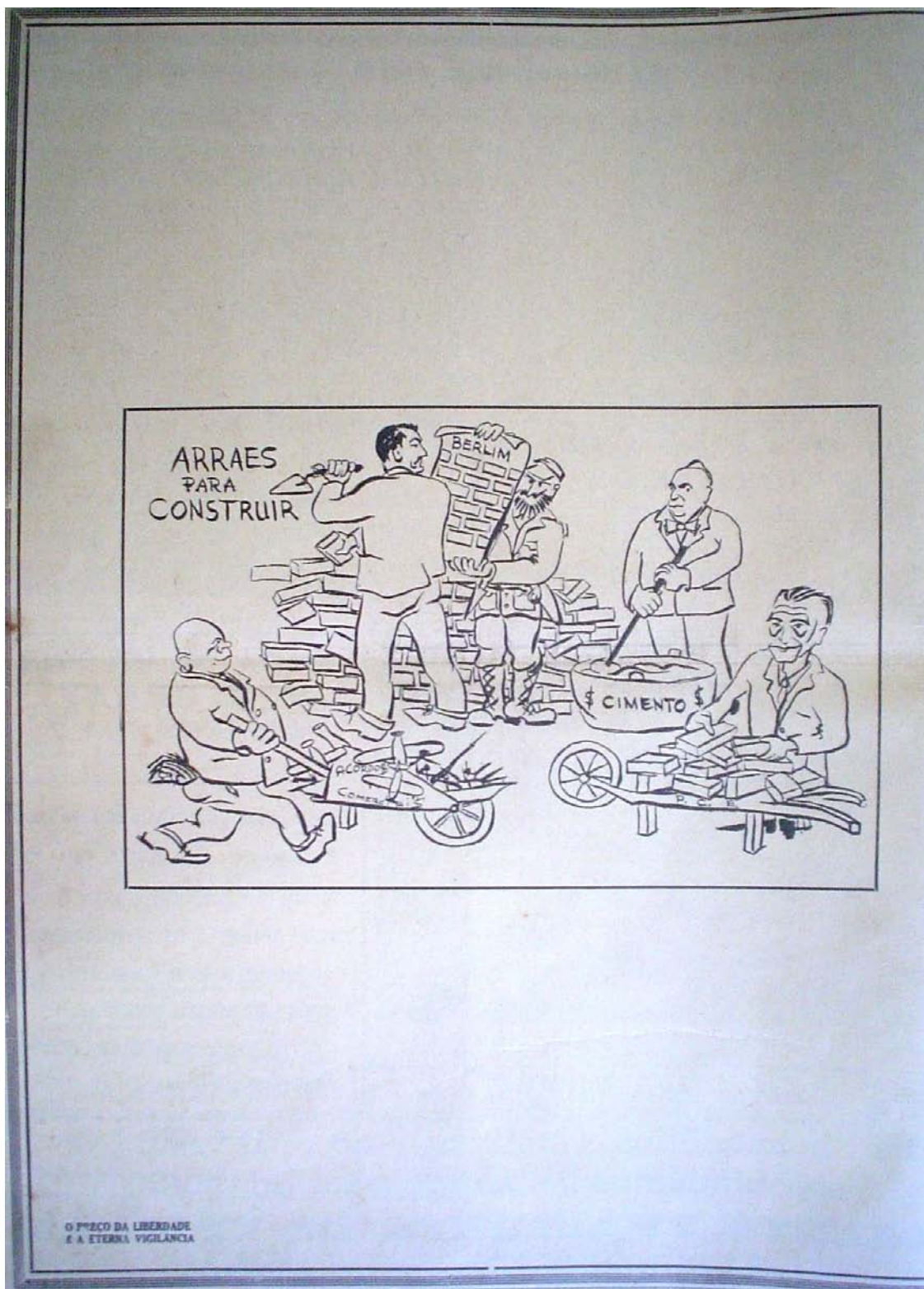


Fig. 16 – Arraes para construir – Diário de Pernambuco. 06 / 10 / 1962. p. 10.

Os operários que colaboravam com Miguel Arraes para a construção do “Muro de Berlim” eram; Fidel Castro, comandante da Revolução Cubana, representado segurando uma planta com o muro de Berlim; Nikita Krutchev, líder da União

Soviética, transporta armas e dinheiro; Luis Carlos Prestes, líder do PCB, traz os tijolos para levantar o muro e José Ermírio de Moraes¹⁷⁹, político do PTB, prepara o cimento para a edificação do muro.

A charge afirmava que a única coisa a ser construída por Miguel Arraes¹⁸⁰ seria um muro que dividiria o Estado, pois sua candidatura estaria pautada no grande apoio dos comunistas, notadamente de três dos seus destacados representantes, ou seja, Luis Carlos Prestes, Nikita Krutchev e Fidel Castro. Esse último personagem indicaria todo o caráter revolucionário contido naquela candidatura de esquerda. Por sua vez, a figura do líder soviético, além de reforçar essa imagem de uma possível revolução comunista, alertava a população para uma questão que estava em discussão no ano de 1962; a reaproximação entre Brasil e União Soviética. Naquele ano, o governo João Goulart negociava acordos comerciais com a URSS. Os setores conservadores, notadamente por meio de movimentos anticomunistas, denunciavam aquilo como uma tentativa de aumentar a influência comunista no país, assim como cogitavam que o governo federal pretendia adquirir armas de origem russa¹⁸¹. Essa era uma discussão presente na imprensa e que estava sendo atualizada naquela charge, pois a mesma procurava demonstrar a possibilidade de Miguel Arraes, ao ser eleito, praticar acordos, como os estabelecidos pelo governo federal, com os russos.

José Ermírio de Moraes, empresário filiado ao PTB de Pernambuco que apoiava Miguel Arraes, aparece na charge fornecendo o cimento responsável por consolidar a construção do muro. Segundo Rodrigo Patto, com a utilização da figura de Ermírio de Moraes

criticavam-se os setores do empresariado brasileiro acusado de dar suporte financeiro aos líderes políticos comprometidos com a esquerda. Que se cuidassem os homens de negócio ‘progressista’, pois o apoio a

¹⁷⁹ Nas eleições de 1962, José Ermírio de Moraes era candidato ao cargo de senador da República e ligado à chapa de Miguel Arraes.

¹⁸⁰ Arraes utilizava a pá e o tijolo em sua campanha para simbolizar que sua candidatura visava a construção de um Estado melhor.

¹⁸¹ Segundo Moniz Bandeira, a URSS se dispunha a projetar, construir e financiar, a longo prazo, a represa hidrelétrica de Itaipu, recebendo parte do pagamento em café, algodão, arroz e outras commodities. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964*. 7ª ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001. p. 69. Ver também as referências a esse acordo e sua relação com a charge em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 130.

grupos ligados ao comunismo poderia trazer-lhes grandes dissabores, talvez o pior deles, o risco de serem tachados de ‘comunista’.¹⁸²

A idéia desenvolvida pelo autor pode ser reforçada se considerarmos a frase, colocada no final da página onde se encontrava a charge, com os seguintes dizeres; *o preço da liberdade é a eterna vigilância*.¹⁸³

Essa frase e o desenho da charge indicam ao leitor que o mesmo deve ficar atento a todos, inclusive aos empresários, pois esses estavam se associando a candidatura de Miguel Arraes e essa, por sua vez, encontrava-se relacionada, segundo a charge publicada no *Diário de Pernambuco*, com os representantes do comunismo nacional e internacional. Nesse sentido, o jornal deslocava a condição de comunista para um setor mais amplo da sociedade, incluindo os empresários, que deveriam ser fiéis representantes do capitalismo e por isso não poderiam estar associados a uma candidatura considerada subversiva. Assim, aquela propaganda procurava avisar a população que estivesse vigilante, pois qualquer pessoa poderia estar envolvida com o dito regime vermelho e a constante atenção garantiria a manutenção da liberdade, cuja supressão ocorreria em caso de vitória do candidato das esquerdas.

Essa prática de vigilância atingiu diversos setores sociais de variadas formas. Muitos devem ter passado a denunciar qualquer pessoa considerada suspeita à polícia, outros que não realizavam tal ação, devem, entretanto, ter acentuado ainda mais o medo de serem considerados comunistas ou mesmo de estarem convivendo com um indivíduo subversivo. A documentação a que tivemos acesso não nos ofereceu indícios suficientes sobre como parcelas da sociedade se apropriaram dessa tentativa de se instituir uma prática de vigilância. Além disso, essa questão ultrapassaria os limites desse trabalho. Sendo assim, não pudemos nos deter no estudo de como foi a recepção desse discurso e dessa prática de vigilância, que em um plano mais geral e esquemático formaria a estratégia¹⁸⁴ anticomunista.

Contudo, uma pequena notícia, publicada no *Jornal do Comércio*, chamou a nossa atenção e possibilitou reconstruir uma curta história de como se deu uma das

¹⁸² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Op. Cit. p. 131.

¹⁸³ *Diário de Pernambuco*. 06 / 10 / 1962. p. 10.

¹⁸⁴ Por estratégia, utilizamos a definição de Michel de Certeau para quem *a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças*. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994. p. 99. Nesse sentido, os grupos conservadores instituem para si o lugar da ordem e controem uma exterioridade, representada pelas ações das esquerdas, composta pelo medo e pelo perigo. Essa é o movimento que tentamos demonstrar nesse capítulo.

formas de apropriação, dentre as várias possíveis, realizada por parte da população frente aqueles discursos anticomunistas.

Em 21 de janeiro de 1963, uma mulher se dirige a Delegacia Auxiliar do Recife para denunciar seu marido, Gerson de Sousa, como comunista; a prova seria seus livros, que são entregues pela mulher ao delegado. Esses fariam referências à Rússia e ao marxismo. O acusado foi chamado para depor e afirmou que a atitude da sua esposa tinha caráter de vingança pelo fato dele ter saído de casa.

Esse característico caso de conflito conjugal se transformou em uma reportagem na imprensa¹⁸⁵ publicada sob o título: *Mulher chama marido de comunista e leva à polícia seus livros*.

A ação da esposa acusando o marido de ser comunista, por meio da entrega de seus livros à polícia, pode ser considerada como bem sucedida, pois o senhor Gerson foi fichado e obrigado a depor, o que provavelmente não ocorreria caso a mulher tivesse apenas o acusado de tê-la abandonado.¹⁸⁶

Apropriando-se de uma linguagem e de uma estratégia instituída por setores conservadores em Pernambuco, a mulher elabora a sua tática e vinga-se do seu marido. Tal tática foi aplicada, pois a esposa abandonada julgou ser aquela, em meio às várias outras possíveis formas de vingança, a com maior possibilidade de sucesso, tendo em vista o alto grau de vigilância e disciplinarização exercido sobre as pessoas naquela sociedade, fato provavelmente percebido e por isso utilizado pela mulher.

Mas, ao mesmo tempo em que a esposa de Gerson de Sousa utilizava o discurso dos setores sociais conservadores, como os latifundiários, para uma vingança pessoal, a denúncia também acabou por reforçar a idéia de vigilância e de atenção que todos deveriam ter, inclusive dentro de sua própria casa, para identificar e denunciar os comunista. É essa uma das intenções do *Jornal do Comércio* ao publicar, em letras grandes e na página policial, a referida reportagem:

¹⁸⁵ Jornal do Comércio, 22/01/1963. p. 07. APEJE.

¹⁸⁶ Existe o prontuário individual de Gerson de Sousa no acervo da DOPS – PE. O prontuário contém apenas o depoimento do acusado, o qual foi reproduzido na reportagem do Jornal do Comércio.

Mulher Chama Marido De Comunista E Leva À Polícia Seus Livros

Fig. 17 – Jornal do Comércio. 22/01/1963. p. 07.

Há um outro movimento, que pode ser identificado tanto na charge quanto na denúncia sobre Gerson de Sousa, cuja execução, em certa medida, estava associada ao discurso de vigilância, proposto por setores anticomunistas. Observamos que parte da imprensa e alguns grupos sociais¹⁸⁷ passaram a homogeneizar cada vez mais em um único bloco as pessoas identificadas como comunistas, não fazendo, praticamente, nenhuma distinção entre Miguel Arraes, que nunca se filiou ao Partido Comunista ou mesmo se declarou como tal, José Ermírio de Moraes, empresário filiado ao PTB, Fidel Castro, Luiz Carlos Prestes, Nikita Krutchev, Francisco Julião, partidário do PSB, e, porque não, o senhor Gerson de Sousa, que não tinha filiação ao Partido Comunista, mas foi fichado pela polícia como tal, por ter alguns livros considerados subversivos. Aos poucos se começava a apresentar, para a população, um crescente bloco comunista em Pernambuco, que passava a ser o representante do perigo por promover uma agitação social e conquistar cada vez mais adeptos para realizar uma revolução.

Pode-se perceber essa prática também ao ler-se a reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, em 07 de julho de 1962. A primeira página da matéria apresentava a foto de Miguel Arraes e a seguinte frase; *Nordeste Sinal Vermelho*. Já na segunda página, no início da matéria estava escrito; *Pernambuco – Democracia em Pânico*. Em resumo, a reportagem apresentava aquilo que considerava ser a situação do Estado às vésperas das eleições de outubro de 1962 para governador, mostrando que o candidato

¹⁸⁷ Esses setores da imprensa estavam ligados, notadamente, a alguns grupos de latifundiários, comerciantes, industriais e parcelas da classe média, os quais assumiram uma postura de mantenedores do *status quo*.

Miguel Arraes era apoiado pelos comunistas, os quais já faziam parte do seu governo na Prefeitura do Recife¹⁸⁸.

O texto segue mapeando os indivíduos e os grupos atuantes em Pernambuco, que poderiam ter relação com as idéias marxistas. Nessa procura indiciária, a reportagem destaca os setores da Igreja Católica, cuja ação estava contribuindo com o comunismo:

Vejamos alguns exemplos: o Padre Antônio Melo tornou-se conhecido por usar as mesmas táticas de Julião, atacando os proprietários indiscriminadamente e ameaçando que o Nordeste “se levantará em chamas porque vivemos num regime semelhante ao fascismo, onde só os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres”.¹⁸⁹

Para a revista, a atuação do Padre Melo¹⁹⁰ era muito próxima da exercida por Francisco Julião junto as Ligas Camponesas, mobilizando os trabalhadores rurais e atacando os latifundiários e suas propriedades, apresentando assim um caráter subversivo. Desse modo, alguns integrantes da Igreja Católica, segundo a reportagem, estariam se aproximando bastante das práticas defendidas e exercidas pelos representantes do comunismo.

Um outro grupo, de acordo com o texto da revista, também ajudava os subversivos, principalmente por meio de financiamento, a ampliarem suas ações, tanto na capital, quanto no interior do Estado, buscando, notadamente, votos para o candidato Miguel Arraes. Afirmava a reportagem:

No município de Arcoverde, Gregório Bezerra dirige a “frente do sertão” comunista, que conta com 500 ativistas fazendo a propaganda de Arrais e intimidando seus adversários, no que é subvencionada pela “frente da capital”, sob as ordens de David Capistrano, esta por sua vez financiada pelas “campanhas” tradicionais do PC [...] e também por industriais como o Sr. José Ermírio de Moraes, Miguel Vita e Artur

¹⁸⁸ Arraes foi Prefeito do Recife no período entre 1960 a 1962. Sua campanha recebeu o apoio do Partido Comunista e alguns dos integrantes do PC ocuparam alguns cargos na prefeitura.

¹⁸⁹ Revista O Cruzeiro. Nordeste Sinal Vermelho. 07 de julho de 1962. Jp – Revista O Cruzeiro – FUNDAJ.

¹⁹⁰ Apesar de parte da imprensa identificar o Padre Melo como sendo comunista, o mesmo era representante de um grupo de jovens padres interessados em desmobilizar o movimento camponês organizado por Julião. Além disso, segundo Joseph Page, em finais de 1963, o padre Melo passou a receber dinheiro do ultraconservador IBAD (Instituto Brasileiro para Ação Democrática). Contudo, por desenvolver um trabalho de organização dos camponeses no município do Cabo, muitos jornais consideravam o Padre Melo como um agente subversivo. Ver PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. pp. 179 – 183. Ver também DREIFFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. 6ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. pp. 320-321.

Lima Cavalcanti e por publicitários, banqueiros e donos de engenho, que esperam alguma contemplação no caso de vitória do PC.¹⁹¹

Desse modo, industriais, banqueiros, publicitários e até donos de engenho, segundo a revista *O Cruzeiro*, encontravam-se aliados ao Partido Comunista e esperavam, inclusive, *alguma contemplação* em caso de vitória desse partido. Nesse trecho, o periódico ainda informa ao leitor uma prática recorrente em parte da imprensa no final da década de 1950 e início dos anos 60, a saber; o Partido Comunista é apresentado como detentor de vitórias. Contudo, é importante destacarmos que tal grupo político-partidário encontrava-se na ilegalidade desde 1947¹⁹², logo o partido, em si, não poderia obter vitórias eleitorais, como sugere a citação acima.

A reportagem, no entanto, apresentava a ação dos comunistas em torno do seu partido e nesse caso destacava a participação de dois dos seus representantes mais conhecidos em Pernambuco e quiçá no Brasil, Gregório Bezerra e David Capistrano. Os dois seriam responsáveis por organizarem a propaganda pró-Arraes e com isso criava-se uma ligação direta entre a candidatura de Miguel Arraes e o Partido Comunista, emitindo, para muitas pessoas, a idéia de que aquele candidato pertencia a esse partido.

Por outro lado, isso fazia com que industriais, banqueiros e publicitários, responsáveis por financiarem e apoiarem Miguel Arraes, também fossem vistos como pessoas ligadas diretamente ao comunismo e comprometidos com a vitória do PC em Pernambuco.

Essa vitória, ainda segundo a reportagem, provocaria a “cubanização” do Nordeste¹⁹³, ou seja, promoveria, nessa parte do Brasil, a realização de uma revolução nos moldes da que tinha ocorrido em Cuba, no final da década de 1950, a qual resultou na instalação, naquela ilha, de um regime de governo alinhado com a URSS.

Essa estratégia de setores da imprensa que homogeneizava diferentes parcelas da sociedade e as nomeava como comunistas ou as identificava como alinhadas a esses, procurava fazer com que parcelas da população, notadamente as classes médias urbanas, passassem a ser subsumidas por um temor provocado pela ação desses ditos comunistas, notadamente através da realização de uma revolução comunista.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Sobre esse período ver PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. caps. VI e VII. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930 / 1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁹³ Revista O Cruzeiro. Op. Cit.

3.2 – Em meio a alianças e eleições.

Nesse momento da narrativa, consideramos importante fazermos uma pequena discussão sobre como se organizaram e atuaram alguns partidos políticos em Pernambuco, principalmente o Partido Comunista do Brasil ¹⁹⁴, identificando quais alianças foram estabelecidas e como esses grupos de esquerda obtiveram destaque nas eleições majoritárias do final da década de 1950 e início dos anos 60.

Para iniciarmos essa análise, escolhemos a Declaração de Março de 1958 do Partido Comunista. Esse é um importante documento, pois, em certa medida, refutava as idéias defendidas pelo partido em declarações anteriores¹⁹⁵, nas quais se pregavam a luta armada. Apesar de não ter sido consenso dentro do partido, as resoluções em março de 1958 permearam grande parte das posições tomadas pelo PCB até 1964.

Dentre essas resoluções dos comunistas, destacava-se a de que o partido deixaria de defender o enfrentamento violento, a revolução armada, e passaria a valorizar os meios constitucionais, através do qual se conseguiria as transformações sociais necessárias para o Brasil. Essas seriam alcançadas, notadamente, por meio das disputas eleitorais e da valorização das instituições políticas. ¹⁹⁶ Além disso, o partido adotaria oficialmente a estratégia de organizar frentes políticas e partidárias, principalmente, com setores sociais representantes da chamada burguesia nacional.

Não é nosso interesse fazer um estudo detalhado sobre o Partido Comunista, sua organização e atuação. Acreditamos, contudo, ser importante ressaltarmos algumas diferenças existentes entre os grupos considerados de esquerda, sobretudo as Ligas Camponesas e o PC, e que foram homogeneizados pelos discursos dos setores conservadores. Por outro lado, tem-se a noção e torna-se necessário lembrarmos, que as resoluções contidas no Manifesto de Março de 1958 não representavam uma

¹⁹⁴ Em 1961, o grupo liderado por Luis Carlos Prestes realizou uma Conferência Nacional, na qual resolveu mudar o nome do então Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, permanecendo, contudo, a sigla PCB. Segundo Dulce Pandolfi, “com essa mudança tentava-se descaracterizar os vínculos com a URSS e acentuar o caráter nacional da organização, visando à legalização”. Sob a liderança de João Amazonas, um outro grupo, que não aceitava a mudança de nome, nem a realização daquilo que eles consideravam como um distanciamento das idéias do velho partido fundado 1922, promoveu, em fevereiro de 1962, uma Conferência Extraordinária, onde se elegeu um novo Comitê Central e se criou um novo partido, chamado Partido Comunista do Brasil, PC do B. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Op. Cit. p. 179. Ver também REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 36 – 39.

¹⁹⁵ Os documentos eram: o Manifesto de Janeiro de 1948, o Manifesto de Agosto de 1950 e o documento produzido no IV Congresso de 1954.

¹⁹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. Op. Cit. p. 23.

unanimidade dentro do partido, nem propunham ações totalmente novas. Os comunistas, em Pernambuco, já tinham utilizado, nas eleições de 1955 para a prefeitura do Recife, a estratégia de formar uma ampla frente política e partidária, que apoiou a candidatura do engenheiro Pelópidas da Silveira.¹⁹⁷ Essa aliança, cuja atuação se estendeu por outras eleições até o início da década de 1960, ficou conhecida como a Frente do Recife.

Em grande medida, nesse período, uma considerável parcela do PCB defendia a tese de que o Brasil ainda apresentava características feudais, cuja presença, aliada a do imperialismo, impedia o desenvolvimento das forças produtivas no país. Dessa forma, e de acordo com a Declaração de Março de 1958, os comunistas deveriam se aliar com os setores sociais progressistas, como a burguesia nacional, que, segundo o PCB, tinha o interesse em se contrapor, principalmente, ao imperialismo norte-americano e às relações feudais praticadas no campo. A formação dessa ampla frente, que além da participação desses setores considerados progressistas, contaria também com a presença dos camponeses e dos operários, contribuiria definitivamente para a vitória do progresso sobre o atraso. Isso configuraria a execução da primeira fase da revolução, cujo objetivo principal era combater o imperialismo e as práticas feudais ainda existentes na agricultura. Após essa etapa, em um segundo momento, seria implantado o socialismo no Brasil.¹⁹⁸

Desse modo, para uma parcela dos comunistas, o processo revolucionário não ocorreria mais através de golpes e insurreições e sim como resultado de um processo, por meio do qual os operários alcançariam uma hegemonia política.

Essas novas diretrizes definidas pelo PCB coincidiram com as eleições para o governo do Estado de Pernambuco em 1958, na qual os comunistas, integrantes da Frente do Recife, apoiaram o usineiro e candidato Cid Sampaio, filiado a União Democrática Nacional, UDN. A Frente do Recife¹⁹⁹ se organizou tomando por base a

¹⁹⁷ Flávio Brayner afirma que a queda do Comitê Regional em 1956 contribuiu para ampliar as bases do Partido para além dos setores exclusivamente proletários. BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964*. Op. Cit. pp. 63 – 67.

¹⁹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. Op. Cit. Ver também RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da Revolução*. São Paulo. Ed UNESP. 1993.

¹⁹⁹ SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: Nacionalismo em crise – 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 e AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife, da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993. Esses dois livros são referências no estudo da Frente do Recife. Contudo, enquanto o primeiro acredita que a frente e suas vitórias decorriam de uma consciência da classe operária e demais segmentos populares, o segundo livro afirma que o eleitorado urbano nem sempre esteve comprometido nem ideologicamente, nem

coalizão de diversas forças políticas, notadamente, as representadas pelos partidos de esquerda atuantes em Pernambuco, a saber; o Partido Socialista Brasileiro, PSB, e o Partido Comunista do Brasil, PCB, na ilegalidade. Também passou a integrar esse bloco o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, que apresentava um discurso nacionalista, sendo, nesse sentido, “defensor das reformas sociais e dos interesses nacionais diante das ambições econômicas externas, sobretudo norte-americanas”²⁰⁰. O PTB não defendia um ideário socialista, mas seu posicionamento nacionalista aproximava-se com as diretrizes definidas pelo PCB, principalmente, no que dizia respeito à formação de alianças com setores progressistas, visando o combate ao imperialismo.

Para as eleições de 1958, o grupo integrante da Frente do Recife ampliou ainda mais sua base de atuação, formando uma coligação que incorporava usineiros, industriais e comerciantes, constituidores, em sua maioria, de uma parcela dos quadros da UDN. A constituição dessa aliança teve um destacado momento quando da realização do Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955, realizado na cidade do Recife, mais especificamente, no Clube Português. Para alguns autores²⁰¹, esse congresso, organizado por integrantes do Partido Comunista, foi importante, pois, se apresentou como um momento de aproximação entre os setores de esquerda e aqueles da classe dominante considerados mais liberais, os quais se encontravam insatisfeitos com o governo de Cordeiro de Farias, do PSD, que governava, basicamente, para as oligarquias.

Segundo Fernando Azevedo, o Congresso de Salvação do Nordeste “selou um compromisso entre os setores populares e as frações mais liberais das classes dominantes, representadas pela burguesia industrial do açúcar e dos setores têxtil e alimentício”²⁰².

eleitoralmente com a Frente do Recife. O artigo do professor Antônio Montenegro procura, por sua vez, mostrar o movimento desses eleitores, tanto no que se refere a uma aproximação, quanto a um afastamento em relação aos candidatos de esquerda e a Frente do Recife. MONTENEGRO, Antônio Torres e SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (org). As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945 – 1964. Vol. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. O professor Flávio Weinstein também aborda essa questão eleitoral da Frente do Recife, opondo-se, em certa medida, dos argumentos defendidos por Roberto Aguiar. TEIXEIRA, Flávio Weinstein. O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946 – 1964). Recife: Ed. UFPE, 2007. p. 49.

²⁰⁰ FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945 – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 214.

²⁰¹ Ver AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982 e SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: Nacionalismo em crise – 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²⁰² AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. Cit. p. 65.

José Arlindo Soares, por sua vez, acredita que, nessa segunda metade da década de 1950, “o aguçamento das divergências entre as duas principais frações²⁰³ das classes dominantes favoreceu a aproximação de uma fração industrial, representada pela UDN, com os grupos de esquerda organizados na Frente do Recife”²⁰⁴.

Apesar de não ter ocorrido de forma harmoniosa, sem a realização de intensos debates dentro dos partidos, em 1958 a Frente do Recife une-se a UDN e lança, como já afirmamos, o usineiro Cid Sampaio como candidato da chamada Oposições Unidas, que, desse modo, era legalmente constituída pelo PSB, PTB, PST e UDN. Como podemos observar, a candidatura de Cid Sampaio estava alicerçada em uma ampla base, a qual, segundo José Arlindo Soares, estaria ligada pela “ideologia desenvolvimentista que tornava o processo de industrialização em curso como representativo dos interesses de toda a nação ou pelo menos dos seus setores considerados mais dinâmicos: a burguesia industrial, o proletariado e as classes médias urbanas”²⁰⁵.

A campanha de Cid Sampaio para o cargo de governador em 1958 contou, então, na realização dos seus comícios, com a presença constante de conhecidos representantes da esquerda e, especificamente, dos comunistas. Luis Carlos Prestes e Gregório Bezerra dividiram, em alguns momentos, o palanque com o candidato das Oposições Unidas e isso fez com que, muitas vezes, Cid Sampaio fosse chamado de comunista ou mesmo considerado inocente, por está sendo enganado pelos comunistas²⁰⁶.

As Oposições Unidas venceram as eleições de 1958 e no ano seguinte já havia mais uma batalha eleitoral a ser enfrentada, dessa vez para a Prefeitura do Recife. O candidato escolhido pela Frente do Recife para representar as esquerdas foi Miguel Arraes, que venceu as eleições ao obter, aproximadamente, 53% do total de votos. Apesar de ter apresentado um resistência inicial, o governador Cid Sampaio apoiou a candidatura de Arraes, contribuindo para sua vitória²⁰⁷. Contudo, em 1962, quando Arraes se candidatou a governador, Cid Sampaio não repetiu o apoio, visto que durante o seu mandato, a Frente do Recife já tinham rompido com seu governo.

²⁰³ Essas duas frações seriam, por um lado, os setores sociais dominantes mais ligados a terra, cuja maior concentração se dava nas fileiras do Partido Social Democrático e, por outro lado, os grupos de industriais, usineiros e comerciantes, os quais constituíam os quadros da União Democrática Nacional, UDN.

²⁰⁴ SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: Nacionalismo em crise – 1955 / 1964*. Op. Cit. p. 73.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte – 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p.

²⁰⁷ CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. Op. Cit. p. 283.

Os partidos integrantes da Frente do Recife, dando continuidade à estratégia defendida pelos comunistas de formar uma ampla frente política, estabeleceram uma aliança com setores do PSD nas eleições de 1962 para o governo do Estado. O Partido Social Democrático, que por muito tempo tinha comandado o Estado, vivia, nesse período, uma crise, intensificada pela opção de apoiar a candidatura de Arraes. Esse posicionamento foi adotado por alguns dos seus integrantes, principalmente aqueles que estavam ligados a Paulo Guerra, candidato a vice-governador na chapa encabeçada pelo candidato das esquerdas.

Ainda em relação ao PSD, nas eleições de 1962, Arraes recebeu o apoio de Francisco Heráclio do Rego, um dos principais líderes desse partido no interior do Estado, principalmente na região de Limoeiro e outras cidades próximas. O coronel Chico, como era conhecido, publicou e fez circular, inclusive, dois boletins²⁰⁸, onde apresentava o seu apoio à candidatura de Arraes.

Apesar de parte da imprensa do Estado, como também algumas revistas e jornais do sudeste do país, realizar um movimento por meio do qual procurava classificar Miguel Arraes como comunista, Francisco Heráclio do Rego, um dos líderes do PSD, refutava a idéia de que estaria apoiando um candidato ligado ao comunismo, como se pode observar em um dos boletins; *Convoco o povo pernambucano e os companheiros do PSD a votar em Miguel Arraes: Nunca fui a palanque com comunista como fez o atual governador de braços dados com Carlos Prestes. Não tenho dúvidas de dar todo meu apoio a Miguel Arraes porque sou anti-comunista e democrata*²⁰⁹.

Ainda segundo o boletim, a candidatura que poderia estar ligada ao comunismo era a de oposição a Arraes, ou seja, a de João Cleofas, pois esse era apoiado pelo então governador Cid Sampaio, que, por sua vez, tinha tido em seu palanque o líder comunista Luis Carlos Prestes. Desse modo, perguntava Francisco Heráclio em seu boletim: *Será que esta gente tem a coragem de acusar Arraes de comunista? Como ficaria diante do eleitorado?*²¹⁰.

²⁰⁸ O boletim era um pequeno folheto, geralmente com a foto do líder do PSD em Limoeiro, que, por vezes, era publicado nos jornais do Estado, como também lido nas feiras dos municípios do interior. Francisco Heráclio utilizava essa ferramenta para se comunicar com seus eleitores e, principalmente, para orientar a posição desses quando se aproximava as eleições. Esses boletins foram gentilmente cedidos por Márcio Vilela, que em seu trabalho de mestrado em história estudou a atuação desse líder político. VILELA, Márcio A. F. *A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rego, Limoeiro, 1945-1955*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

²⁰⁹ Boletim de março de 1962. *Convoco o povo pernambucano e os companheiros do PSD a votar em Miguel Arraes*.

²¹⁰ Idem.

Assim, Miguel Arraes é apresentado aos correligionários do PSD, em diversas cidades por onde se estendia a liderança de Francisco Heráclio, como um democrata, “um ótimo filho e um pai de família exemplar, motivo porque só pode com o pé direito na frente” ²¹¹, enquanto em relação à candidatura de João Cleofas podia-se suspeitar de um possível envolvimento com o comunismo. Esse boletim ajuda-nos a pensar a amplitude tomada pela candidatura de Miguel Arraes em 1962, notadamente em relação aos diversos apoios recebidos. Além disso, nos mostra que Francisco Heráclio, de certo modo, através de seus boletins, invertia a ordem do discurso de grande parte da imprensa e afirmava que por ser anti-comunista estava apoiando Miguel Arraes. Esse é um importante aspecto, pois nas eleições de 1962 devemos pensar que parte da população, principalmente nas regiões de influência de Francisco Heráclio, votou em Miguel Arraes por ele ser apoiado por esse líder político e ser, por conseguinte, representado como anti-comunista. Nesse sentido, havia uma multiplicidade de discursos definidores da posição política de Miguel Arraes, que nesse caso não era acusado de ser comunista e, pelo contrário, apresentava uma candidatura de oposição a João Cleofas, que por ser apoiado por Cid Sampaio, teria uma ligação com o PC. ²¹²

Percorrendo as alianças realizadas nos períodos eleitorais, podemos identificar que diversos setores sociais estariam se aproximando de alguns dos partidos de esquerda, como o Partido Socialista e o Partido Comunista, notadamente ao se aliar com a Frente do Recife. Desde industriais, usineiros, comerciantes e até latifundiários, em determinados momentos desse período, fizeram acordos com as esquerdas em Pernambuco.

Contudo, assim como Francisco Heráclio do Rego, muito dessas pessoas não entendiam, nem apresentavam aquelas alianças como sendo uma união com os comunistas, até porque nem Miguel Arraes, nem Cid Sampaio, nas eleições de 1962 e 1958, respectivamente, para governador, eram filiados ao PCB.

Mas, ao mesmo tempo, uma outra parcela da sociedade entendia e procurava divulgar a idéia de que estava ocorrendo um avanço comunista no Estado,

²¹¹ Boletim de março de 1962. Op. Cit.

²¹² Em depoimento concedido a Dulce Pandolfi e Célia Costa, Cid Sampaio narra sobre um comício realizado em Limoeiro, na campanha de 1958, que contou com a presença de Luis Carlos Prestes. Cid declara também que houve certa hostilidade quando chegou à cidade, notadamente porque Francisco Heráclio fazia oposição a sua campanha. Mediante isso, podemos pensar que em Limoeiro e nas regiões próximas havia essa memória da união de Cid Sampaio e Luis Carlos Prestes, o que foi utilizado por Francisco Heráclio em seus boletins. COSTA, Célia e PANDOLFI, Dulce. *Projeto Memória Viva: 14 depoimentos sobre a política pernambucana*. Vol. 01. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – Fundação Getúlio Vargas / CEPDOC. 2007. p. 203.

principalmente, quando se observava que os mais variados setores sociais passavam a integrar um bloco, que apoiava os candidatos ligados ao PCB. E esse é o argumento utilizado pela reportagem da revista *O Cruzeiro*²¹³, debatida no início desse capítulo, por meio da qual se divulgava para a sociedade a noção de que esse avanço dos comunistas iria transformar o Nordeste em uma nova Cuba, principalmente, se a vitória de Miguel Arraes realmente ocorresse.

3.3 – As esquerdas.

A estratégia de apresentar os comunistas como construtores de um grande bloco buscava intensificar e tornar cada vez mais necessário na sociedade a prática de sempre se estar atento e vigilante, pois o comunismo estaria atingindo cada vez mais setores da população. Esse bloco, segundo o discurso anticomunista, englobaria os vários grupos ditos de esquerda, como Ligas Camponesas, sindicatos e partidos²¹⁴, cuja atuação visava algum tipo de mudança social, como a reforma agrária. Entretanto, esse bloco comunista também incorporaria grupos tradicionalmente identificados como conservadores²¹⁵, mas que em algum momento se alinharam àqueles setores reformadores do *status quo*, a fim de se manterem no governo, e por isso passavam a sofrer a desconfiança de estarem tornando-se comunistas.

O discurso que unificava esses vários setores sociais sob o título de comunista parecia ser mais forte do que a tentativa de separar, frente à população, os objetivos de cada um daqueles grupos. Ou seja, as diferenças existentes no modo de atuação daqueles que eram desejosos de alguma mudança ou simplesmente queriam manter-se no poder, perdiam-se ou eram minimizadas pelas práticas e discursos, cujo fim consistia em apresentar para a população um único e crescente bloco comunista, que desejaria realizar uma revolução e, por conseguinte, subverter a ordem estabelecida.

Dentro dos grupos de esquerda, as diferenças de objetivos e de atuação, notadamente no início da década de 1960, começavam a se tornar mais aparente. As Ligas Camponesas, cuja ação, nos anos anteriores ao golpe de 1964, chamou a atenção de grande parte da população em Pernambuco e no restante do país, era um dos

²¹³ Revista *O Cruzeiro*. *Nordeste Sinal Vermelho*. Op. Cit.

²¹⁴ Principalmente os seguintes partidos; PCB, PSB e PTB.

²¹⁵ Usineiros, como o próprio Cid Sampaio, acusado de ser comunista em sua campanha para governador em 1958; industriais, como José Ermírio de Morais, integrantes da Igreja Católica, que por atuarem junto aos trabalhadores rurais e urbanas também eram acusados de serem propagadores do comunismo.

movimentos sociais que tinha suas especificidades minimizadas e logo passava a ser intitulado de comunista.

O presidente de honra das Ligas, o deputado Francisco Julião, apresentava uma postura de não alinhamento com o Partido Comunista. Essa questão ficou mais visível após o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961 na cidade de Belo Horizonte. Nesse encontro, Francisco Julião, juntamente com um pequeno grupo de camponeses, que constituía uma minoria entre o total de participantes, conseguiu empolgar o plenário e aprovar a tese da reforma agrária radical. A vitória de Julião frente à tese do PCB, que consistia na acumulação de reformas parciais conseguidas dentro da legalidade constitucional, significou o estabelecimento de uma ruptura entre as Ligas Camponesas e o Partido Comunista.²¹⁶ Segundo Fernando Azevedo, *essa ruptura quebrou a unidade de ação tática do movimento social agrário*.²¹⁷ Pode-se observar que a partir desse momento as Ligas trilharam cada vez mais o caminho das guerrilhas, influenciadas pelo modelo cubano de revolução, enquanto os comunistas intensificaram a sua atuação frente aos sindicatos rurais, organizando também federações e confederações, como a CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura²¹⁸.

Apesar desse rompimento entre Francisco Julião e os comunistas, por diversas vezes uma parte da imprensa, assim como uma parcela da população, o nomeava de comunista, como o fez o *Diário de Pernambuco*, que publicou, em 24 de janeiro de 1962, uma pequena nota, cujo título era *Julião é comunista*. Para justificar a sua afirmação, o texto da nota afirmava: [...] *É um agitador; um demagogo. Seu movimento além de suspeito é perigoso. Não é cristão: prega a luta de classes, que a Igreja condena, por ser contrário ao evangelho*²¹⁹. Nesse sentido, o jornal procurava colar no deputado estadual pelo PSB elementos que seriam as principais características de um comunista, ou seja, um agitador, incentivador da luta de classes e, por isso, perigoso. Com isso, o jornal apresentava a população um bloco comunista que englobava desde as Ligas Camponesas até o Partido Comunista, minimizando assim as diferentes ações e objetivos existentes nos setores da esquerda.

²¹⁶ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. Cit. pp. 89 – 91. Ver também SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

²¹⁷ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. Cit. p. 91.

²¹⁸ SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. Op. Cit. p. 111.

²¹⁹ *Diário de Pernambuco*. 24 / 01 / 1962. p. 05.

Julião, em matéria publicada no *Jornal do Comércio* de 11 de setembro de 1962, ressaltava, contudo, suas diferenças em relação às idéias e à atuação do Partido Comunista em Pernambuco e assegurando sua posição política;

Não sou comunista, mas no dia em que me tornasse comunista, publicaria uma nota na primeira página dos jornais, dando conta de minha decisão [...] Passando a professar o credo vermelho procuraria, imediatamente, filiar-me ao Partido²²⁰.

Ainda sobre os comunistas, o então candidato a deputado federal nas eleições de 1962 criticava a aliança que os líderes do PC buscavam estabelecer com uma burguesia nacionalista, a qual estaria articulando um golpe com o apoio, inclusive, desse partido. A reportagem do *Jornal do Comércio*, afirmava:

Segundo podemos inferir das declarações do deputado socialista, o golpe estaria sendo articulado por certa camada da burguesia disfarçada em nacionalista, com o apoio daqueles que pregam a chamada “República Sindicalista” e do próprio Partido Comunista.²²¹

O deputado Francisco Julião afirmava que não entendia a união entre a camada social burguesa e os comunistas, pois, ao final, os primeiros tomariam o controle do país mantendo o estado de miséria no qual vivia grande parte da população do Brasil. Em decorrência dessa discordância, o líder das Ligas camponesas em Pernambuco passou a ressaltar que atuaria em uma faixa própria, pois *lhe era impossível obedecer ao figurino dos comunistas*.²²²

Segundo Daniel Aarão, a luta revolucionária dividia-se, em três principais rumos, de acordo com as revoluções vitoriosas²²³ no século XX. Os soviéticos defendiam as revoluções nacional-democráticas, onde prevalecia a participação no processo eleitoral e a aliança com a burguesia nacional. Já os chineses pregavam a guerra revolucionária como caminho para o combate ao imperialismo e as permanências feudais. Por fim, os cubanos, que negavam a existência de qualquer condição revolucionária à burguesia nacional, acreditavam na luta armada, apresentando como

²²⁰ Jornal do Comércio. *Julião e a situação política*. 11 / 09 / 1962. p. 04.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

²²³ As revoluções vitoriosas seriam: Revolução Russa, Chinesa e Cubana.

caminho a guerrilha²²⁴. Francisco Julião aproximava-se dos últimos dois caminhos, porém demonstrava mais interação com o regime de Cuba.

Ainda de acordo com a reportagem do *Jornal do Comércio*, o deputado socialista afirmava que estava atuando em faixa própria, pois:

Estou fazendo comícios em faixa própria – acrescentou o snr. Julião ao repórter. E em faixa própria posso denunciar a tragédia que angustia o povo brasileiro, ao mesmo tempo em que me bato pela candidatura do snr. Miguel Arraes, nome que foi aceito pelo meu partido.²²⁵

Francisco Julião não aceitava os caminhos trilhados pelo Partido Comunista, notadamente as alianças estabelecidas com a burguesia nacional, e apesar de não participar diretamente da campanha de Miguel Arraes, apoiava o candidato da Frente do Recife. Esses apoios pontuais, contudo, não significavam uma aproximação. As diferenças com o PCB fizeram com que alguns setores das esquerdas, no caso as Ligas Camponesas, seguissem caminhos bem diferentes. Ou seja, não havia aquela uniformidade propagada pelos discursos anticomunistas, cuja estratégia era difundir junto à população a idéia de que os comunistas estavam conseguindo formar um bloco cada vez maior, incluindo diversos grupos sociais, os quais caminhavam juntos para a cubanização do Nordeste.

Em resposta as declarações de Francisco Julião, são publicados, no jornal *A Hora*, dois artigos, escritos por Paulo Cavalcanti²²⁶ e David Capistrano,²²⁷ integrantes e líderes do Partido Comunista em Pernambuco. O texto de Paulo Cavalcanti é uma resposta mais imediata aos comentários de Julião, enquanto que o longo artigo de Capistrano, editor do jornal *A Hora*, é publicado apenas um mês depois, em outubro de 1962.

Os artigos dos líderes do PCB apresentavam uma característica em comum. Eles tentavam demonstrar que a luta dos camponeses não era algo recente e nem o deputado Francisco Julião teria sido o primeiro a procurar organizar os trabalhadores rurais. Tanto o texto de Paulo Cavalcanti, quanto o de David Capistrano realizaram um movimento, cujo objetivo era o de questionar a autoridade que Francisco Julião buscava apresentar

²²⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil. Op. Cit. pp. 85 – 86.

²²⁵ Jornal do Comércio. *Julião e a situação política*. 11 / 09 / 1962. p. 04.

²²⁶ Jornal A Hora. 08 a 15 / 09 / 1962. p. 12

²²⁷ Jornal A Hora, 20 a 27 / 10 / 1962. pp. 07 – 08

em relação ao direcionamento das lutas sociais no meio rural, notadamente quando decidiu adotar a tese da “faixa própria”. Por meio dessa, o parlamentar pautava sua atuação frente aos movimentos sociais de modo independente da praticada pelo Partido Comunista. A autoridade, que consistiria no poder de escolha dos caminhos a serem trilhados no desenvolvimento das lutas sociais, era reivindicada pelos comunistas, os quais questionavam os discursos de Julião, apontando que a organização dos camponeses executada pelo deputado socialista já era exercida pelos comunistas desde a década de 1940²²⁸. Segundo Flávio Brayner, cada grupo se autoproclamava mais conseqüente que seus opositores e, em declarações enciumadas, brigavam por aquilo que entendiam ser a condução da história.²²⁹

Desse modo, David Capistrano, em seu artigo no jornal *A Hora*, apresentou uma crítica a Francisco Julião, afirmando que o mesmo ao organizar as Ligas Camponesas, em meados da década de 1960, não estaria promovendo nenhuma novidade e nem seria o primeiro e único responsável pela luta no meio rural, pois segundo o articulista do jornal *A Hora*;

De tudo isso não se pode afirmar que o despertar do movimento camponês no país, seja obra de algum titã, de um só homem ou de um partido político. É antes de tudo, segundo penso, o resultado do crescimento da contradição entre os grandes proprietários de terra e os camponeses sem terra; é em segundo lugar, a conseqüência lógica da luta dos próprios camponeses que encontram a formulação justa de suas aspirações e de suas reivindicações na plataforma do PCB, sobre o problema da terra e a questão camponesa sintetizada no magistral discurso de Luiz Carlos Prestes, na Assembléia Constituinte, em 1946.²³⁰

Esse trecho do texto de David Capistrano é exemplar no movimento realizado em torno da disputa pela autoridade sobre o movimento camponês em Pernambuco. Primeiro busca-se quebrar a idéia de que existia apenas um homem, um *titã* responsável pelo *despertar* da luta do homem do campo por melhorias sociais. Com isso, questiona-se a imagem de líder invocada pelo deputado estadual Francisco Julião, inclusive no

²²⁸ Sobre as organizações comunistas da década de 1940 ver BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte – 1946-1969*. Op. Cit.; PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Op. Cit. pp. 152 – 156.

²²⁹ BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964*. Op. Cit. p. 90.

²³⁰ Jornal *A Hora*, 20 a 27 / 10 / 1962. pp. 07 – 08.

momento em que ele cria a tese da atuação em *faixa própria*, na qual o mesmo desejaria consolidar o lugar de liderança para si.

Em um segundo momento, o editor do jornal *A Hora*, afirma que independentemente da atuação de um partido político ou mesmo de um líder, o movimento camponês seria um resultado lógico oriundo do *crescimento da contradição entre os grandes proprietários de terra e os camponeses sem terra*. Ou seja, para David Capistrano esse crescimento por si só já seria suficiente para incentivar a organização dos trabalhadores rurais.

Por fim, depois de refutar a idéia de que uma única pessoa poderia ser responsável pela organização dos camponeses, além de afirmar ser esse movimento uma consequência lógica do crescimento das contradições, o articulista do jornal *A Hora* finaliza sua argumentação afirmando que as aspirações e as reivindicações dos camponeses foram contempladas nas propostas contidas na plataforma do PCB, debatida por Luis Carlos Prestes na Assembléia Constituinte de 1946. Assim, David Capistrano localizava no Partido Comunista a posição de líder do movimento camponês, visto que desde a década de 1940 os comunistas já apresentavam soluções justas para o problema da terra.

Duas outras questões destacavam-se nos artigos escritos por Paulo Cavalcanti e David Capistrano. Cavalcanti, tentando enfraquecer a imagem de Francisco Julião como defensor dos camponeses, relatava que na segunda metade da década de 1940, enquanto os comunistas trabalhavam para organizar os trabalhadores do campo, Julião era um médio proprietário em Bom Jardim e, em um determinado dia, ao saber que o seu tio, também dono de terras em Bom Jardim, tinha abolido o regime de cambão em sua propriedade, tratou de enviar uma carta ao irmão do seu pai, na qual, segundo Paulo Cavalcanti, classificava aquela atitude como um mau exemplo para os outros proprietários da região. Ainda de acordo com o artigo, a carta foi lida na tribuna da Assembléia Legislativa pelo deputado Luiz de França da Costa Lima.²³¹

Já Capistrano afirmava que era uma prática comum de Francisco Julião dizer que conseguia mobilizar uma grande quantidade de pessoas para as manifestações, como os comícios ocorridos no centro da cidade do Recife, quando, segundo Capistrano, uma considerável parcela dos trabalhadores e dos estudantes participantes eram arregimentados pelos comunistas. E acrescenta;

²³¹ Jornal A Hora. 08 a 15 / 09 / 1962. p. 12.

É um velho hábito de puxar a brasa para seu lado de que toma posições oportunistas, procurando impor uma liderança de palavras e não de fatos concretos, muito em voga na época em que atuamos, de vitórias do socialismo em todo o mundo, do socialismo verdadeiro, de Marx e de Lênin, e não da fracassada verborragia da social democracia européia.²³²

Para David Capistrano, a condição de liderança pregada por Julião estava pautada apenas em palavras, não sendo constituída por ações. Ou seja, enquanto o deputado socialista se anunciava como o responsável pela organização e expansão das Ligas Camponesas, o PCB desejava demonstrar que essas já tinham sido anteriormente estruturadas pelo partido, o qual já discutia o problema da terra em suas propostas. Desse modo, segundo David Capistrano, Francisco Julião anunciava como sendo resultado de sua atuação aquilo que já vinha sendo desenvolvido pelos comunistas.

Nessa discussão em torno da condição de autoridade, enquanto liderança, recorremos a Edward Said, que afirma:

Não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite e reproduz. Acima de tudo, a autoridade pode e realmente deve ser analisada.²³³

É no sentido do debate proposto por E. Said que podemos perceber o embate para ocupar o lugar de autoridade frente às lutas sociais em Pernambuco, notadamente em relação ao movimento camponês, entre Francisco Julião, de um lado, e Paulo Cavalcanti e David Capistrano, de outro. Esses buscavam formar, junto a parcelas da sociedade, uma autoridade, cujo campo de atuação ultrapassava o movimento camponês, pois procurava também estabelecer o modo como se encaminharia as lutas por reformas sociais. Sobretudo, tentava-se formar e disseminar uma autoridade, que permitiria definir os padrões e as posições a serem adotadas no planejamento e execução de uma revolução social.

Desse modo, instituiu-se um embate por meio do qual se buscava decidir quem tinha autoridade, ou seja, quem tinha o poder para determinar o modo como se

²³² Jornal A Hora. 20 a 27 / 10 / 1962. pp. 07 – 08.

²³³ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 31.

encaminharia a revolução. Desejava-se definir qual processo revolucionário seria validado como o mais verdadeiro por uma maior parcela da sociedade.

O deputado Francisco Julião em um ato público realizado em Ouro Preto, no dia 21 de abril de 1962, dia de Tiradentes, fez uma longa proclamação, na qual criticava a democracia praticada no Brasil, como também o discurso que afirmava existirem *maus brasileiros, demagogos*, cujo objetivo seria apenas aproveitar-se do pauperismo do Nordeste para inquietar a *família cristã e cubanizar o país*²³⁴. Declarava o presidente de honra das Ligas Camponesas em suas críticas:

A democracia que queremos para o Brasil é bem outra. Pouco importa o rótulo que tenha, desde que sirva ao povo. Que se chame cristã, popular ou socialista, contanto que traga no seu conteúdo a reforma agrária radical, como o primeiro passo. Mas eu te pergunto, companheiro e compatriota, se é possível alcançar essa reforma dentro deste sistema.²³⁵

Francisco Julião destacava a reforma agrária como o principal conteúdo presente em um regime democrático. Contudo, o sistema existente no Brasil não proporcionava a realização de tal reforma. Logo, a democracia praticada no Brasil não promoveria nenhuma mudança, cujo resultado fosse uma maior justiça social. Além disso, sobre o discurso de que o Brasil era um país cristão, formado por famílias cristãs, afirmava o deputado socialista:

A “família cristã” é a que mora no palacete, desliza no cadilac conversível e é dona da terra, do gado, do banco, da indústria, do comércio, do cargo polpudo e da vida do povo. Família cristã não é a que mora no mocambo, na favela, na maloca, no beco sem saída, ou se avilta no latifúndio, sob a violência do cambão, da meia, da terça,

²³⁴ Em sua entrevista, arquivada na Fundação Joaquim Nabuco, Francisco Julião afirma que essa mobilização ocorrida em Minas Gerais ficou conhecida como Movimento Tiradentes. Além disso, Julião declara que tinha como finalidade atingir as universidades, ou seja, começar a organizar a classe estudantil e utilizaria a figura de Tiradentes como mártir da luta social e também como patrono do movimento. Essa mesma declaração chegou a ser lida, quatro dias depois, em um ato público organizado pela UNE, no Rio de Janeiro. Contudo, em sua própria entrevista, Francisco Julião admite que o movimento não obteve o sucesso esperado, pois “imediatamente, a POLOP, a AP, os Trotskistas e outras organizações sectárias que atuavam muito dentro das universidades trataram de disputar essa idéia. Eu não tinha uma estrutura capaz de poder contrapor-me a esses movimentos que dominavam dentro das universidades. Meu trabalho era mais no campo. Então os companheiros que podiam ter feito esse trabalho de campo, dentro das universidades, eram muito poucos. Perdemos precisamente por falta de quadros e também porque nos precipitamos.” Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982. p. 54. O depoimento de Julião nos mostra um pouco da disputa pela hegemonia na relação com os diversos segmentos da sociedade.

²³⁵ Diário de Pernambuco. 11 / 05 / 1962. Pág. 08.

do barracão, do capanga, do grileiro, da polícia. Família cristã é a do latifundiário que se arma até os dentes, de fuzil e metralhadora, por todo o país, para sustentar em regime feudal, a propriedade privada da terra.²³⁶

Nesse trecho, Julião faz uma crítica às pessoas, cujo discurso consistia em afirmar que a agitação social promovida por ele no Nordeste do Brasil era uma demagogia e inquietava a *família cristã*. Segundo o parlamentar, as famílias inquietadas não eram as dos trabalhadores, mas sim a dos comerciantes, dos industriais e dos latifundiários. Os camponeses e os operários não faziam parte dessa dita família cristã.

Contudo, além de denunciar as desigualdades sociais e defender a reforma agrária radical, o discurso utilizado por Julião em Ouro Preto visava criticar a estratégia de frente única defendida pelo Partido Comunista, de aliança com a burguesia nacional e da escolha pela participação nas eleições como modo de promover as reformas sociais. Ao mesmo tempo, esse argumento reforçava sua tese de atuação em faixa própria, procurando apresentar a sua estratégia de ação como sendo a mais correta e viável, enquanto a proposta dos comunistas apenas reforçaria um sistema político, que não permitiria a realização de uma reforma agrária, pois iria viabilizar uma aliança com a dita família cristã, ou seja, comerciantes, industriais e até latifundiários.

Não creio que a redenção da minha Pátria venha das urnas. Nem das elites. Nem da “família cristã”. Ela virá, sim, e nisso creio firmemente, das massas angustiadas, do camponês sem terra, do operário sem trabalho [...] Não posso, não devo, não quero participar desta farsa. A não ser para denunciá-la. É o patriotismo que exige. É o amor aos humildes que me pede. Que tu participes da eleição já que o povo ainda não reúne a força suficiente com essa farsa. O essencial é que não alimente mais a ilusão de que o teu problema será resolvido na boca das urnas. Por isso, eu te convido, meu irmão, meu companheiro, meu compatriota daqui deste Morro, desta Vila Rica do Ouro Preto, em memória de Tiradentes e de todos que trilharem pelo mesmo caminho [...] de todos que viveram pela pátria e souberam morrer por ela.²³⁷

A opção de participar das eleições para realizar uma mudança social, segundo Francisco Julião, era uma farsa, o que desqualificava a tese de frente única defendida pelos comunistas. Para o deputado socialista, era necessário que ninguém mais alimentasse a ilusão de ter seus problemas resolvidos através das urnas, porém

²³⁶ Idem.

²³⁷ Diário de Pernambuco. 11 / 05 / 1962. Pág. 08.

estivessem dispostos a trilharem o caminho daqueles que viveram e também morreram pela pátria. A proposta de Julião apontava para um caminho de confronto mais violento, onde a morte poderia ser uma possibilidade.

No mesmo ano em que lançou esse manifesto, Francisco Julião concorreu, nas eleições de outubro, a um mandato para deputado federal pelo PSB de Pernambuco e por isso, na sua declaração, afirmou que participava do processo eletivo apenas para denunciá-lo. No palanque do candidato a deputado, subiram diversos integrantes de movimentos que pregavam abertamente a luta armada como caminho para uma Revolução²³⁸, tais como os trotskistas e setores do PC do B, os quais estavam descontentes com a política de alianças adotada pelo PCB no final da década de 1950²³⁹.

Francisco Julião, como um líder social de destaque, representava e, ao mesmo tempo, revelava o interesse de setores da sociedade, que procuravam trilhar caminhos diferentes dos escolhidos pelo PCB. Contudo, mesmo criticando a estratégia de frente única defendida pelos comunistas, o presidente de honra das Ligas Camponesas participara do pleito de 1962, contribuindo para a vitória dos candidatos de esquerda, principalmente de Miguel Arraes, como destacou em sua entrevista:

Tanto assim que milhares e milhares de votos, aqui no Recife, saíram somente com o meu nome e o dele [Miguel Arraes]. Quer dizer, saiu o nome de Arraes como candidato a governador e o meu como deputado federal. Não se votava mais em nenhum candidato, nem a vice, nem a deputado estadual. [...] Isso foi muito evidente aqui na apuração das urnas. [...] Tanto que Arraes agradeceu: “você logrou trazer os votos da pequena burguesia, muito radicalizada, para mim, no Recife”.²⁴⁰

Desse modo, não havia da parte de Julião, como também do grupo de trabalhadores rurais que atuavam junto a ele, um total rompimento com o caminho das eleições. E apesar dele adotar a política da faixa própria, na campanha para deputado federal em 1962, ele dialogou com os outros setores de esquerda, notadamente os comunistas, defensores da *frente única*.

Ao mesmo tempo, o candidato pelo PSB a Câmara dos Deputados em Brasília também se relacionava e revelava as idéias defendidas por setores sociais, que

²³⁸ Ver a Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982. pp. 53 – 54.

²³⁹ Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Op. Cit. pp. 179 a 181.

²⁴⁰ Ver a Entrevista concedida por Francisco Julião. Op. Cit. p. 64.

acreditavam no desenvolvimento de uma guerrilha, inspirada no modelo cubano, para encurtar o caminho de uma Revolução, e, por conseguinte, a tomada do poder, que para esses grupos estaria centralizado no Estado.

Para Paulo Cavalcanti, em entrevista concedida a Fundação Joaquim Nabuco;

Julião se arvorou em uma espécie de Guevara aqui do Nordeste, botou na cabeça que a revolução estava à vista. Esse foi o enfoque que levou a muitos equívocos. Então, Julião começou a preparar guerrilhas [...] Eles começaram a adotar uma estratégia e uma tática, que se orientava no sentido de buscar uma revolução a curto prazo [...] acreditavam ser fácil, que iam obter um projeto futuro que era a estratégia de estabelecer aqui um Estado socialista, através de luta à partir do campo, chamada guerrilha rural.²⁴¹

Nesse depoimento de memória, Francisco Julião aparece, destacadamente, como integrante de um grupo, cujo objetivo era estruturar uma guerrilha rural, inspirada no modelo cubano, a fim de se conseguir estabelecer um Estado socialista. O registro de Paulo Cavalcanti apresenta um caráter de crítica, ou propriamente de sátira, pois se refere à Julião como uma espécie de Guevara do Nordeste, ironizando assim a postura adotada pelo advogado das Ligas Camponesas e outras pessoas, que tentavam realizar e reproduzir, aqui no Brasil, o ocorrido em Cuba.

Como um dos principais líderes do movimento camponês no Brasil, Francisco Julião nunca assumiu em sua entrevista, na década de 1980²⁴², que ofereceu treinamentos de guerrilha para uma possível ação armada. Denise Rollemberg, em seu trabalho sobre o apoio de Cuba à luta armada no Brasil, afirma que Julião, apesar de radicalizar cada vez mais suas posições em seus discursos no início da década de 1960, se opôs a facção das Ligas Camponesas favorável à guerrilha, liderada por Clodomir Moraes.²⁴³

Jean Rodrigues Sales, no livro *A luta armada contra a ditadura militar*, ratifica a idéia de que Francisco Julião não foi responsável pela tentativa de organização das guerrilhas. Contudo, ao contrário da análise de Denise Rollemberg, considera que por Julião não está diretamente envolvido com a organização, não significava que ele fosse contrário à idéia. Para esse autor, a concepção do dispositivo militar ficou a cargo de

²⁴¹ Entrevista concedida por Paulo Cavalcanti a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco. 22 de abril de 1982. p. 93.

²⁴² Ver a Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982.

²⁴³ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001. p. 24.

Clodomir Moraes. Por motivos de segurança as atividades foram compartimentadas, ficando sob a responsabilidade de Francisco Julião o proselitismo político junto às massas e desse modo não lhe caberiam a participação nas decisões que diziam respeito à guerrilha.²⁴⁴

Apesar de Clodomir Moraes ter sido um dos organizadores do movimento de guerrilhas camponesas no início dos anos 60, parece improvável que esse tenha conseguido força política junto as Ligas Camponesas, além de apoio financeiro e humano, sem a conivência de Francisco Julião. O próprio Clodomir Moraes, em entrevista concedida a Jean Rodrigues Sales, afirmou que *Julião não sabia a localização dos campos, nem os detalhes sobre o dispositivo militar, mas que algumas coisas ele sabia e não era contra a existência dos campos.*²⁴⁵

Ao mesmo tempo em que Francisco Julião criticava os comunistas pela formação da frente única, ele também participava das eleições de 1962 para deputado federal e também se encontrava envolvido, mesmo que indiretamente, com o movimento de guerrilhas. Logo, ele transitava entre posições, nas quais se defendiam as mudanças sociais por meio da participação nos processos eleitorais e/ou através da estratégia de guerrilha. Desse modo, devemos considerar que não havia lugares estáticos, nem posições imutáveis em relação ao tipo de trilha a ser seguida para se conseguir uma revolução e promover uma mudança social.

Retomemos agora os percursos formados pelos discursos de alguns dos integrantes de um dos mais organizados e atuantes setores da esquerda no final da década de 1950 e início dos anos 60; o PCB. Ao longo desse texto, procuramos argumentar que os comunistas adotaram uma política de formação de frente única, constituída pela aliança com os setores considerados progressistas, como a burguesia nacional. Nesse sentido, o PCB entendia que com essa união alcançaria vitórias eleitorais, as quais abririam caminho para a tomada do poder. Isso seria a primeira fase do processo revolucionário.

Em diversos discursos de integrantes do Partido Comunista, podemos identificar a defesa dessa tese. Defendia-se que o caminho era pacífico, mas a solução era revolucionária. David Capistrano, em artigo no jornal *A Hora*, resumiu a situação da

²⁴⁴ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influencia da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. pp. 46 – 51.

²⁴⁵ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influencia da Revolução Cubana*. Op. Cit. Ver capítulo 2, nota 41. Ver também MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*.

chamada *revolução brasileira* da seguinte maneira: *aproveito para opinar também sobre [...] essa polêmica entre correntes de opinião heterogêneas, que refletem duas políticas, duas táticas na revolução brasileira – a política da classe operária e a política da pequena burguesia radical*²⁴⁶. David Capistrano, e também outros líderes do Partido Comunista em Pernambuco, como Paulo Cavalcanti, procurava instituir os lugares da revolução, os quais estavam estabelecidos entre a política da classe operária, defendida pelo PCB, e a política da pequena burguesia radical, formada por estudantes universitários e secundaristas, bem como por alguns profissionais liberais, cuja proposta consistiria na luta armada e era divulgada por setores da esquerda, representados pelas Ligas Camponesas, o PC do B e os trotskistas.

Ao procurar justificar o posicionamento escolhido pelos comunistas, David Capistrano afirmava que:

Não se pode tegirversar a posição dos comunistas quanto a burguesia, ligada aos interesses nacionais, que tem interesses na luta antiimperialista, para ter predominância no mercado interno, ganhar mais dinheiro, é bem verdade, porém é uma força social importante, com grandes possibilidades de contribuir na luta contra o imperialismo que as forças revolucionárias travam no país.²⁴⁷

Além de ratificar o posicionamento dos comunistas em relação à aliança com a burguesia nacional, procurando justificar que a união travada com esse grupo era necessária para a luta contra o imperialismo, David Capistrano concluiu o seu artigo instituindo o lugar ocupado por seu posicionamento, ou seja, pela tese adotada pelo Partido Comunista.

Acredito, “sem pensar sequer que sou dono da sabedoria e do dogma”, na tática que o proletariado brasileiro, sua vanguarda, equacionou é correta, a mais adequada às condições históricas em que vivemos. Seria para mim pessoalmente e para meus companheiros de luta uma satisfação se fossem dirimidas as divergências, que, sem dúvida, existem entre nós na tática política que adotamos contra o inimigo comum: o imperialismo e o latifúndio. Não devem continuar alvos de nossos ataques os contingentes antiimperialistas e antilatifundiários que se encontram no mesmo campo revolucionário.²⁴⁸

²⁴⁶ Jornal A Hora. 20 a 27 / 10 / 1962. p. 07.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Jornal A Hora. 20 a 27 / 10 / 1962. p. 08.

O discurso de David Capistrano, que representava a posição de vários outros integrantes do PCB, indicava ser o caminho escolhido pelos comunistas o mais correto e para reforçar tal idéia, apontava que esse percurso também tinha sido aceito pelo proletariado brasileiro. Com isso, buscava-se apresentar a existência de um partido homogêneo, constituído tanto pela vanguarda, quanto pelo proletariado, que consideravam a tática comunista como a mais correta para ser aplicada para executar a revolução. Além disso, o articulista do jornal *A Hora* pedia para que se parassem os ataques entre aqueles, os quais se encontravam no mesmo campo revolucionário e com isso David Capistrano procura também apagar as diferenças, criando um único campo de ação revolucionária, onde atuariam todos os setores ditos antiimperialistas e antilatifundiários. Mais uma vez, realizava-se o movimento por meio do qual se procurava homogeneizar a ação dos grupos de esquerda, sem, contudo, os comunistas abrirem mão do lugar de líderes do movimento, pois acreditavam possuir a tática mais correta.

Mas, esse bloco comunista e revolucionário, representado por David Capistrano como adepto da tese da frente única e também da formação de uma aliança com a burguesia nacional, não apresentava uma dinâmica tão homogênea, como a descrita pelo articulista do jornal *A Hora*. Isso é o que se pode observar nos argumentos apresentados por Amaro Valentim em artigo intitulado *Caminho Pacífico e a luta armada*²⁴⁹

Os comunistas brasileiros ao defenderem a visibilidade do caminho pacífico, em hipótese alguma são unilaterais. Consideram justo e necessário preparar as massas para levar a cabo a revolução social pacificamente ou não. O que desejamos é fazer a revolução. Caso as forças reacionárias imponham a nosso povo a luta armada, sendo as condições objetivas e subjetivas favoráveis, não vacilaremos em nos colocar à frente do povo e, através da insurreição armada, lutarmos para conquistar o poder, como já fizeram os comunistas em várias partes do mundo. A questão da vitória da revolução por uma via não pacífica está prevista em nossa tática política.²⁵⁰

O artigo de Amaro Valentim quebra a unicidade de percurso apresentada por David Capistrano, apontando um outro caminho por onde os comunistas poderiam realizar a revolução social, a saber: A luta armada. Apesar de ressaltar a opção da via pacífica, o texto destacava que na tática política de alguns comunistas a via não pacífica

²⁴⁹ Jornal A Hora. 02 a 03 / 12 / 1961. p. 03.

²⁵⁰ Jornal A Hora. 02 a 03 / 12 / 1961. p. 03.

estava presente, inclusive por ela já ter proporcionado ao PC a conquista do poder em várias partes do mundo.

Nesse sentido, podemos afirmar que as estratégias de ação dos grupos de esquerda, as quais se definiriam de um lado como o caminho pacífico, constituído pela aliança com os setores sociais considerados progressistas, e de outro a luta armada, não eram totalmente distintas. Tentamos aqui demonstrar, que apesar de serem vias de ação diferentes, muitos integrantes dos grupos de esquerda perpassavam tanto um caminho como o outro, fazendo com que se entrecruzassem. Tanto Francisco Julião quanto Amaro Valentim, por exemplo, utilizavam, em suas práticas e em seus discursos, elementos que eram associados a tese revolucionária defendida na declaração de março de 1958 do PCB, como também a opção da luta armada, de guerrilha, divulgadas por parcelas das Ligas Camponesas e dos trotskistas.

Flávio Brayner, em seu livro sobre o Partido Comunista em Pernambuco, refuta a idéia de que haveria um contraponto entre o PC e as Ligas Camponesas, composto pela condição reformista do primeiro e revolucionária do segundo. Desse modo, o autor contrapõe-se a tese apresentada por Fernando Azevedo, em seu estudo sobre as Ligas Camponesas, que consiste na idéia de que a condição radical das Ligas não era apenas retórica, mas uma política efetivamente diferenciada.²⁵¹ Para Brayner, as Ligas Camponesas não representavam uma linha demarcatória entre Reforma e Revolução, já que a idéia de reforma agrária defendida por Julião baseava-se na propriedade individual e, por isso, *não representava a consecução de objetivos socialistas, mas tratava-se, antes, de uma proposta fundamentalmente burguesa e capitalista.*²⁵²

Seguindo essa linha argumentativa, podemos pensar que se, por um lado, os grupos de esquerda, como o Partido Comunista, as Ligas Camponesas e os Trotskistas, procuravam se diferenciar, ao mesmo tempo eles também se aproximavam em seus discursos e práticas sobre a revolução social. É exatamente nesse movimento de aproximação e distanciamento, que os grupos conservadores, como latifundiários, alguns comerciantes e industriais, buscavam desenvolver a estratégia de unificar todos os setores de esquerda e passavam a apresentar e fazer acreditar aos outros setores sociais a idéia de que o comunismo avançava, conquistando cada vez mais adeptos em diversas parcelas da sociedade. Além disso, a revolução também estaria cada vez mais

²⁵¹ BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964*. Op. Cit. pp. 73 – 83.

²⁵² BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964*. Op. Cit. p. 74.

próxima, seja pelos resultados eleitorais, seja pela formação das guerrilhas. Isso contribuía para fortalecimento da idéia do perigo representado pelo comunismo, o qual destruiria as famílias e os valores cristãos, e, desse modo, o discurso anticomunista procurava se fazer aceito por um número crescente de adeptos ou pelo menos de simpatizantes ou ainda de pessoas, que se sentiam ameaçadas de serem consideradas comunista.

3.4 – Narrativas do perigo: A barba de seu Manoel e as ocupações dos engenhos.

A idéia de que o comunismo avançava e de que uma revolução social estaria próxima parecia reforçar cada vez mais os comportamentos de vigilância e criavam uma atmosfera de perigo em Pernambuco.

Essas questões podem ser observadas nas memórias do senhor Manoel²⁵³, que em uma breve conversa nos relatou um rápido, porém interessante, episódio. Certa vez, *no tempo da revolução*²⁵⁴, Manoel, já possuidor de um bigode, deixou a barba crescer. Provavelmente, durante vários dias, algumas pessoas devem ter observado a progressiva mudança na sua aparência senhor Manoel, que trabalhava no Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, também conhecido como Hospital da Tamarineira. Em um determinado dia, o diretor dessa instituição de saúde, chamou o seu funcionário e lançou um questionamento, que, talvez, fora pensado durante algum tempo; *Manoel, o senhor é comunista?*²⁵⁵ Pressionado pela pergunta, Manoel tratou logo de dizer que não era. E então, seguiu a segunda indagação. *Então por que estás com a barba tão grande?*²⁵⁶ A resposta negativa não parecia ter sido suficiente e, desse modo, logo em seguida, a barba foi retirada.

Era plausível a identificação da barba como sendo um identificador do comunismo, visto que as imagens dos revolucionários cubanos, constantemente barbudos, notadamente Fidel Castro e Che Guevara, eram recorrentes em Pernambuco no início da década de 1960. Desse modo, uma barba crescida, como a que estava sendo

²⁵³ Depoimento do senhor Manoel Antônio de Vasconcelos, concedido em 2006, como parte integrante das pesquisas realizadas para a execução dessa dissertação de mestrado.

²⁵⁴ Foi com essa expressão que o senhor Manoel Antônio de Vasconcelos demarcou o tempo do seu relato de memória.

²⁵⁵ Tivemos uma rápida conversa com seu Manoel, na qual foi relatada essa memória. Infelizmente, nunca conseguimos realizar uma entrevista, pois ele sempre argumentava que não tinha nada a dizer. Contudo, essa pequena, porém significativa, história, relatada há um ano, foi autorizada pelo mesmo a ser utilizada em nosso trabalho.

²⁵⁶ Depoimento de Manoel Antônio de Vasconcelos.

utilizada por seu Manoel, logo poderia ser entendida como uma alusão ou até mesmo uma homenagem à figura desses comunistas.

Em uma sociedade onde o perigo representado pelo comunismo se pretendia crescente, a indagação realizada pelo diretor do hospital exercia uma vigilância social, de modo à denunciar um possível subversor da ordem. Mas, Manoel afirmou não ser adepto das idéias marxista-leninistas e tratou logo de tirar sua barba. Talvez nem soubesse que havia uma ligação entre a sua nova aparência e o dito comunismo. De toda sorte, ele não desejava ser identificado como sendo um comunista, porém, caso o fosse assim considerado entre os familiares ou entre os amigos, de que estaria sendo acusado Manoel Vasconcelos? Ele poderia ser acusado de promover o avanço da desordem e da inquietude em Pernambuco, cujo objetivo final seria a execução de uma revolução comunista.

Para observarmos em que movimento o funcionário do Hospital Ulysses Pernambucano estaria sendo inserido, caso fosse considerado comunista, escolhemos percorrer alguns relatos acerca das lutas sociais ocorridas no início da década de 1960, identificando as idéias de desordem e de revolução que os setores conservadores do status quo procuravam significar para a população.

Por um lado, os grupos considerados de esquerda, como as Ligas Camponesas e o Partido Comunista, acreditavam que a mobilização dos trabalhadores em Pernambuco era cada vez mais favorável para a revolução social, a qual proporcionaria uma maior justiça social. Por outro lado, os grupos defensores do *status quo*, notadamente latifundiários, industriais e setores da classe média, acreditavam que no início da década de 1960 se vivia no Estado, assim como no Brasil, uma desordem e uma inquietude sociais, as quais seriam o preâmbulo do que ocorreria caso fosse realizada uma revolução comunista. E para esses setores conservadores, a população deveria ficar muito atenta, pois essa desordem estava cada vez mais intensa e isso provocaria o caos em Pernambuco, assim como instalaria um clima de guerra no Estado. Esses setores sociais que tinham suas terras ocupadas por camponeses com o objetivo de se pressionar por uma reforma agrária, estavam cada vez mais atentos com a perigosa dimensão tomada pela mobilização dos trabalhadores. E era esse sentimento que se desejava transmitir, a fim de que a maior parte da população passasse a entender a idéia de

revolução, defendida pelos grupos de esquerda, como sendo algo perigoso, sinônimo de violência e de desordem, sobretudo com o desrespeito às leis, à família e à religião.²⁵⁷

Não era suficiente apenas aos grupos conservadores acreditarem na idéia de ameaça e de perigo em relação à mobilização dos trabalhadores rurais. Para fortalecerem os seus objetivos de manterem a ordem social vigente e enfraquecerem as propostas dos grupos defensores de uma mudança social, tornava-se necessário fazer com que uma parcela cada vez maior da população também fosse tomada por essa atmosfera de ameaça e de perigo construída pela revolução. Era uma disputa entre projetos sociais e, de uma forma geral, para o projeto de manutenção do *status quo* tornar-se o vencedor era necessário o apoio da população, seja por opção, seja por medo da proposta dos grupos de esquerda.

Os proprietários rurais e os usineiros assustavam-se a cada dia com a organização e a iniciativa dos trabalhadores. A ocupação das propriedades rurais de forma cada vez mais constante e organizada, aliada com a mobilização de um número cada vez maior de camponeses, era algo que se destacava nos relatórios de polícia e povoava o dia a dia das pessoas. Era importante fazer com que outros setores sociais também compartilhassem desse sentimento de ameaça e de medo, notadamente as camadas médias urbanas, constituídas principalmente pela classe média e que quase diariamente era bombardeada com informações sobre as ações dos grupos de esquerda em direção ao desenvolvimento de uma revolução comunista. Os jornais eram um dos principais meios para a difusão de uma narrativa de perigo, que objetivava, sobretudo, mobilizar essa classe média leitora da imprensa a se opor às mobilizações dos trabalhadores que representariam o avanço do comunismo e também o estabelecimento da desordem, ou seja, a subversão da ordem.²⁵⁸

²⁵⁷ Hannah Arendt afirma, em seu livro *Da Revolução*, que as revoluções modernas estavam pautadas na idéia de liberdade e na experiência de um novo começo, na tarefa de fundação, ligada as novas leis e novas autoridades. Contudo, segundo a autora, *a experiência de fundação, combinada com a convicção de que um novo drama está na iminência de se desenrolar na História, tornará os homens “conservadores” e não “revolucionários”, ávidos em preservar o que foi realizado e assegurar sua estabilidade, ao invés de se mostrarem receptivos às coisas novas, aos novos avanços e novas idéias.* ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Ed. Ática. Ed. UnB: São Paulo. 1988. p. 33. Utilizamos dessa reflexão de Hannah Arendt para pensarmos que os grupos que se sentiam ameaçados pela mobilização dos trabalhadores, com medo do novo, organizaram uma estratégia para tornar hegemônica na sociedade essa imagem do medo do comunismo e consequentemente assegurar sua manutenção política, econômica e social.

²⁵⁸ É importante ressaltarmos que René Dreifuss no livro *1964: A conquista do Estado* já demonstrava como a burguesia, formadora de uma elite orgânica, criou o complexo IPES/IBAD, que financiava ações para combater os grupos de esquerda. Nessa dissertação, contudo, procuramos demonstrar como em Pernambuco, além das estratégias desenvolvidas pelo IPES/IBAD, se racionalizou a noção de perigo, por

O Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, Dops – PE, por meio de seus agentes, fazia-se presente em algumas mobilizações dos trabalhadores rurais ocorridas em diversos municípios do Estado. Dessa ação resultaram alguns relatórios, que nos fornecem informações sobre a atuação dos camponeses, como também dos proprietários rurais. A princípio, a análise desse material revelaria que a organização dos trabalhadores foi seguida de uma violenta repressão por parte dos latifundiários, fato recorrente nas relações entre patrões e empregados no meio rural.

Mas também, o conteúdo dos relatórios da polícia nos mostra que a mobilização camponesa surpreendia pela quantidade de trabalhadores participantes, como também pelo modo como atuavam. Um documento, resultante dos trabalhos de observação da polícia no município de Bom Jardim e endereçado ao Secretário de Segurança Pública, informava o seguinte:

O deputado Francisco Julião tem, de fato, um grande prestígio em todo o município, e, muito principalmente, nas zonas rurais de Bom Jardim. Há-de se acreditar que poderá o mesmo reunir em pouco tempo, de 2 a 3000 camponeses. Assistimos um comício na cidade de Bom Jardim, em plena fase de propaganda eleitoral do Dep. Julião, e, num exame visual, podemos avaliar uns dois mil camponeses que vibravam ante as palavras proferidas pelo Dep. Julião.²⁵⁹

A quantidade de camponeses mobilizados era algo destacado no relatório da polícia, inclusive com a observação de que se acreditava na possibilidade desses trabalhadores serem reunidos em pouco tempo. Além disso, o realce para a vibração ante as palavras de Francisco Julião buscava demonstrar o grau de mobilização desses trabalhadores. Ainda segundo o documento, essas pessoas, entusiasmadas com as palavras de Julião, eram orientadas a:

[...] que não se deixem explorar pelos proprietários, não pagando o foro e se mantendo de qualquer modo nas áreas que lhes foram aforadas, usando até mesmo a violência para que fiquem permanecendo na terra, para sustento de suas famílias, mesmo contra a vontade dos legítimos donos.²⁶⁰

meio de um tipo de discurso que procurava fazer da população entender as ações dos grupos de esquerdas e de camponeses como algo perigoso, cria-se uma razão para o sentimento de perigo.

²⁵⁹ Relatório. 10 / 08 / 1959. Prontuário da Liga Camponesa de Bom Jardim. p. 06. Fundo SSP nº: 7590. Acervo Dops – PE. APEJE.

²⁶⁰ Relatório. 10 / 08 / 1959. Op. Cit. p. 05.

Essa prática de luta pela terra era algo que passava a chamar a atenção, tanto que foi escolhida para ser registrada no relatório policial. Outra questão considerada como passível de registro refere-se à violência, ou seja, os camponeses que outrora eram alvos de atos violentos, agora deveriam utilizar-se desse meio para lutarem por suas terras. Esses comportamentos alertavam os latifundiários, pois quebravam com uma ordem social já existente e também amedrontavam setores da sociedade em Pernambuco, que começavam a ficar surpreendidos com a intensidade da mobilização dos trabalhadores, afinal de contas eram entre dois e três mil camponeses, que segundo a polícia, poderiam facilmente se reunir apenas no município de Bom Jardim.

Muitos latifundiários, em resposta, passaram a se armar e planejar violentos ataques, como se pode observar nesse telegrama enviado por Amaro Nascimento Torres, presidente da Liga Camponesa do Engenho Limão, ao Secretário de Segurança Pública:

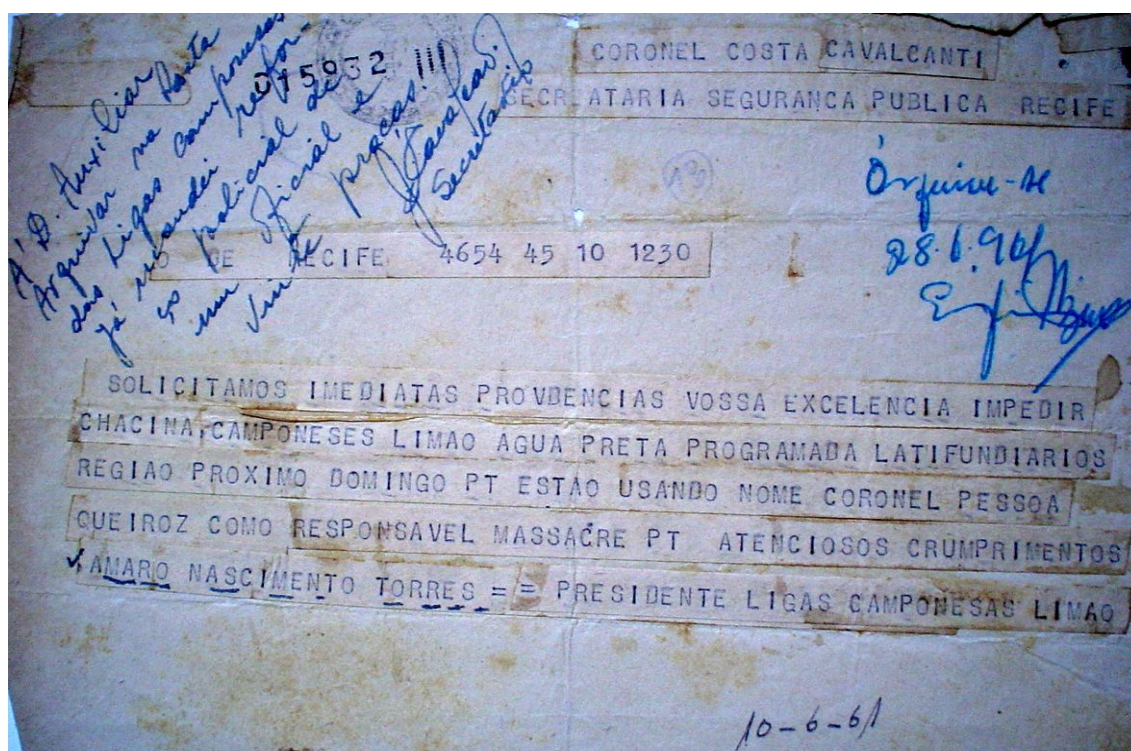


Fig. 18 – Telegrama. Prontuário Liga Camponesa Água Preta. p. 13. SSP nº 7599. Acervo Dops-Pe. APEJE.

Outros donos de terras, contudo, procuraram também pedir auxílio da polícia para evitar uma possível ocupação das terras ou mesmo para retirar os camponeses das propriedades já ocupadas. Ou ainda tentavam negociar com os trabalhadores rurais. Foi o que fez o proprietário do engenho Pindobal, localizado no município de Paudalho. O senhor José Aymar elaborou um contrato, que de acordo com o relatório policial, seria

assinado e registrado em cartório e consistia em oferecer estabilidade ao morador do engenho e também fornecer ao camponês um empréstimo de dez a quinze mil cruzeiros. Segundo os investigadores nº 5 e 239, designados para explicar o contrato aos trabalhadores rurais e convencê-los a assinar, alguns aceitaram a proposta, contudo outros respondiam; *não aceitavam porque eles só obedeciam às leis do deputado Julião* (grifo do original).²⁶¹ O relatório ainda destacava que não tinha sido possível percorrer todo o engenho, pois foi necessário realizar a segurança do proprietário do engenho e de sua família.

A resposta de alguns camponeses ao investigador visava romper com qualquer ordem estabelecida, já que os mesmos não mais aceitavam as leis existentes, seguindo agora as recomendações das Ligas Camponesas, e precisamente as de Francisco Julião. Sendo as ordens desse deputado estadual constituída pelas idéias de ocupar e resistir, inclusive com o uso da violência, então alguns proprietários, por mais que tivessem capangas e o auxílio da polícia, poderiam ficar temerosos em relação ao que viria acontecer com a quebra do *status quo*.

Os jornais publicados no Estado, principalmente o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*, estampavam quase cotidianamente as manchetes sobre a ação de camponeses nos engenhos de diversos municípios do interior. As reportagens, de um modo geral, apresentavam a ocupação de terras e apontavam os integrantes das Ligas Camponesas como sendo os responsáveis por organizarem uma parte dos trabalhadores rurais para realizarem tal ato. Contudo, é importante prestarmos atenção nos outros elementos escolhidos para compor essas reportagens, como também em algumas imagens. Esses elementos auxiliam no entendimento de uma das estratégias utilizadas pelos setores conservadores, como os latifundiários, um dos grupos que se sentiam mais ameaçados, para difundir junto as outras parcelas da sociedade, notadamente as camadas médias urbanas, o sentimento de ameaça frente à atuação dos setores de esquerda, como as Ligas Camponesas e o Partido Comunista.

Ainda sobre o Engenho Pindobal, o *Diário de Pernambuco* publicou o seguinte:

O que houve em Pindobal [...] foi uma tentativa de subversão da ordem, provocada pelos membros das Ligas Camponesas, que, aproveitando-se da boa fé, das condições de pobreza e miséria, em

²⁶¹ Relatório de 25 / 06 / 1960. Prontuário Funcional Liga Camponesa Paudalho. p. 30. Fundo SSP nº 29.265. Acervo Dops – PE. APEJE.

que vive o nosso homem do campo, procura implantar no meio rural de Pernambuco um clima de agitação²⁶².

A idéia de que algumas pessoas estavam explorando a bondade do homem inocente e pobre do campo para a implantação de um clima de agitação é um dos argumentos mais recorrente a ser utilizado pelos grupos, que se sentiam ameaçados pelos movimentos sociais. Caso se levasse em consideração a quantidade de pessoas pobres existente no Estado, associado ao número crescente de indivíduos, que estavam sendo convencidos pelas idéias de luta social e reforma agrária propostas pelos grupos de esquerda, poder-se-ia reforçar um sentimento de perigo. Desse modo, era grande o número de pessoas pobres que poderiam ser mobilizadas pelas Ligas Camponesas para reforçarem os grupos de trabalhadores rurais atuantes na ocupação dos engenhos, bem como resistentes a expulsão dos mesmos, e isso também foi apresentado a população, a fim de reforçar a idéia de perigo.

Além disso, as imagens de violência eram constantes nas reportagens sobre as mobilizações dos trabalhadores rurais. Com isso, tentava-se associar as ações dos camponeses à representação de uma revolução, caracterizada pela luta armada, como também pela tática de guerrilha.²⁶³

Em um período próximo as lutas no Engenho Pindobal, ocorreram ocupações em outras duas propriedades conhecidas como Barra e Terra Preta, localizados no município de Vitória de Santo Antão e que tinham sido comprados pelo Governo do Estado de acordo com o plano de colonização do Nordeste²⁶⁴. Segundo os relatórios da polícia e as matérias dos jornais, a mobilização dos camponeses em direção aos

²⁶² Diário de Pernambuco. 06 / 01 / 1961. p. 07. APEJE.

²⁶³ Hannah Arendt defende a idéia de que a violência não é adequada para descrever os fenômenos das revoluções. Contudo, quando utilizada para construir uma nova forma de governo, acabar com a opressão e favorecer a constituição da liberdade, ou seja, promover uma mudança com a formulação de um novo princípio, nesse sentido da violência podemos falar em revolução. ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Op. Cit. p. 28. Essa dimensão estaria presente na atuação dos grupos de esquerda. Contudo, a estratégia dos grupos conservadores ao associar violência à idéia de revolução, procurava demonstrar que o resultado não seria a constituição da liberdade ou um novo princípio político, mas sim um retrocesso a formas de governo ditatoriais, as quais trariam de volta a barbárie e a escravidão. É nesse sentido que a idéia de violência é relacionada com a de revolução e foi esse movimento que tentamos reconstruir em nosso texto.

²⁶⁴ Segundo o Comunicado nº 003/61, de 4 de janeiro de 1961, os Engenho Terra Preta e Barra, localizados no município de Vitória de Santo Antão, foram desapropriados pelo governo do Estado para efeito de um plano de colonização, elaborado com a finalidade precípua de readaptar os excedentes da propriedade Galiléia. O governado Cid Sampaio, nesse período, tinha a idéia de redistribuir algumas famílias do Engenho Galiléia, que tinha sido desapropriado, para esses dois outros engenhos. Comunicado nº 0003/61. 04 / 01 / 1961. Prontuário Funcional Liga Camponesa Engenho Barra. Fundo SSP nº 29.309. Acervo Dops – PE. APEJE.

Engenhos Barra e Terra Preta teria sido incentivada e organizada pelo deputado Francisco Julião. A ocupação foi assim narrada;

Grupos de homens maltrapilhos, alguns deles portando armas brancas e espingardas, fizeram com que o delegado da cidade se inteirasse do acontecimento e tomasse as medidas que o caso estava a exigir. Sem muito trabalho, ficou evidenciado o propósito dos camponeses, em número de 400: invadir as terras dos engenhos Barra e Terra Preta, recentemente adquiridos pelo governo do Estado.²⁶⁵

A imagem construída para a ação nos engenhos Terra Preta e Barra reforça a representação contida no documento anterior, ou seja, homens pobres, e nesse caso descritos como maltrapilhos, que invadiam engenhos e utilizavam armas, tais como espingardas. Segundo Regina Beatriz, *há uma história do medo que atravessa, significa e narra a vida*²⁶⁶. O medo passava a ter significado dentro da vida daqueles, que presenciavam a chegada de centenas de homens pobres, maltrapilho, mas armados e prontos para lutarem por um pedaço de terra. Essa percepção deveria, contudo, ser socializada de modo que outros setores sociais, inclusive os não residentes nos engenhos, nem próximo a eles, também passassem a vivenciar esse sentimento. E como já afirmamos, a violência era um dos aspectos ressaltados nas narrativas acerca da mobilização dos trabalhadores. Ainda em relação ao ocorrido nos engenhos Terra Preta e Barra, a imagem descrita no documento acima é reforçada pela própria fotografia, a qual compõe a narrativa. Vejamos.

²⁶⁵ Diário de Pernambuco. 10 / 01 / 1961/ p. 07. APEJE.

²⁶⁶ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlili e Caniato; EdUFMT, 2006. p. 62. Nesse livro, a autora procurou estudar a formação dos povoados, fazendas e cidades na região de Mato Grosso no início do século XX, notadamente aquelas ligadas a mineração. No capítulo II intitulado *Do tempo das fazendas*, Regina Beatriz apresenta alguns grupos que invadiam e saqueavam as fazendas e faziam com que muitas famílias passassem a ter medo desses grupos. Essas análises da autora sobre o medo ajudaram a pensarmos nossas questões.

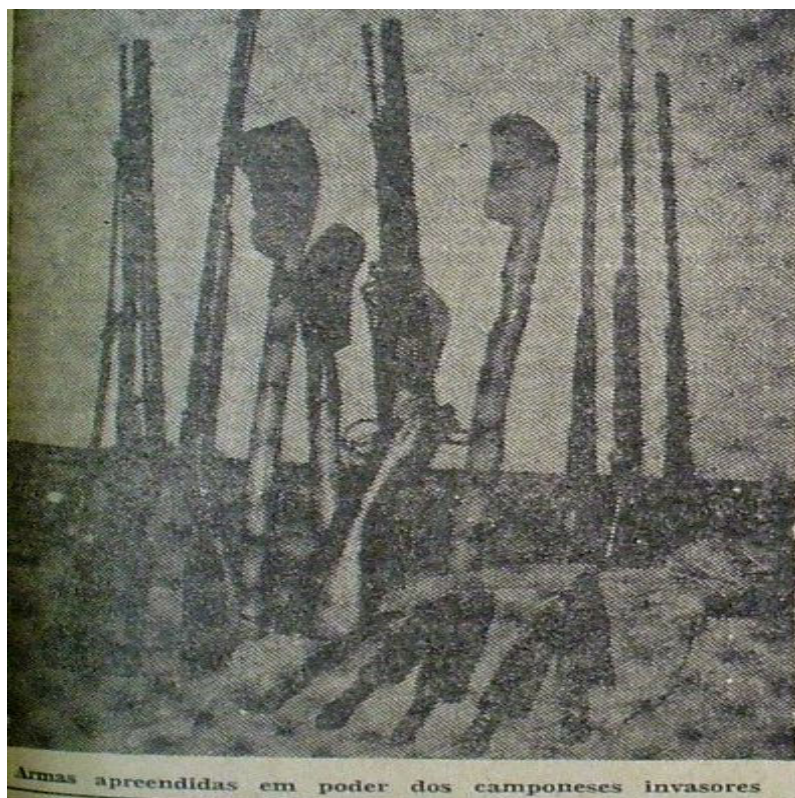


Fig. 19 – *Armas apreendidas em poder dos camponeses invasores*. Diário de Pernambuco. 10 / 01 / 1961/ p. 07.

A foto contribuía para destacar ainda mais um possível caráter violento da ação dos camponeses, procurando criar uma apreensão, visto que no meio rural a situação era cada dia mais tensa e violenta. Por outro lado, esse tipo de narrativa visava destacar na idéia de revolução social uma dimensão de luta armada e isso estaria tornando-se mais presente, ou seja, a dita revolução defendida pelos setores de esquerda estava se aproximando e já provocava a desordem.

Ainda em torno dessa estratégia narrativa podemos destacar também as lutas travadas no Engenho Coqueiro, no município de Vitória de Santo Antão. O *Diário de Pernambuco* resumiu assim o conflito; *1.500 homens armados apoderam-se de engenho em Vitória de Santo Antão*.²⁶⁷ O caráter violento é retomado na narrativa em torno da ocupação do Engenho Coqueiro, mas aqui podemos destacar um outro elemento da estratégia dos grupos conservadores, o qual se constituía na representação de grupos armados, formados por milhares de homens, que estariam invadindo os engenhos. No caso do Engenho Coqueiro, o senhor Júlio Maranhão, filho de Constâncio Maranhão, dono das terras, ainda apresentou um bilhete entregue, pelos líderes do movimento de

²⁶⁷ Diário de Pernambuco. 11 / 07 / 1963. p. 07. APEJE.

ocupação, ao funcionário responsável pelo barracão, o senhor José do Patrocínio Carneiro Leão, com o seguinte conteúdo;

Ilmo. Sr. Zequinha

Os nossos homens estão com uma fome dos diabos, precisando assim de uma bem nutrida alimentação. Os mil e quinhentos camponeses que fazem as suas manifestações de Reforma Agrária nas terras devolutas do Sr. Constancio Maranhão, mandam buscar com urgência: 30 kg de farinha, 30 kg de feijão, 30 kg de açúcar, 30 kg de carne. Se não atender o pedido do povo, o mesmo, com seu grande entusiasmo de revolta, irá buscar na marra, porque nosso lema é o seguinte: a terra deve ser de quem a trabalha.

Saudações cordiais do Comando da Greve. Coqueiro, 9/7/63.

Vitória de Santo Antônio.²⁶⁸

Com a publicação desse bilhete procurava-se reforçar e tornar cada vez mais presente as idéias de violência, invasão e desordem, que esses grupos estariam praticando no Estado, os quais tomavam na marra o objeto desejado. Para completar essa narrativa sobre a ocupação do Engenho Coqueiro, algumas fotografias foram apresentadas, cuja função seria a de flagrar e divulgar a ação de luta armada e ataque dos camponeses, como se poderia observar abaixo:

²⁶⁸ Idem.



COM O DEDO NO GATILHO — O beneplácito das autoridades do Estado, fomentando a agitação na zona da mata, segundo afirmativa de proprietários de terras prejudicados, contribui para que a agricultura canavieira atinja o caos. A foto acima é um aspecto da situação em que se encontra a cidade de Vitória de Santo Antão. Camponeses, fortemente armados, em número de 1.500, oriundos de vários engenhos do município, tomaram de assalto o Engenho «Coqueiro», de propriedade do sr. Constancio Maranhão. Piquetes em pontos estratégicos do engenho tomaram posição, desde domingo último. Seus componentes, comandados por agitadores profissionais, estavam orientados para usar suas armas na primeira oportunidade. Rastejando (foto), com o dedo colado ao gatilho da arma, fecharam o cerco até à posse das terras.

Fig. 20 – *Com o dedo no Gatilho*. Diário de Pernambuco. 11 / 07 / 1963. p. 01.

Alguns leitores podem indagar o seguinte: Terá essa fotografia sido montada pelos latifundiários para demonstrarem que Pernambuco vivia um clima de agitação e desordem social? Assim, as pessoas fotografadas poderiam, inclusive, estar simplesmente caçando e não, necessariamente, tomando de assalto um engenho. Essa é uma questão possível, se pensarmos que os grupos sociais, ameaçados pela mobilização dos trabalhadores, criavam algumas invasões, cuja execução nunca houve. Contudo, nesse trabalho, isso não nos preocupa diretamente, pois procuramos identificar o efeito que se desejava produzir, assim como a realidade que se pretendia tornar verdadeira com a vinculação de imagens como essa. A foto acima vem acompanhada de uma legenda, onde se descreve a tática utilizada pelos camponeses.

Camponeses, fortemente armados, em número de 1500, oriundos de vários engenhos do município, tomaram de assalto o Engenho Coqueiro, de propriedade do Sr. Constancio Maranhão. Piquetes em pontos estratégicos do engenho tomaram posição, desde domingo último. Seus componentes, comandados por agitadores profissionais, estavam orientados para usar suas armas na primeira

oportunidade. Rastejando, com o dedo colocado ao gatilho da arma, fecharam o cerco até a posse das terras.²⁶⁹

A fotografia e sua legenda elaboravam uma narrativa, onde o latifundiário, vítima da situação, teria suas terras ocupadas, em uma operação caracterizada como de guerra. Senão vejamos: em um primeiro momento, 1500 camponeses, fortemente armados, tomam de assalto o engenho; em seguida, esses homens conquistam posições estratégicas e organizam piquetes; comandados por agitadores profissionais, esses camponeses, comportando-se como soldados, rastejando pelo chão e com o dedo no gatilho, poderiam a qualquer momento utilizarem suas armas; por fim, a ação de invasão teria sido bem sucedida, tendo o cerco se fechado e as terras tomadas. Essa parece ser uma narrativa de guerra e nesse caso a destruição, a desordem e a violência estariam sendo proporcionados por agitadores comunistas, que comandavam exércitos camponeses. E isso seria, então, o significado da revolução proposta pelos grupos de esquerda, segundo seus opositores; uma luta armada que tomava de assalto o Estado de Pernambuco.

É importante, contudo, pensarmos que essa idéia de luta armada não era apenas uma simples invenção dos latifundiários. Em determinados momentos, os próprios grupos de esquerda contribuíram para reforçar essa idéia. Ainda sobre a ocupação do Engenho Coqueiro, podemos perceber como os camponeses procuravam demonstrar que tinham força para ocupar os engenhos e exigir a reforma agrária, inclusive utilizando para isso de armas brancas e de fogo. Vejam a imagem abaixo publicada no *Jornal do Comércio*:

²⁶⁹ Diário de Pernambuco. 11 / 07 / 1963. p. 01. APEJE.



Fig. 21 – Dois mil camponeses tomaram o Engenho Coqueiro – Jornal do Comércio. 11/07/1963. p. 12.

Na fotografia, um grupo de camponeses posa com suas armas, constituídas por espingardas, revolveres, bacamartes, foices, machados e, segundo o jornal, pistolas tipo “Comblain”²⁷⁰. A publicação da fotografia de camponeses armados ocupando o engenho Coqueiro irá reforçar a idéia defendida pelos latifundiários de que se desenvolvia uma luta armada por parte dos grupos de esquerda, principalmente daqueles atuantes junto aos trabalhadores rurais, com o objetivo de realizar uma revolução comunista. A posição de ataque em que os camponeses se deixaram fotografar, com armas em punho, apontadas para a lente do fotógrafo e, por conseguinte, para o leitor do jornal, buscava demonstrar ao restante da sociedade a disposição em lutar, inclusive com as armas, para obtenção, sobretudo, da reforma agrária.

Por sua vez, o Jornal do Comércio apresenta essa imagem como a representação de uma realidade, a qual seria constituída pelo caráter belicoso que havia se instalado no meio rural do Estado. Na legenda da fotografia, o jornal classificava os camponeses como sendo “um esquadrão de guarda”²⁷¹ e descreve do seguinte modo os seus comportamentos:

²⁷⁰ Jornal do Comércio. 11/07/1963. p. 12. APEJE.

²⁷¹ Jornal do Comércio. 11/07/1963. p. 12. APEJE.

Os homens são esquivos a perguntas do repórter e a sua maioria anda de cara fechada. A quantidade de armas, a munição e os mantimentos são considerados segredos estratégicos, as entradas e saídas vigiadas dia e noite e cada caminho é bloqueado e ladeado de trincheiras.²⁷²

Nesse sentido, reforçava-se a idéia de que por meio da luta armada, de uma guerrilha rural, as Ligas Camponesas tomavam de assalto o Estado. Contudo, nesse caso, demonstrava-se para o restante da população aquilo que era considerado, segundo o jornal, os “esquadrões” de camponeses com suas armas, bem como se descrevia as suas estratégias de ação. E assim, o modo como os camponeses se deixaram fotografar acabou por contribuir com a estratégia dos latifundiários, que por meio da imprensa procuravam difundir o sentimento de perigo representado pela mobilização dos camponeses, cujo objetivo seria o de instalar um regime comunista em Pernambuco.

Ainda no início da década de 1960, e para reforçar essa idéia de ameaça e de perigo, foi distribuído nas ruas do Recife, e talvez em outras cidades do interior, um cartaz, que, provavelmente, foi afixado nas paredes do centro da cidade, em prédios públicos, igrejas, como também em paradas de ônibus com grande circulação de pessoas, no qual se representava o resultado a ser atingido caso o comunismo vencesse, ou seja, caso os grupos, que estavam tomando de assalto os engenhos, conseguissem controlar o Estado.



Fig. 22 – *Regime de trabalho no comunismo*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Acervo Dops – PE. 1962.

²⁷² Idem.

Em primeiro plano encontra-se um comunista, representante do grupo que estaria comandando a ocupação dos engenhos, apresentando-se em posição truculenta, camisa e boina vermelhas, armado com chicote e revólver na cintura. Em um segundo plano do cartaz estavam os trabalhadores, que aparentavam estar sendo explorados, bem como apresentavam uma posição de humilhação. Segundo Antonio Montenegro, essa imagem buscava associar o comunismo a uma memória conhecida – a da escravidão²⁷³. Essa associação quebraria com a idéia de sociedade justa pregada pelos comunistas.

Devemos pensar também que no início da década de 1960, havia uma considerável discussão em torno da Revolução Cubana e isso acabava por contribuir para atualizar a imagem, de que por meio da realização de uma guerrilha rural, um grupo de pessoas conseguiu tomar o controle de um país e instalar um governo de orientação comunista. Tomando isso por base, podemos também afirmar que a narrativa dos assaltos aos engenhos, perpassada pelas imagens nos jornais e do cartaz, reforçavam a idéia de que uma revolução comunista estaria muito próxima. Segundo os setores conservadores, mediante a desordem e a violência, provocadas pelas ações dos grupos de esquerda, o Estado, como também o país, poderia ser tomado por um regime repressivo e violento, liderado pelos comunistas.

Impulsionada por essa atmosfera de perigo, ou mesmo pelo sentimento de medo do comunismo, centenas de mulheres se reuniram em marchas ocorridas na cidade do Recife, no início do ano de 1964²⁷⁴. Elas integravam o movimento intitulado de Cruzada Democrática Feminina. Essa manifestação visava alertar, bem como mobilizar a população contra o perigo da implantação de um regime totalitário comunista em Pernambuco.

A Cruzada Democrática Feminina do Recife encontrava-se relacionada com outras diversas organizações de mulheres, sobretudo da classe média, que atuavam principalmente nos Estados do Sudeste do Brasil²⁷⁵. Segundo Dreifuss, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, representante dos interesses da burguesia, financiava a mobilização desses diversos grupos, inclusive o de Pernambuco²⁷⁶.

²⁷³ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Labirintos do medo: o comunismo (1950 – 1964)* in Clio Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. n. 22. Recife, UFPE, 2004. p. 218. Nesse artigo, o autor analisa dois cartazes, os quais compõem o acervo da Dops – PE, APEJE.

²⁷⁴ Ver Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio. Março de 1964.

²⁷⁵ DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. p. 312..

²⁷⁶ Ibidem idem

No sábado, 7 de março de 1964, as mulheres reunidas em marcha saíram do Colégio São José, no centro do Recife, e dirigiram-se a sede do IV Exército, onde entregaram um manifesto para o Coronel Justino Alves Bastos, no qual apresentavam os objetivos do movimento; *o nosso empenho é a defesa da liberdade, das conquistas do regime democrático representativo e do seu contínuo aperfeiçoamento.*²⁷⁷

As mulheres marcharam sobre as ruas do Recife com as bandeiras do Brasil e de Pernambuco. Contudo, o que mais nos chamou a atenção foram dois cartazes confeccionados e exibidos com os seguintes dizeres: *a mulher pernambucana continua fiel às heroínas de Tejucupapo e a mulher pernambucana exige paz e tranquilidade para Pernambuco*²⁷⁸.

As frases ressoam práticas e discursos utilizados pelos grupos conservadores do *status quo* em Pernambuco. Quando as integrantes da Cruzada Democrática referiam-se às mulheres de Tejucupapo, invocavam a representação do lugar social de defesa da ordem e da legalidade contra o perigo externo, à época, os holandeses. As mulheres na década de 1960 colocavam-se, assim, como defensores da pátria contra a ameaça externa, nesse caso, os comunistas.

Quando as mulheres, em outro cartaz, exigem para Pernambuco paz e tranquilidade, estão afirmando que existia uma realidade de violência e de perigo no Estado. Tal discurso reforçava as narrativas, principalmente, dos latifundiários que entendiam as mobilizações dos trabalhadores rurais como a indicação de uma revolução, proporcionada por uma guerrilha rural.

A mobilização das mulheres, notadamente da classe média, anunciava que esse setor da sociedade reconhecia e aceitava a idéia de perigo e ameaça provocada, segundo os grupos conservadores, pelos comunistas. Além disso, as manifestações expressavam também que parte da sociedade começava a se inquietar frente à ameaça à ordem social representada pelas ações dos setores de esquerda. Era necessário reagir ao avanço dessas desses grupos. Mais que isso, era necessário criar uma rede social, cada vez mais ampla, para se opor à proposta de revolução social.

Por outro lado, a estratégia daqueles que se sentiam ameaçados pela mobilização dos trabalhadores também compreendia uma outra dimensão, presente tanto nos jornais, como nos discursos parlamentares e provavelmente nas discussões cotidianas sobre política, a saber; a conivência de Miguel Arraes com a dita agitação social que tomava

²⁷⁷ Diário de Pernambuco. 07/03/2008. p. 03. APEJE.

²⁷⁸ Idem.

conta do Estado. O governo argumentava que a Secretaria de Segurança Pública tinha adotado uma postura por meio da qual procurava viabilizar um entendimento entre as partes envolvidas nos conflitos sociais. Tal comportamento evitava uma repressão sobre os trabalhadores, o que era comum em períodos passados, quando a polícia se posicionava, nos conflitos, geralmente ao lado do patrão, sem, contudo, escutar os argumentos dos empregados. Nesse sentido, como não havia mais uma repressão constante e a priori sobre a mobilização dos trabalhadores, o governador Miguel Arraes era acusado de ter perdido a autoridade ou mesmo de ser cúmplice daquela situação. Podemos perceber isso no discurso do deputado estadual Paulo Rangel Moreira:

Sr. Presidente, srs. Deputados, dizer que a democracia está em perigo, parece uma frase feita nesses dias agitados que atravessa a nação brasileira. E a nação evidentemente está em perigo pela crise de autoridade que vai desde o Sr. Presidente da República, pela sua absoluta incapacidade até a crise governamental de nosso Estado, pela omissão do ocupante do Palácio das Princesas [...] porque nesse país só existe uma coisa organizada – a desordem, que campeia no interior e na capital, que vem sendo o clima reinante no Estado e que passou a ser uma característica constante em Pernambuco.²⁷⁹

O discurso destacava a omissão que o governo do Estado estava tendo em relação à desordem instalada em Pernambuco, afirmando também que existia uma crise de autoridade, a qual atingia desde a Presidência da República até o Governo estadual, colocando em perigo a democracia. Essa situação, como podemos observar no próximo discurso, provocava vergonha e medo no referido deputado:

Portanto, sr. Presidente, termino minhas palavras, encaminhando à Mesa um requerimento pessoal assinado apenas por mim, como uma atitude definida, democrática neste tempo de vergonha e medo, mas acho que o Legislativo Pernambucano, neste tempo, tem vergonha e não tem medo [...] ²⁸⁰

O requerimento enviado à Mesa pedia o fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores - C.G.T., o qual, segundo o parlamentar, *outra coisa não faz senão trazer a anarquia para Pernambuco e o Brasil.* ²⁸¹ O medo era um sentimento do deputado, como também do grupo social no qual ele estava inserido, constituído notadamente por latifundiários, industriais e outras pessoas, as quais se sentiam ameaçadas pela

²⁷⁹ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 10 / 09 / 1963. Vol. III – IV. p. 150.

²⁸⁰ Anais da Assembléia Legislativa. Op. Cit.

²⁸¹ Idem.

mobilização dos trabalhadores. Esse mesmo grupo entendia também que o governador Miguel Arraes, por sua postura de não repressão as ações dos trabalhadores, integrava os setores sociais, cujo objetivo era o de promover a desordem, incentivar a luta armada no campo e, por conseguinte, realizar uma revolução comunista.

O deputado Olímpio Mendonça, em outro discurso, ratificava as acusações contra o governo e apresentava elementos, que segundo ele, provariam o envolvimento do governador com as pessoas consideradas subversivas e responsáveis pela agitação social. Segundo esse deputado, *Júlio Santana em companhia do estudante João Alfredo que fez a invasão do Engenho Coqueiro andavam num jipe oficial, chapa branca, 3422, paralisando o serviço dos engenhos e concitando os trabalhadores para a baderna*²⁸². Ainda segundo o deputado, isso era algo realizado *por agitadores que contam com a tolerância, com a complacência do Governador do Estado e por que não dizer, inteiramente prestigiados pelo Sr. Miguel Arraes*. Sendo apoiado pelos apertes de outros deputados, o discurso de Olímpio Mendonça estabelece uma relação direta entre aquilo que era considerado como agitação e desordem no meio rural e o governador Miguel Arraes. Inclusive, ressaltavam-se elementos comprobatórios dessa ligação, como o caso do jipe oficial utilizado pelo estudante João Alfredo, quando da mobilização dos trabalhadores para ocupação do Engenho Coqueiro. Essa situação, inclusive, gerou um requerimento²⁸³, onde alguns deputados exigiam explicações do governador a respeito do uso do jipe oficial.

Apesar de, por vezes, surgirem algumas declarações do governador Miguel Arraes, nas quais o mesmo procurava separar-se totalmente dos outros movimentos de esquerda, atuantes no meio rural, como as Ligas Camponesas, isso não parece ter a mesma força apresentada pelos discursos que enquadravam o governo, juntamente com os outros setores de esquerda, em um único bloco, considerado responsável por espalhar a subversão da ordem e planejar a realização de uma revolução comunista.

Em uma declaração dada ao jornalista Murilo Marroquim, Miguel Arraes afirmava:

Estou sendo experimentado pelos chamados líderes populistas, aqueles que pretendem ser donos dos camponeses. Tenho a responsabilidade do governo e, portanto, da ordem social. Não quero

²⁸² Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 08 / 10 / 1963. Vol. III – IV. p. 474.

²⁸³ Requerimento nº 1219. Outubro de 1963.

que o Estado e o Nordeste mergulhem na tragédia e tomarei providências urgentes.²⁸⁴

Com essa declaração, Miguel Arraes criticava as pessoas atuantes junto aos camponeses, afirmando que os mesmo desejavam ser os donos desses trabalhadores.²⁸⁵ Ao se declarar como responsável pela ordem social e assegurar que tomaria providências urgentes, o chefe do executivo em Pernambuco acabava por reforçar a representação social de subversão da ordem utilizada para caracterizar a mobilização dos trabalhadores no Estado. Além disso, o governador tentava também demarcar uma posição para si diferente daquelas onde alguns grupos de esquerda, como as Ligas Camponesas, eram enquadrados, ou seja, promotores da desordem, da agitação, da violência, elementos formadores da revolução comunista.

A narrativa que unificava o governo do Estado aos movimentos sociais, como as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, colocando todos no mesmo campo de ação e com os mesmos objetivos, além de ser muito recorrente, parecia ter bastante força. Desse modo, eram publicadas manchetes, na primeira página dos jornais²⁸⁶, com as seguintes afirmativas: *A paisagem sombria do Estado, teatro de agitação organizada. Um governo que se omite, quando não estimula, por ação e inação, os planos de subversão, a pretexto de trabalhar pela justiça social.*²⁸⁷

Essa estratégia de colocar no mesmo campo de ação diferentes setores sociais procurava fortalecer a idéia de que uma revolução comunista estava muito próxima, minimizando as diferenças entre os modos e a intensidade como diferentes parcelas da sociedade – camponeses, intelectuais, integrantes do PCB, do PTB, das Ligas Camponesas, dos sindicatos e do próprio governo Arraes – pensavam e desejavam uma mudança social. Ao se enquadrar esses diversos grupos em um único projeto revolucionário, que já estaria se manifestando por meio da desordem e da violência das greves e das ocupações de terra, procurava-se também fortalecer a idéia de que uma revolução comunista era cada vez mais aceita por um número maior de pessoas e isso era algo perigoso.

²⁸⁴ Diário de Pernambuco. 12 / 03 / 1963. p. 04. APEJE.

²⁸⁵ Alguns depoimentos nos dão indícios de quem seriam esses líderes a quem Arraes se refere; Aybirê Ferreira de Sá, que foi integrante das Ligas Camponesas, do Movimento Revolucionário Tiradentes e do Partido Operário Revolucionário Trotskista, afirma que Arraes opunha-se a ação dos trotskistas no meio rural, pois “*temia parecer conivente com os radicais*”. SÁ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia: Memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007. p. 45.

²⁸⁶ Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio.

²⁸⁷ Diário de Pernambuco. 10 / 04 / 1963. p. 01. APEJE.

Essa estratégia da imprensa, dos latifundiários e de setores da sociedade civil não deve ser entendida como uma simples mentira, possível de ser descoberta ao se contrapor uma dita verdade. Os promotores dessa estratégia social não inventaram o perigo que representava a revolução, pois para eles o risco da perda econômica e social parecia muito próximo. Desse modo, a questão era fazer com que um amplo setor social também passasse a compreender e acreditar nessa ameaça, nesse perigo e com isso ficassem receosas em apoiar os grupos de esquerda ou mesmo comesçassem a combatê-los.

Considerações Finais

O esforço de análise contido nesta dissertação refere-se à tentativa de mapear algumas das estratégias conservadoras, utilizadas notadamente pelos latifundiários, para combater os projetos revolucionários dos grupos de esquerda e fortalecer a manutenção da ordem social em Pernambuco no final dos anos 1950 e início da década de 1960. Focalizamos, sobretudo, os discursos e as práticas sociais que procuravam racionalizar o perigo e a ameaça do comunismo, identificadas nas mobilizações dos trabalhadores rurais, tornando-os uma realidade latente para setores da população.

Desse modo, a idéia de perigo, defendida e propagada pelos latifundiários, resultava de um conjunto de esforços coordenados que relacionavam vários aspectos da sociedade e faziam emergir uma real ameaça comunista, que colocaria em risco a família, a religião e a paz social.

Detivemos-nos, então, na desapropriação do Engenho Galiléia. Como setores da sociedade pensaram a desapropriação daquelas terras como um perigo e não como uma contribuição para a promoção de justiça social? Para isso, foi necessário fazer circular discursos que associavam a conquista dos camponeses com a ameaça à propriedade privada, a quebra de regras sociais, ou mesmo, da ordem social.

Nesse período, ao mesmo tempo em que algumas reportagens jornalísticas apresentavam para o restante do país a mobilização dos trabalhadores rurais como sendo um avanço social, os grupos conservadores as caracterizavam como perigosa, pois se relacionavam com grupos de esquerda, comunistas. Dentro da estratégia daqueles que desejavam manter o *status quo* em Pernambuco, era necessário se fazer ver o Nordeste, tanto no restante do Brasil, como em outros países. Para isso a desapropriação do Engenho Galiléia, bem como os conflitos e debates ocorridos em torno dela, foi útil. A desapropriação de um pequeno engenho fortaleceu o discurso de perigo dos grupos conservadores, referendado ainda mais pela visita do irmão do Presidente Kennedy, Edward Kennedy, a qual tornava mais provável e real a chamada ameaça comunista no Nordeste do Brasil.

Os debates em torno do Engenho Galiléia também fizeram emergir a extrema pobreza em que vivia grande parte dos camponeses. A pobreza foi associada, por parte, sobretudo, da imprensa, a idéia de perigo. Nesse sentido, a racionalidade produzida pelos grupos conservadores buscou fazer com que a imagem do pobre não fosse associada a um sentimento de indignação ou de vontade de mudança, de justiça social.

Essa imagem deveria ser relacionada a incêndios, invasões de propriedades e mortes, provocadas pelas ações dos trabalhadores rurais, sob influência comunista.

Por fim, dentro dessa racionalidade dos grupos conservadores destacava-se a narrativa que procurava se fazer pensar a ação dos camponeses como um ato de guerra, ou mais exatamente, uma manifestação de guerrilha rural, cujo resultado seria a revolução comunista.

Essas ações não resultavam de simples histeria ou mera imaginação. Eram estratégias coordenadas, que integravam a imprensa, as discussões políticas e o cotidiano. Criavam modos de pensar, os quais faziam a idéia de perigo e ameaça comunista ser aceita como verdadeira por parcelas da sociedade.

A tentativa de reconstruir essa dinâmica social, que acabou por apoiar o estabelecimento de um Regime Militar no Brasil, foi o intento desse trabalho. Segundo Daniel Aarão, criou-se uma memória recente do golpe de 1964, bem como da ditadura militar seguinte, onde *muitos poucos, raríssimos, nela se reconhecem ou com ela desejam ainda se identificar. Ao contrário, como se viu, quase todos resistiram*²⁸⁸. Desse modo, ainda de acordo com Daniel Aarão, *a nação que construiu a ditadura absolveu-se e reconstruiu-se como uma nação democrática*²⁸⁹. Não foi nosso objetivo procurar culpados ou estabelecer as origens e as causas do golpe civil-militar de 1964. Contudo, identificamos que a ditadura militar foi sendo produzida em meio à sociedade civil, que diversas ações da esquerda, como as ocupações de propriedades rurais, reforçaram a idéia de perigo e foram apropriadas por grupos conservadores para justificar a necessidade de um regime de exceção no país. A ditadura que se iniciou em 1964 teve um destacado apoio civil, ao contrário do que demonstram as memórias produzidas atualmente. Nesse sentido, tentamos seguir a indicação de Pierre Nora, para quem a história deve seguir na contramão dos significados congelados pela memória.²⁹⁰

Sendo assim, estudar a racionalidade da ação dos grupos conservadores do *status quo* em Pernambuco é entender parte do pensamento político que circulou no Brasil na segunda metade do século XX. É também desenhar um movimento que contribuiu no estabelecimento da dinâmica de uma ditadura militar, a qual foi instituída e socialmente aceita por uma crescente rede social crédula na existência de uma perigosa realidade,

²⁸⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. Op. Cit. p. 50.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História, nº 10, São Paulo. p. 7-28, dez 1993.

que seria constituída pela desordem e intranqüilidade promovida pelos grupos de esquerda.

Fontes

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE

Jornais

Diário de Pernambuco 1959 – 1964

Jornal do Comércio 1959 – 1964

Jornal A Hora

Jornal Última Hora

Jornal Folha do Povo

Acervo Dops-PE – Fundo SSP.

Prontuário Funcional da Liga Camponesa de Bom Jardim. n° 7590

Prontuário Funcional da Liga Camponesa de São Lourenço n° 29201

Prontuário Funcional Liga Camponesa Engenho Barra. n° 29.309.

Prontuário Funcional Liga Camponesa Paudalho. n° 29.265.

Prontuário Funcional Liga Camponesa Água Preta. n° 7599.

Prontuário Funcional Liga Camponesa de Vitória. n° 29313.

Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - ALEPE

Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco 1959 – 1964.

Fundação Joaquim Nabuco - CEHIBRA

Depoimentos orais fornecidos a Eliana Moury Fernandes para o Projeto A história oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste

Francisco Julião

Paulo Cavalcanti

Gregório Bezerra

Pelópidas da Silveira

Coleção Francisco Julião

Prontuário Funcional de Francisco Julião

Revista O Cruzeiro

Acervo Particular

Depoimento de Manoel Vasconcelos

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Jornal O Estado de São Paulo – jan/fev 1960

Site

<http://www.foia.cia.gov> – Relatórios da CIA.

Referências bibliográficas

ABREU e LIMA, Maria do Socorro de. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco – 1962 – 1987*. Tese de doutorado em História. UFPE. Recife: 2003.

AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife, da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2 ed – Recife: FJN, Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.

ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Ed. Ática. Ed. UnB: São Paulo. 1988.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964*. 7ª ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BEHAR, Regina Maria Rodrigues. *PCB: Duas políticas culturais – 1945-1958*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Unb. Brasília, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas*. Vol. 1. 7 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. Martin Fontes, 1999.

BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte – 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOBBIO, Norbert, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12ª. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Vol. 01. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

_____. *A Operação Historiográfica In A Escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas In Revista Trabalhadores*, nº 6, 1990.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação In À Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietos*. Porto Alegre: Ed. Universidade: UFRGS, 2002.

COELHO, Fernando. *Direita, Volver: o golpe de 64 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

COHN, Amélia. *Crise Regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

COSTA, Célia e PANDOLFI, Dulce. *Projeto Memória Viva: 14 depoimentos sobre a política pernambucana*. Vol. 01. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco – Fundação Getúlio Vargas / CEPDOC. 2007.

CRESPO, Enes Paulo. *Comunicação e Libertação. Relato analítico da trajetória de um militante junto a camponeses em Pernambuco. 1955 – 1990*. Dissertação de mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2003. 144p.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELUMEAU, Jean. *O medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DOROTINSKY, Deborah. *La fotografia como fuente histórica e su valor para la historiografía* In *Fuentes Humanísticas*. História. N° 31.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. 6ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

FERRAZ, Socorro. *Às vésperas do golpe militar de 1964...* in *Clio Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*. n. 22. Recife, UFPE, 2004.

FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945 – 1964*. Vol. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945 – 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: estratégia, poder-saber*. Vol, IV. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____ *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FURTADO, Celso. *A Fantasia desfeita*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, retórica e prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record Editora, 1962.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlili e Caniato; EdUFMT, 2006.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco – 1955 – 1968*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Texas: University of Texas Press, 1993.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1989.

MENDONÇA, Fernando e TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Ed. Vega.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. Projeto História*. São Paulo, n°. 29, tomo 02, 2004.

_____ *Labirintos do medo: o comunismo (1950 – 1964)* in Clio Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. n. 22. Recife, UFPE, 2004.

_____ *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução* IN DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. V. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____ *História Oral e memória: cultura popular revisitada*. 5 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres e SANTOS, Taciana Mendonça dos. *Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964)*. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945 – 1964*. Vol. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História, nº 10, São Paulo. p. 7-28, dez 1993.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

PAMUK. Ohan. *A malaleta do meu pai*. Cia das Letras: São Paulo, 2007.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PETIT, Paul. *História Antiga*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Difel, 1976.

PORFIRIO, Pablo F. de A. *As narrativas sobre o perigo. A desapropriação do Engenho Galiléia e as Ligas Camponesas (1959-1964)* In *Perseu: história, memória e política*. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol, 1, nº 1. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

PORFIRIO, Pablo F. de A. e VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *A infância de um chefe político e a invenção da origem de uma autoridade: Francisco Heráclio do Rego* In MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emília. *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas, São Paulo. Ed. Papirus, 1994. 3v.

RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da Revolução*. São Paulo. Ed UNESP. 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo, Ediupf, 1998.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

SÁ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia: Memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influencia da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador – Coleção Perfil Parlamentar Século XX*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.

SCHLESINGER JUNIOR, Arthur M. *Mil dias: John Kennedy na Casa Branca*. Vol. 1. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930 / 1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: Nacionalismo em crise – 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946 – 1964)*. Recife: Ed. UFPE, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro (Org.) *1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

VILELA, Márcio A. F. *A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rego, Limoeiro, 1945-1955*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.